



# Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO)



Brasília  
2018

**Ministério da Integração Nacional  
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste  
Diretoria de Planejamento e Avaliação**

**Plano Regional de Desenvolvimento  
do Centro-Oeste (PRDCO)**

**Versão aprovada em 27 de setembro de 2017,  
na Reunião Ordinária do Conselho  
Deliberativo da Sudeco/Condel**

## **SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

**Antônio Carlos Nantes de Oliveira**

Superintendente

**Roberto Postiglione**

Diretor de Planejamento e Avaliação – DPA

**Edimilson Alves**

Diretor de Implementação de Programas e Gestão de Fundos – DIPGF

**João Afrânio Pimentel**

Diretor de Administração - DA

**Equipe técnica responsável**

**Sergio Magno Carvalho de Souza**

Coordenador-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais Substituto – CGAPPE/DPA

**Rodrigo dos Reis Oliveira**

Chefe da Divisão de Planejamento e Avaliação – DIPLAV/DPA

**Priscilla Marotta Gardino**

Estatístico – DIPLAV/DPA

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>1. VELHOS E NOVOS DESAFIOS DO CENTRO-OESTE</b>	<b>9</b>
<b>2. CENÁRIOS</b>	<b>16</b>
<b>3. POTENCIALIDADES E ESTRANGULAMENTOS/ PROBLEMAS DO CENTRO-OESTE</b>	<b>34</b>
<b>4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS NO CONTEXTO EXTERNO</b>	<b>45</b>
<b>5. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>53</b>
<b>6. INSTRUMENTOS</b>	<b>75</b>
<b>7. MODELO DE GESTÃO</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>83</b>

# **Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste**

**(2017-2020)**

## **APRESENTAÇÃO**

### **UM ÓTIMO GUIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

**Helder Barbalho, Ministro da Integração Nacional**

Criar as condições necessárias para que o Brasil viva um novo ciclo de crescimento econômico, após amargar uma das maiores recessões da história nacional, constitui tarefa prioritária do Governo Federal. Importantes conquistas nesse sentido foram efetivadas desde maio de 2016, quando um novo governo começou a colocar em prática o seu modelo de gestão. Desde então, o país apresenta uma evolução positiva dos principais indicadores da economia. Os resultados têm propiciado a recuperação da confiança dos investidores privados, condição indispensável à retomada do crescimento.

O incremento da disciplina fiscal, a vitória sobre a inflação, a queda substancial dos juros, a melhoria das contas externas e a implementação da agenda de reformas são elementos que explicam o aumento da confiança dos empreendedores. Contudo, a retomada do crescimento em bases consistentes requer também o exame acurado das fragilidades e das potencialidades regionais, a fim de otimizar investimentos, aproveitar oportunidades e superar obstáculos que inibem o pleno desenvolvimento.

Um exame dessa natureza é justamente o que temos em mãos com o Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste (2017-2020), o PRDCO. Trata-se de um estudo extremamente criterioso sobre os fatores que influem no desenvolvimento da região, os cenários possíveis, as potencialidades existentes, as fragilidades a serem debeladas e os projetos capazes de impulsionar diferentes segmentos produtivos.

O PRDCO representa também uma prova da capacidade de realização da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Vinculada ao Ministério da Integração Nacional, a instituição é fundamental para o sucesso das políticas de desenvolvimento conduzidas pela nossa Pasta no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Juntos, o Ministério da Integração Nacional e a Sudeco têm atuado pelo fortalecimento dos principais instrumentos públicos de financiamento dos segmentos produtivos da região: o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Elevamos o volume de recursos dos dois fundos a patamares inéditos, desburocratizamos o acesso a empréstimos mais baratos e estendemos a possibilidade desse crédito especial a novas atividades, a fim de melhor acompanhar as transformações na economia de uma região que, ano após ano, cresce a taxas superiores às médias nacionais.

Parabenizamos os dirigentes e o corpo técnico da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) pela qualidade do PRDCO, trabalho pautado por sólida metodologia e execução meticulosa. Sem sombra de dúvida, o plano oferece diretrizes consistentes para que o setor público e os empreendedores privados explorem de forma eficaz as oportunidades para o desenvolvimento da região, eliminem gargalos, propiciem ganhos de produtividade e promovam a necessária diversificação da economia. Avançar nessa agenda é avançar no rumo da prosperidade e de uma vida melhor para a população.

Boa leitura.

## INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o PRDCO, instrumento fundamental na orientação das políticas públicas dos diversos entes federativos em atuação no Centro-Oeste, fazendo uma profunda leitura do cenário atual do Centro-Oeste e apontando os caminhos e rumos futuros para o desenvolvimento da região. O Plano foi elaborado em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009. Este instrumento é de fundamental importância para a pactuação interfederativa e para a articulação com outros agentes privados interessados no desenvolvimento regional, possuindo uma perspectiva de longo prazo, buscando, neste sentido, colocar o tema do desenvolvimento do Centro-Oeste como agenda do Estado brasileiro.

O PRDCO foi elaborado a partir de uma revisão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PEDCO), elaborado pela antiga Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional (SCO/MI). Aquele instrumento, elaborado de forma participativa e em parceria com os Estados e outros agentes públicos e privados, buscou incorporar em si as expectativas e necessidades da sociedade centro-oestina, produzindo uma carteira de projetos até agora válida. Considerando ainda a vigência daquele Plano (2007-2020) e o fato de que alguns de seus cenários futuros vieram a se confirmar, o corpo técnico da Sudeco concluiu serem válidas as premissas e conclusões do PEDCO, sendo necessário, por outro lado, a avaliação destes cenários futuros e atualização de sua carteira de projetos.

A implementação do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste está ligada à sua capacidade de criar sinergias entre o setor público e o privado envolvidos no desenvolvimento do Centro-Oeste, bem como com a sociedade civil centro-oestina. A formulação original do PEDCO, que revelou os principais anseios e dificuldades desta sociedade, foi mantida, bem como permanece também, como condição necessária, a continuidade da participação social na implementação e controle do Plano.

O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2017-2020) está apresentado em 7 (sete) capítulos, além da Introdução que explica a metodologia utilizada na sua elaboração; o primeiro capítulo apresenta uma análise resumida da evolução da realidade socioeconômica do Centro-Oeste, e antecipa alguns movimentos que preparam o futuro da região. O capítulo seguinte descreve os cenários do Centro-Oeste no horizonte 2020, bem como faz uma avaliação dos cenários produzidos pelo PEDCO (2007-2020). O terceiro capítulo mostra de forma sistemática as potencialidades de desenvolvimento e os estrangulamentos que emperram ou dificultam o desenvolvimento regional, também atualizados em relação ao PEDCO. O quarto capítulo destaca, a partir dos cenários do contexto, as oportunidades e as ameaças que o Centro-Oeste deve encontrar na sua trajetória futura.

O quinto capítulo é a parte central do Plano, explicita o que será feito para promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, desde os vetores de desenvolvimento até a carteira de projetos prioritários. O sexto capítulo apresenta os instrumentos que serão utilizados para a implementação da estratégia. O sétimo, e último, descreve o modelo de gestão que será necessário para organizar o Estado e a sociedade na execução e monitoramento do Plano.

## CONCEITOS BÁSICOS

A elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste adotou como referencial o conceito de **desenvolvimento regional sustentável**, entendido como o processo de mudança que articula o aumento da competitividade da economia, a elevação da qualidade de vida da

população e a conservação ambiental. Desta forma, a estratégia deve ser capaz de realizar ganhos convergentes nas três dimensões, de modo que o crescimento da economia se traduza em ganhos crescentes nos indicadores sociais e não gere degradação do meio ambiente. As prioridades de desenvolvimento devem ser capazes de administrar com cuidado os avanços em cada uma das dimensões, contornando os conflitos e tensões entre a economia, a sociedade e o meio ambiente. Deste ponto de vista, a estratégia de desenvolvimento não pode prescindir de aumento da produção e melhoria da produtividade, elevando a competitividade, todavia não pode fazê-lo com o custo da degradação do meio ambiente, que deteriora a qualidade de vida e reduz as próprias condições de expansão da economia regional.

Planejar é, antes de tudo, tomar decisões sobre as alternativas de ações para promover o futuro desejado pela sociedade. Não se trata de qualquer decisão, mas de um processo organizado e tecnicamente fundamentado de escolhas, resultado de uma reflexão estruturada com conhecimento e análise técnica, de modo a analisar e interpretar o processo de evolução recente, as perspectivas e os impactos diferenciados das escolhas, para assegurar os resultados esperados.

Todo planejamento lida com o futuro, normalmente incerto e repleto de possibilidades; neste sentido é “uma aposta no futuro”, segundo a definição de Carlos Matus, tomando decisões em ambiente de alta incerteza e limitada governabilidade pelos decisores. Mesmo assim, trata-se de construir um “plano de navegação” flexível em meio às turbulências e prováveis mudanças na realidade regional e no ambiente. Como toda decisão, planejamento é, portanto, um processo político, que articula e negocia interesses diferenciados da sociedade, faz escolhas coletivas que refletem conflitos e convergências dos atores sociais. Como, por outro lado, requer uma fundamentação técnica, o processo é, ao mesmo tempo, técnico e político, faz escolhas e define caminhos e iniciativas com base no conhecimento e na análise racional e lógica.

Para dar conta da diversidade de interesses na sociedade e assegurar a base política da implementação do Plano, o processo de planejamento deve ser participativo, procurar envolver todos os grupos e segmentos sociais do Centro-Oeste, estimular a negociação e discussão em torno dos grandes desafios e prioridades de desenvolvimento.

## **METODOLOGIA**

A metodologia de trabalho adotada na elaboração deste Plano envolveu, como dito, um processo de revisão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Neste sentido, a orientação geral deu-se pela manutenção de alguns dos passos essenciais dados no momento da elaboração daquele documento, considerando, principalmente, que os cenários traçados ainda estão dentro do horizonte temporal inicialmente proposto. Desta forma, os anseios e interesses da sociedade centro-oestina foram mantidos, principalmente na componente participativa realizada pelo PEDCO.

Partindo desta premissa, a Sudeco realizou os seguintes passos metodológicos para a obtenção deste Plano:

- a) Coleta, análise e atualização dos dados;
- b) Avaliação dos cenários e perspectivas de desenvolvimento;
- c) Atualização da Carteira de Projetos Prioritários;
- d) Apresentação do Plano a outros órgãos federais, governos estaduais, representantes do setor produtivo, sociedade civil organizada e setor acadêmico, visando acolher sugestões sobre os projetos e pactuar metas;



- e) Apresentação da Prévia do PRDCO ao corpo dirigente da Sudeco;
- f) Ajuste final e consolidação do PRDCO;
- g) Encaminhamento da versão final para deliberação da Diretoria Colegiada e do CONDEL/SUDECO.

# 1

## Velhos e Novos Desafios do Centro-Oeste

A região é formada por três importantes ecossistemas do Brasil: o bioma amazônico que ocupa parte do Mato Grosso como extensão da floresta tropical da Amazônia (Hiléia Amazônica); o Cerrado, dominante na região e com propagação para parte do Nordeste ocidental, e o Pantanal, que avança na direção dos países fronteiriços, Bolívia e Paraguai. O mapa 01 mostra os três biomas da região e sua dimensão nos ecossistemas brasileiros. Os biomas do Centro-Oeste, de grande importância para todo o equilíbrio ecológico brasileiro, constituem no Cerrado uma verdadeira “espinha dorsal do sistema hidrográfico do Brasil” à medida que são base da formação “das três grandes bacias” brasileiras e contêm “áreas importantes de recarga de grandes aquíferos subterrâneos”<sup>1</sup>.

Mapa 01 - Biomas do Brasil



Fonte: Mapa de Biomas e de Vegetação (2004) – IBGE.

### 1.1 Ciclos de Ocupação e Expansão do Centro-Oeste

A formação econômica e social do Centro-Oeste tem início, timidamente, durante o período colonial e amplia-se com a construção de Brasília e a abertura de vias de acesso, ganhando velocidade e intensidade com a industrialização brasileira e os avanços tecnológicos que facilitaram a exploração da moderna agropecuária nos cerrados. Este processo histórico pode ser dividido em três grandes etapas com características diferenciadas, convergindo para o crescimento e a modernização baseados no agronegócio e na integração com o comércio

---

<sup>1</sup> NOVAES, 2001.

mundial: **o período colonial, a Marcha para o Oeste, e o ciclo de crescimento e modernização econômica** iniciado na década de 70.

Durante o período colonial, quando os vínculos com a economia brasileira eram frágeis e a infraestrutura muito limitada, a economia do Centro-Oeste caracterizava-se pela atividade extrativista integrada ao mercado mundial. O fluxo comercial através da Bacia do Rio da Prata afastava a região do centro político e econômico do país, concentrado no litoral, e descolava o Centro-Oeste do território nacional. A organização socioeconômica da região reflete a sua posição geográfica, integrada pelas principais bacias hidrográficas da América do Sul, e condiciona o comércio mundial e as correntes migratórias para a porção Oeste do Brasil. O Rio Paraguai foi a mais importante via de comércio transfronteiriço e de atração da população, o que explica a formação de cidades importantes às suas margens.

A mineração e a pecuária foram atividades dominantes na região neste período. Ao conviver com a lavoura de subsistência, configuram a primeira fase de lenta ocupação econômica e demográfica do oeste brasileiro. Esta etapa da história regional começa a mudar quando se implementam os primeiros trechos de ferrovia ligando o Oeste às áreas mais dinâmicas do Sudeste brasileiro, no final do século XIX.

Nas primeiras décadas do século XX, abre-se uma nova fase na formação econômica e social do Centro-Oeste, iniciando um processo de articulação econômica com o resto do Brasil que resulta da infraestrutura ferroviária e do transbordamento da economia cafeeira concentrada em São Paulo. Ao mesmo tempo, a região registra um lento avanço da pecuária como uma projeção da pecuária paulista, na direção do atual Mato Grosso do Sul, do Triângulo Mineiro, e de Goiás. O ciclo de expansão e integração do Centro-Oeste amplia-se com a iniciativa do Estado Nacional brasileiro através da “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, que implementa políticas de colonização visando consolidar novas áreas agrícolas na região.

A marcha para o Oeste ganha novo impulso com a construção de Brasília e a abertura de rodovias do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, e reorganiza o território nacional e a integração produtiva do mercado brasileiro. A rede viária construída a partir de Brasília facilitou a expansão da soja, a cultura agrícola dos Cerrados, e preparou a integração do Centro-Oeste ao mercado nacional liderado pelo Sudeste; ao mesmo tempo, abriu caminho para as primeiras grandes correntes de povoamento regional.

A incorporação do Centro-Oeste à economia brasileira é reforçada, no final da década de 60 e início de 70, pela estratégia do governo militar de ocupação da Amazônia e do Planalto Central brasileiros, visando ampliar o mercado e consolidar o Estado nacional. Além de ampliar os investimentos em infraestrutura, integrando o Centro-Oeste aos núcleos dinâmicos e modernos da economia brasileira e abrir rotas de penetração demográfica, o governo militar criou a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco como instância de planejamento e desenvolvimento regional. A Sudeco substituiu e ampliou a Fundação Brasil Central – FBC, instituída por Getúlio Vargas em 1943 com a missão de incorporar o Brasil Central à economia nacional.

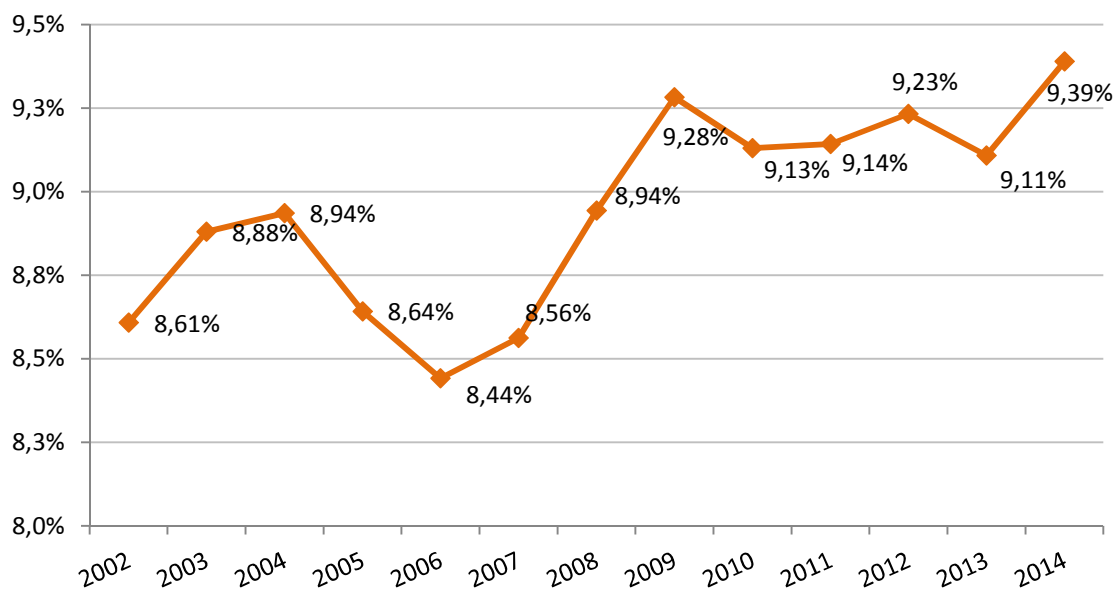
Ao longo das primeiras décadas do século XX, o Centro-Oeste experimenta uma importante alteração do eixo de articulação econômica e de expansão demográfica e reforça as relações com a economia brasileira. Este movimento coincide com a industrialização da economia brasileira e a modernização tecnológica, particularmente na agropecuária do Sul e Sudeste, integra o Brasil Central ao mercado nacional e acelera o processo migratório para as novas fronteiras.

Até a década de 70, foram criadas as condições para um novo ciclo de crescimento econômico e modernização da economia do Centro-Oeste, que se acelera, nas últimas três décadas, ao combinar integração físico-territorial e comercial com ocupação econômica e demográfica da fronteira oeste. As políticas governamentais de incentivo à modernização agrícola, com destaque para o Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, promoveram o aproveitamento racional dos Cerrados e instalação de importantes empresas agroindustriais na região. A industrialização brasileira e os avanços tecnológicos gerados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa exerceram um papel central na propagação da moderna agropecuária no Centro-Oeste, carro-chefe da expansão da economia regional.

## 1.2 Crescimento e Modernização Econômica Recente

Ao longo das últimas três décadas, o Centro-Oeste passa por uma onda acelerada de crescimento econômico e ocupação demográfica. Como região de fronteira com amplo processo migratório, o Centro-Oeste apresenta taxas de crescimento econômico altas, com valores quase sempre superiores ao crescimento nacional nos últimos quinze anos, aumentando sua participação no PIB e no PIB per capita do Brasil. Como mostra o gráfico 1, a participação do Centro-Oeste na economia brasileira tem se ampliado, chegando ao patamar de cerca de 9,39% do PIB brasileiro em 2014.

Gráfico 1 - Participação do Centro-Oeste no PIB do Brasil – 2002 a 2014



Fonte: Contas Regionais do Brasil - IBGE.

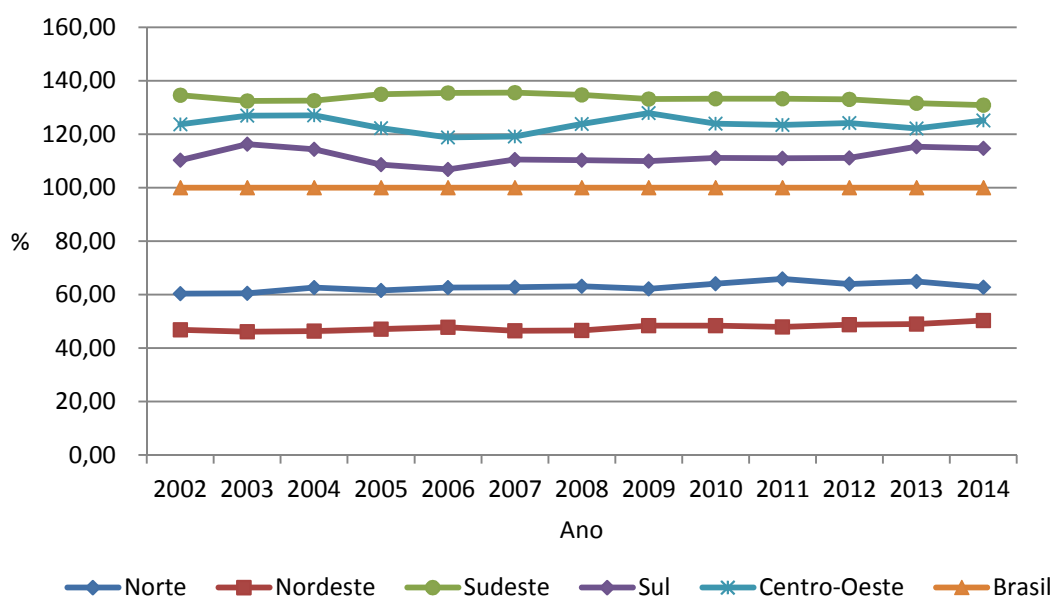
Elaboração: Sudeco.

Este movimento reflete o crescimento econômico diferenciado da região. Entre 2002 e 2014, o produto interno bruto do Centro-Oeste registrou uma expansão média anual de 4,6%, maior que a registrada para a economia nacional que foi de 3,5% ao ano. Entre as regiões brasileiras, o Centro-Oeste foi superado, em sua intensidade de crescimento no período, apenas pela região Norte que apresentou uma expansão de 4,9%; todas as demais regiões brasileiras tiveram menor expansão: Nordeste (3,9%), Sudeste (3,2%) e Sul (3,0%). A dinâmica da economia regional decorre da rápida penetração da agropecuária nos Cerrados, com alta produtividade e utilizando novas tecnologias num ambiente natural favorável, viabilizada pela cultura técnica e espírito

empreendedor dos imigrantes de diferentes regiões, atraídos por novas oportunidades de realização pessoal e familiar. Os incentivos governamentais, expressos no slogan “Plante que o governo garante”, deram o impulso adicional ao movimento migratório para a região.

O intenso processo migratório expandiu a população regional a taxa média de 2,8% ao ano entre 1970 e 2010, maior que o crescimento anual médio da população brasileira no mesmo período, de 1,8% ao ano<sup>2</sup>. O Centro-Oeste aumentou sua participação no PIB per capita nacional nos últimos anos; como mostra o gráfico 2. De cerca de 123,74%, em 2002, a região chega a pouco mais de 125% da média nacional no ano de 2014<sup>3</sup>. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, no ano de 2015, cerca de 29,2% da população residente no Centro-Oeste tinha nascido em outras localidades, particularmente no Nordeste (42,2%) e Sudeste (30,9%). Nestas décadas, devido à imigração, a região passou de um espaço que poderia ser caracterizado de vazio demográfico para um território no qual viviam, em 2015, de acordo com estimativa do IBGE, mais de 15 milhões de pessoas.

Gráfico 2 - Relação entre o PIB per Capita Regional e a Média Nacional (2002 a 2014)



Fonte: Contas Regionais do Brasil – IBGE.  
Elaboração: Sudeco.

A ampliação da agropecuária na região tornou o Centro-Oeste o principal polo produtor e exportador de agronegócio no Brasil. No curto espaço de 10 anos (safras 2005/2006 a 2015/2016), a participação da região na produção de grãos do Brasil saltou de 33,58% para 40,35%, com uma produção de mais de 75 milhões de toneladas<sup>4</sup>. Por outro lado, em 20 anos, o rebanho bovino do Centro-Oeste aumentou em cerca de 32%, alcançou, em 2015, mais de 72 milhões de cabeças de gado, também equivalente a pouco mais de um terço do rebanho brasileiro (ver gráfico 3).

<sup>2</sup> Fonte: Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O Censo de 2010 apresentou os dados da população recenseada no Censo Demográfico 1970.

<sup>3</sup> Fonte: Contas Regionais do Brasil – IBGE.

<sup>4</sup> Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Esta evolução é acompanhada do aumento das exportações da região e da participação do Centro-Oeste nas exportações brasileiras, principalmente do agronegócio. Em 2000, as exportações regionais representavam apenas 3,33% de todas as exportações brasileiras, percentual que aumenta em mais de três vezes em cerca de 16 anos, chegando a 12,28% das vendas externas de produtos brasileiros, em 2016. A participação do Centro-Oeste nas importações brasileiras chegou ao patamar de 5,54% nesse mesmo ano. Além disso, percebe-se a existência de saldo externo positivo na região (ver Gráfico 4).

Gráfico 3 - Evolução do Rebanho Bovino do Centro-Oeste – 1995 a 2015

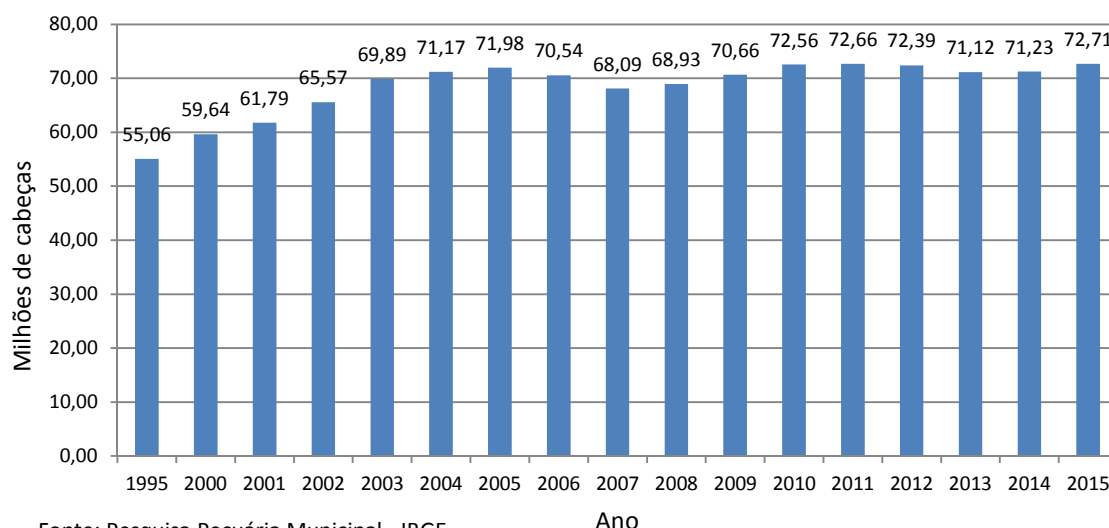
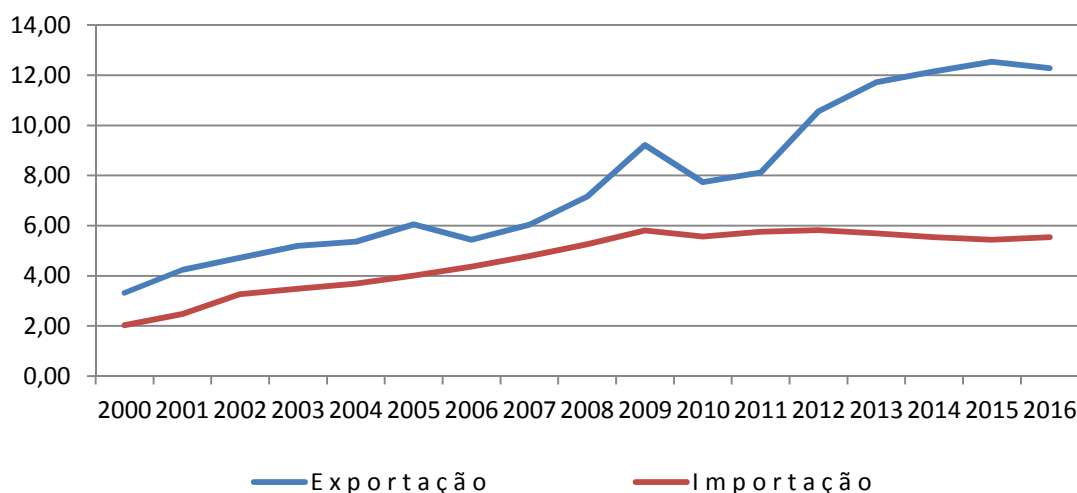


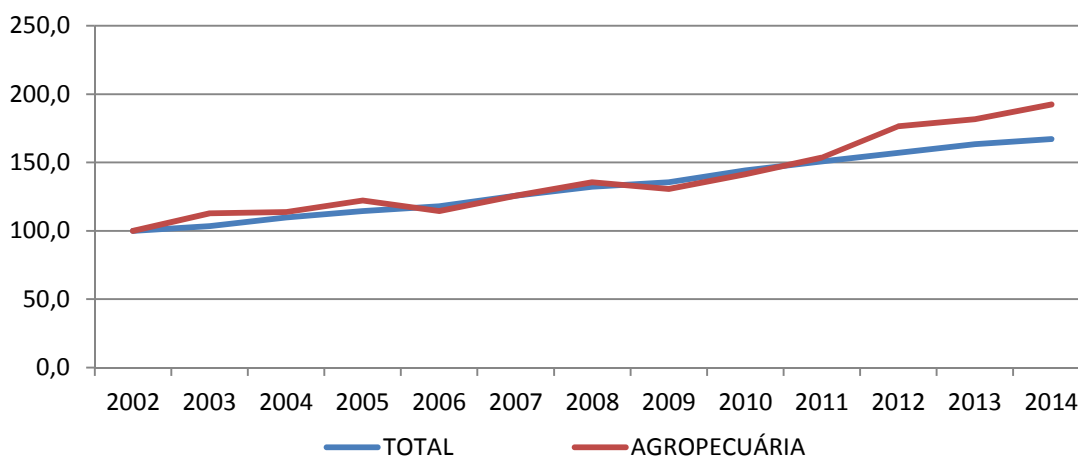
Gráfico 4 - Centro-Oeste: Participação nas Exportações e Importações do País – 2000 a 2016 (%)



Embora represente, em 2014, cerca de 9,96% do valor adicionado bruto regional, a agropecuária é um segmento produtivo que teve um expressivo dinamismo nos últimos anos. Ela registrou um aumento significativo durante esse período. Enquanto o valor adicionado bruto do Centro-Oeste apresentou um crescimento de cerca de 67,1% em 2014 na comparação com 2002, a agropecuária da região registrou um aumento de 92,4% nesse mesmo período (ver gráfico 5).

Apesar disso, o setor de serviços ainda possui o peso relativo mais alto no valor adicionado bruto do Centro-Oeste (pouco mais de 73%, em 2014). Isso reflete certo desequilíbrio decorrente do Distrito Federal, onde se concentra parte relevante da administração pública brasileira.

Gráfico 5 – Índice de Crescimento do Valor Adicionado Bruto Total e da Agropecuária do Centro-Oeste: 2002-2014 (2002 = 100)



Fonte: Contas Regionais - IBGE.

Elaboração: Sudeco.

O desempenho excepcional do comércio exterior centro-oestino foi alcançado apesar de deficiências graves na infraestrutura econômica e logística regional, com certo isolamento e elevados preços de transporte. A competitividade das unidades de produção (dentro da porteira) é tão significativa que compensa as desvantagens decorrentes dos custos de transporte. As altas produtividades decorrem de uma combinação de fatores, a começar pelas condições de relevo, mas devem-se, principalmente, a qualidade da tecnologia agropecuária utilizada, resultado de desenvolvimentos da Embrapa das últimas décadas. Indicador aproximado da produtividade da agropecuária, a utilização de tratores mostra uma rápida expansão em pouco mais de 20 anos, no primeiro ciclo de modernização.

### 1.3 Transição para Nova Onda e Novos Desafios do Futuro

O primeiro ciclo de modernização e expansão do Centro-Oeste baseou-se em três grandes fatores combinados que criavam as vantagens competitivas regionais: os recursos naturais abundantes, de qualidade e baratos, especialmente terra; a inovação tecnológica no setor agropecuário, levando à alta produtividade; e a capacidade empreendedora e inovadora dos empresários, principalmente dos imigrantes com tradição técnica agrícola. Essas vantagens competitivas compensaram as limitações que decorriam da distância e das limitações da infraestrutura e da logística regional. Entretanto, essa onda de expansão econômica gerou resultados modestos nas condições de vida da população e provocou grande impacto ambiental, comprometendo um dos fatores centrais das suas vantagens, os recursos naturais abundantes.

Além de sinais de esgotamento da primeira onda, amadurecem mudanças no perfil econômico e social do Centro-Oeste que podem sinalizar para uma transição que leva a um novo ciclo de desenvolvimento regional. A região parece experimentar um movimento de transição do antigo ciclo de expansão da fronteira e consolidação da moderna agropecuária centrado em commodities para uma nova onda de desenvolvimento com diversificação produtiva e aproveitamento sustentável dos recursos naturais. De um modelo de crescimento e ocupação com forte especialização no agronegócio, degradação ambiental e pouca irradiação social, para

uma fase de crescimento, diversificação econômica e agregação de valor, com consolidação da fronteira, conservação e recuperação do meio ambiente.

No início do primeiro ciclo de expansão da economia do Centro-Oeste, na década de 70, o governo federal criou um grande atrativo para os empreendedores com o slogan, já referido, “Plante que o governo garante”. Mesmo sem uma estratégia clara e abrangente de desenvolvimento, o Centro-Oeste mostra sinais ainda incipientes de um movimento diferenciado de crescimento econômico, como resposta aos novos desafios e aos problemas gerados pela primeira onda. Nessa direção, realizam-se investimentos industriais na região que adensam as cadeias produtivas do agronegócio e diversificam a estrutura produtiva regional, e ajudam a moderar a vulnerabilidade de uma economia centrada na agropecuária. Além das oportunidades nas próprias cadeias produtivas dominantes na região, a ampliação da renda e o processo de urbanização contribuem para a formação de um mercado interno regional com demandas por bens industriais e serviços modernos avançados (financeiros, educacionais, saúde, informática), infraestrutura social urbana, com destaque para o saneamento, e construção civil.

Por outro lado, apesar da fragilidade da gestão ambiental e da regulação do uso sustentável dos recursos naturais, novas formas de utilização dos recursos ambientais permitem a ampliação dos negócios sem degradação e transformam problemas em oportunidades de investimento. Nesse sentido, é importante ressaltar que a biodiversidade, a ampla disponibilidade de recursos naturais (incluindo beleza cênica) e a necessidade de resposta ao desmatamento abrem três grandes oportunidades de investimento: reflorestamento de áreas degradadas, combinando o manejo sustentado e o aproveitamento sustentável da madeira; aproveitamento da informação genética da biodiversidade dos ecossistemas da região para produção de fármacos, cosméticos, óleos e essências especiais; e a produção de combustível natural baseado nos recursos naturais e mesmo na produção de grãos. Além disso, os recursos naturais e as belezas cênicas regionais constituem grande potencial para a expansão do turismo e do ecoturismo. Nesse sentido, a nova onda de expansão conta com as mesmas vantagens competitivas da anterior, mas acrescenta o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, biodiversidade, belezas cênicas, recursos hídricos e florestais, como fatores adicionais de diferencial competitivo.

O mundo e o Brasil estão mudando rapidamente e geram novos desafios e oportunidades para o Centro-Oeste que podem estimular a inflexão para um ciclo diferenciado de crescimento e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, principal diferencial competitivo da região. Dependendo da forma e intensidade com que amadureçam essas mudanças, o Centro-Oeste estará diante de diferentes desafios, diante dos quais deve definir as estratégias para o desenvolvimento regional.



# 2

## CENÁRIOS

O planejamento se baseia em alguma forma de antecipação do futuro para conceber as tendências e incertezas do ambiente no qual a região vai se mover, orientar as decisões e iluminar as grandes escolhas e caminhos. Como um processo sistemático e estruturado de antecipação de futuros, a técnica de cenários tem sido utilizada, crescentemente, no planejamento estratégico regional, procurando descrever as possibilidades de desenvolvimento futuro da região e apoiando a delimitação dos processos externos que podem representar oportunidades e ameaças, diante das quais são formuladas as estratégias. Os cenários permitem visualizar e explicitar as expectativas de futuro que orientam as escolhas e decisões da região, base para a definição das prioridades estratégicas, explorando os desafios futuros da região. Visto o acelerado processo de mudança da realidade e as grandes incertezas do contexto, a reflexão em torno das alternativas de futuro é fundamental para iluminar o processo de planejamento estratégico.

Cenários são descrições do futuro baseadas em combinações coerentes de hipóteses plausíveis sobre o desempenho das grandes incertezas que determinam o comportamento do Centro-Oeste e, principalmente, do contexto externo à região<sup>5</sup>. Ao delimitar as incertezas e estruturar a realidade complexa, os cenários são arquétipos que mostram os diferentes padrões possíveis de comportamento do futuro por meio do tratamento e organização de hipóteses. A concepção de cenários utilizada no trabalho considera que o futuro é incerto e indeterminado e que, portanto, não pode ser antecipado com segurança e certeza; dessa forma, não se pretende afirmar o que vai acontecer, mas apenas delimitar as possibilidades de futuro dentro das circunstâncias e do horizonte de análise.

A construção de cenários é uma imaginação sobre os futuros possíveis e não uma projeção do desempenho e dos padrões de comportamento do passado; mesmo porque o futuro tende a ser diferente do passado, tanto mais quanto mais incerto e instável seja o objeto de análise. A aplicação da técnica de cenários ao Centro-Oeste e ao contexto externo que influencia a região deve lidar com a realidade complexa e com processos de mudanças com alta incerteza. Pela própria contribuição para o PRDCO, os cenários resultam de uma reflexão estruturada sobre as incertezas e seus possíveis desdobramentos futuros, de preferência com envolvimento de técnicos e atores sociais da região. Como o futuro é incerto e as hipóteses apenas delimitam as possibilidades, a reflexão dos técnicos e atores fortalece a capacidade da sociedade regional de compreender os sinais de mudanças e identificar novas incertezas e hipóteses para ajustar as alternativas de futuro.

Neste sentido, o PEDCO 2007-2020 adotou a técnica acima referida, traçando cenários, descritos na seção seguinte:

O processo de construção de cenários segue, normalmente, quatro grandes passos sequenciados que organizam a reflexão estruturada em torno da região e do seu contexto externo:

- a) Identificação das **grandes incertezas** que podem definir as alternativas futuras do mundo, do Brasil e da região.
- b) Formulação de **hipóteses plausíveis** de comportamentos futuros dessas incertezas.

---

<sup>5</sup> GODET, 1997; PORTER, 1989.

- c) **Combinação das diferentes hipóteses** das incertezas, formando o conjunto das possibilidades de futuro.
- d) **Análise de consistência das combinações**, que identificam as combinações consolidadas e considera que somente esses conjuntos consistentes formam as bases dos cenários.

A elaboração dos cenários alternativos do Centro-Oeste procurou situar a região dentro das condições e influências que recebe do ambiente internacional, particularmente do comércio mundial, e do macroambiente brasileiro com desempenhos diferenciados de variáveis de grande impacto na região. O perfil da economia regional, com presença forte nos mercados mundiais de agronegócio, acentua a influência dos processos externos sobre o desempenho do Centro-Oeste. Os cenários do Centro-Oeste resultam, assim, da interação das influências externas (mundiais e nacionais) com os processos internos da região.

Abaixo são apresentados os cenários do Centro-Oeste, de acordo com o PEDCO 2007-2020. Mais à frente, estes são avaliados de acordo com a realidade do presente momento, o que leva à validação de alguns aspectos dos cenários e a alteração de outros, postos em seção subsequente.

## **2.1 Cenários do Centro-Oeste, segundo o PEDCO 2007-2020**

O Centro-Oeste é uma região dinâmica, baseada na moderna agropecuária, com forte integração comercial no contexto mundial e nacional, apesar de conviver com importantes estrangulamentos na infraestrutura, principalmente nos transportes, devido à grande distância dos mercados consumidores. A economia centro-oestina apresenta, contudo, uma baixa agregação de valor dos seus principais produtos de exportação e uma vulnerabilidade às condições do mercado internacional com flutuação de preços das commodities. Por outro lado, a expansão da economia regional tem gerado resultados modestos nas condições de vida da população, além de impactos negativos no meio ambiente por conta do padrão tecnológico de exploração dos recursos naturais.

Entretanto, nos últimos anos, tem havido algumas mudanças importantes na organização econômica e social do Centro-Oeste; além disso, na própria região amadurecem processos diferenciados, como a diversificação da produtividade, agregação de valor às atividades agropecuárias e a busca de políticas públicas que ampliem os benefícios sociais do crescimento e que estabeleçam relações mais equilibradas com os ecossistemas regionais. Embora ainda tímidos, os movimentos, internos e externos ao Centro-Oeste, podem estar preparando alternativas futuras distintas para a região. Assim, além dos determinantes externos, que decorrem dos cenários mundiais e nacionais, é importante analisar os processos que emergem internamente para antecipar os cenários alternativos do Centro-Oeste.

### **2.1.1 Condicionantes do futuro**

A análise dos processos em maturação internamente no Centro-Oeste permitiu identificar nove condicionantes relevantes que antecipam os futuros alternativos da região, influenciados, evidentemente, pelos processos exógenos:

- Política ambiental dos estados;
- Investimento em infraestrutura e logística na região;
- Diversificação e adensamento das cadeias produtivas;
- Expansão e esgotamento da fronteira agrícola;
- Conflitos fundiários;

- Inovação e desenvolvimento tecnológico;
- Pressões antrópicas e degradação ambiental;
- Formação e ampliação do mercado interno;
- Desaceleração do crescimento demográfico e do fluxo migratório.

### **2.1.2 Incertezas críticas e hipóteses**

Ao analisar os condicionantes do futuro do Centro-Oeste, é possível identificar um pequeno conjunto daqueles que são os mais determinantes e que, ao mesmo tempo, apresentam grande incerteza de desempenho; esses condicionantes (mais relevantes e mais incertos) são as **incertezas críticas** do Centro-Oeste, cujo desempenho determina as alternativas de evolução futura da região. Para descrever os cenários regionais, são formuladas hipóteses de comportamento futuro plausível dessas incertezas críticas que, combinadas, definem o futuro do Centro-Oeste e respondem aos impactos dos cenários do contexto externo. Entretanto, como o futuro da região é fortemente dependente de processos exógenos – mundiais e nacionais –, essas combinações de hipóteses endógenas devem ser conciliadas também com desempenhos diferenciados do contexto externo (decorrentes dos cenários mundiais e nacionais, cada um deles apresentando uma conjunção particular de determinantes externos). As incertezas críticas do Centro-Oeste estão apresentadas abaixo com as hipóteses de futuro.

#### **2.1.2.1 Política ambiental dos estados**

Vista a crescente preocupação da sociedade com os problemas ambientais e os movimentos dos governos, a política ambiental dos estados do Centro-Oeste pode assumir, nas próximas décadas, três estados:

- Hipótese 1 – Eficaz no controle e fiscalização (reativa) harmonizada nos estados.
- Hipótese 2 – Eficaz, harmonizada nos estados e indutora da mudança do modelo econômico (proativa).
- Hipótese 3 – Restritiva, desorganizada (dispersa e pontual) e ineficaz.

#### **2.1.2.2 Investimento em infraestrutura e logística na região**

Podem ser formuladas três hipóteses diferentes para o comportamento futuro dos investimentos em infraestrutura e logística no Centro-Oeste, parte das quais são fortemente dependentes dos cenários nacionais:

- Hipótese 1 – Ampliação moderada da malha de transporte e da rede elétrica.
- Hipótese 2 – Ampliação da malha integrada de transporte e da rede elétrica (continental).
- Hipótese 3 – Leve redução nos estrangulamentos (investimentos moderados).

#### **2.1.2.3 Inovação e desenvolvimento tecnológico**

Para o desempenho futuro da inovação e do desenvolvimento tecnológico, podem ser formuladas três hipóteses distintas, também dependentes dos cenários nacionais:

- Hipótese 1 – Intensa e seletiva inovação (biotecnologia, transgênicos e manejo florestal).
- Hipótese 2 – Intensa e ampla inovação.
- Hipótese 3 – Moderada e seletiva inovação (biotecnologia, transgênicos e manejo florestal).

### **2.1.3 Cenários alternativos**

Os futuros alternativos do Centro-Oeste recebem forte influência das variáveis externas (mundiais e nacionais), com desempenho diferenciado segundo o cenário que venha a prevalecer nas próximas décadas. Os cenários regionais são, portanto, o resultado da combinação das influências externas com os processos internos, estes também relativamente dependentes do ambiente. Assim, para chegar aos cenários do Centro-Oeste, é necessário combinar e articular as hipóteses das incertezas críticas internas com os futuros possíveis do contexto mundial, que se expressam nos cenários mundiais (destacam-se as variáveis que impactam no Centro-Oeste), e do ambiente externo brasileiro, expresso pelos três cenários nacionais (destacam-se as variáveis que impactam diretamente a região). A Matriz 1 mostra a combinação das hipóteses das incertezas críticas endógenas com os cenários mundiais e nacionais.

Na Matriz 1, cada uma das colunas expressa uma combinação consistente, que constitui a base para os cenários do Centro-Oeste, sintetizados nas ideias-força indicadas na última linha da matriz. As duas primeiras linhas mostram as características dominantes nos cenários mundiais e nacionais, considerados consistentes (com destaque para as variáveis de impacto regional). As outras linhas mostram as hipóteses de desempenho das três incertezas críticas regionais, formando três conjuntos consistentes organizados nas colunas.

De forma detalhada, apresentam-se a seguir os cenários alternativos do Centro-Oeste, desagregando as ideias-força e as hipóteses em variáveis e resultados que decorrem dos impactos das incertezas críticas, inclusive algumas variáveis de interesse direto do Centro-Oeste.

## **CENÁRIO A – Continua a Velha Onda**

### **Ideia-força**

O Centro-Oeste mantém taxas altas de crescimento econômico integrado à economia mundial, com moderada diversificação da estrutura produtiva, parcial adensamento das cadeias produtivas e leve agregação de valor, acompanhado de melhoria lenta da qualidade de vida e leve redução da degradação ambiental.

Matriz 1 - Combinação de Hipóteses das Incertezas Críticas do Centro-Oeste

Contexto mundial	<b>Cenário A</b> Parcial abertura comercial; moderado mercado de carbono; aumento moderado da demanda de alimentos, de água e de energia c/moderada alteração da matriz; e fluxo turístico moderado.	<b>Cenário B</b> Ampla abertura comercial; forte mercado de carbono; acelerado crescimento da demanda de alimentos, água e energia com intensa alteração da matriz; e fluxo turístico amplo.	<b>Cenário C</b> Abertura limitada e seletiva; limitado mercado de carbono; expansão tímida da demanda de alimentos e de água, e moderada de energia com limitada alteração da matriz; e fluxo turístico médio.
Contexto nacional			
Incertezas críticas endógenas	<b>Cenário A</b> Moderados investimentos em IEE; e médio investimento privado; crescimento moderado; expansão rápida da demanda de energia; leve redução das desigualdades regionais e média expansão do mercado interno.	<b>Cenário B</b> Alto investimento em IEE e forte retomada dos investimentos privados; crescimento alto; aumento significativo da demanda de energia; moderada redução das desigualdades regionais e rápida expansão do mercado interno.	<b>Cenário C</b> Baixo investimento em IEE e contenção dos investimentos privados; crescimento médio e instável; aumento médio da demanda de energia; manutenção das desigualdades regionais, e mercado interno contido.
Política ambiental dos estados	Eficaz no controle e fiscalização (reativa) e harmonizada nos estados.	Eficaz, harmonizada nos estados e indutora da mudança (proativa)	Restritiva, desorganizada (dispersa e pontual) e ineficaz.
Investimento em infraestrutura e logística	Ampliação moderada da malha de transporte e da rede elétrica.	Ampliação da malha integrada de transporte e da rede elétrica (continental).	Leve redução nos estrangulamentos (investimentos moderados).
Inovação e desenvolvimento tecnológico	Intensa e seletiva inovação.	Intensa e ampla inovação.	Moderada e seletiva inovação.
Idéias-força	Crescimento alto c/moderada diversificação e adensamento das cadeias produtiva, leve melhora da qualidade de vida e leve redução da degradação ambiental.	Acelerado crescimento c/intensa diversificação e adensamento das cadeias produtivas, forte melhora da qualidade de vida e moderada redução da degradação e recuperação de áreas degradadas.	Crescimento médio c/limitada diversificação e adensamento das cadeias produtivas, persistência de baixos indicadores sociais e continuada degradação ambiental.

### Descrição

No ambiente externo do Centro-Oeste, tanto no mundo quanto no Brasil, predomina uma certa continuidade das condições econômicas e políticas, com pequenas mudanças e leve melhora

nas condições que impactam sobre a região. A economia mundial continua com médio crescimento, registrando parcial redução das barreiras alfandegárias, e amplia moderadamente o mercado de crédito de carbono, assim como da demanda de alimentos, de água e de energia, acompanhada de uma moderada alteração da matriz energética, com aumento da biomassa, e ampliação média do fluxo turístico.

Enquanto isso, o Brasil experimenta uma lenta, mas consistente retomada do crescimento econômico com estabilidade e recuperação moderada da capacidade de poupança e investimento público. Assim, ampliam-se, de forma moderada, os investimentos em infraestrutura econômica e logística em todo o território nacional, acompanhados de parcial reanimação dos investimentos privados, e expande-se o mercado interno de modo a realizar médio crescimento da demanda de alimentos, água e energia, com parcial mudança da matriz energética. Por outro lado, a implementação de políticas sociais, regionais e ambientais com média eficácia e com elementos compensatórios e reativos promove uma pequena melhoria da qualidade de vida, uma leve redução das desigualdades regionais, e contenção parcial da degradação ambiental nos principais ecossistemas brasileiros.

Diante dessas condições externas, os estados do Centro-Oeste harmonizam suas políticas ambientais com relativa eficácia, mas de forma reativa, acompanhando o comportamento da política nacional. Em sintonia também com iniciativas do governo federal, os estados promovem uma moderada recuperação dos investimentos em infraestrutura de transporte, e estimulam uma intensa e seletiva inovação tecnológica nas atividades produtivas regionais.

Como resultado da combinação das condições externas com os processos internos ao Centro Oeste, a economia da região alcança um alto ritmo de crescimento, em torno de 5,2% ao ano no período, acima da média brasileira, que leva a um aumento persistente da participação do PIB regional no produto nacional. Em 2020, o PIB do Centro-Oeste deve alcançar R\$ 291,57 bilhões, mais do que o dobro em 15 anos, já que o produto atual da região é estimado em R\$ 136,45 bilhões. Dessa forma, a região aumenta continuamente sua participação na economia brasileira e chega a 2020 com 9,45% do PIB nacional, quase dois pontos percentuais acima da participação atual. Consolida-se a integração da economia regional à economia mundial como grandes exportadores, com leve diversificação da pauta, embora predominem ainda os produtos agropecuários e energia, respondendo à moderada, mas crescente demanda mundial de alimentos e energéticos. Os bens básicos, especialmente commodities do agronegócio, declinam levemente sua participação no total das exportações regionais, dos atuais 70% para cerca de 68,4%, em 2020, e refletem pequena agregação de valor dos produtos comercializados no contexto mundial. O Centro-Oeste representará, em 2020, 7,57% das exportações brasileiras, percentual pouco superior ao estimado para 2005 (cerca de 6,7%) – a Matriz 2 mostra os indicadores comparados dos cenários no horizonte 2020.

A expansão do turismo e dos serviços assim como algumas poucas atividades industriais voltadas para o mercado regional levam a uma moderada diversificação da estrutura produtiva do Centro-Oeste, acompanhada de parcial adensamento das cadeias produtivas da agropecuária com beneficiamento de soja e produtos pecuários.

A agropecuária aumenta a produtividade, com base na inovação tecnológica, que inclui a difusão dos transgênicos e alguma tecnologia de manejo sustentável, e mantém a competitividade mundial do agronegócio centro-oestino. O Centro-Oeste se beneficia de moderada ampliação dos centros de pesquisa regionais e aumenta os seus recursos humanos (pesquisador por milhão de habitantes passa dos atuais 529,3 para cerca de 800, em 2020); em todo caso, a modernização tecnológica conta com forte difusão de tecnologias geradas fora do Centro-Oeste. Por outro lado, a política ambiental eficaz embora reativa, tanto do governo federal quanto dos

estados do Centro-Oeste, permite uma leve redução da taxa de degradação ambiental dos ecossistemas, apesar do crescimento da economia, o que é favorecido pela inovação tecnológica. Além disso, a região consegue um parcial aproveitamento do mercado de crédito de carbono, que se amplia moderadamente no contexto mundial, com reflorestamentos em algumas poucas áreas degradadas. Mesmo assim, com a manutenção de altas taxas de crescimento, persistem as pressões antrópicas na região, levando a um continuado desmatamento da cobertura florestal, embora em ritmo moderado; assim, a cobertura florestal do Cerrado declina dos atuais 43% para cerca de 34,63%, em 2020.

A combinação de alto crescimento econômico com recuperação da capacidade de gastos públicos, reforçada pela política social brasileira mesmo predominantemente compensatória, promove uma melhoria moderada das condições de vida da população (com ritmo declinante de crescimento, decorrente da moderação dos fluxos migratórios). O desemprego diminui e o PIB per capita cresce bastante no período, passando dos atuais R\$ 10.518,60 para cerca de R\$ 18.521,40, em 2020, com leve redução da concentração, ainda assim permanecendo alta no final do cenário (índice de Gini estimado em 0,55). Em 15 anos, o abastecimento de água do Centro-Oeste amplia-se, passando de 87,2% dos domicílios, estimado para 2005, para 94,55%, em 2020, uma moderada melhora da habitabilidade dos centro-oestinos. Da mesma forma, aumenta o percentual de domicílios com esgotamento sanitário, mantendo-se ainda baixo, no final do período, cerca de 53,81%, ainda bem acima dos atuais 39,4%.

A melhoria das condições sanitárias e o aumento da renda levam a uma redução da taxa de mortalidade infantil que declina dos atuais 20,7 óbitos em mil crianças nascidas vivas para cerca de 15, em 2020. A pobreza regional também apresenta um movimento declinante, como resultado da expansão de emprego e renda, complementada por políticas sociais (mesmo tímidas e compensatórias). Ao considerar que existem, atualmente, 25,4% da população regional em condição de pobreza, em 2020 esse percentual deve chegar a 20,98%, ainda um índice alto de pobres na região. O analfabetismo também diminui e o nível de escolaridade segue uma trajetória de moderada expansão; em 2020, a região ainda terá 7% de analfabetos na população de 15 anos ou mais de idade (quase dois pontos percentuais abaixo dos atuais) e 16,75% de analfabetos funcionais, indicador estimado hoje em 22% da população de 15 anos ou mais. A escolaridade aumenta em ritmo moderado, mesmo sem grandes e ousadas políticas de investimentos na área; passa de 7,1 anos médios de estudo, estimado para 2005, para 10,74 anos, em 2020. Em parte, como resultado desses avanços na educação, a inclusão digital também segue uma trajetória de moderada ampliação, de modo que, em 2020, cerca de 22,4% dos domicílios da região terão computador e acesso à internet (estima-se em 14,8% o percentual de domicílios).

## **CENÁRIO B – Nova Onda de Crescimento Sustentado**

### **Ideia-força**

Acelerado crescimento econômico com forte integração mundial, acompanhado de intensa diversificação da estrutura produtiva e amplo adensamento das cadeias produtivas, com agregação de valor, complementado pela rápida melhoria da qualidade de vida, moderada redução da degradação ambiental e ampla recuperação de áreas degradadas.

### **Descrição**

Mudanças importantes e consistentes no contexto mundial e nacional alteram completamente o ambiente e as condições futuras do Centro-Oeste, tanto pelo ritmo e estabilidade da economia quanto, principalmente, pelos mecanismos políticos e institucionais de gestão e promoção do

desenvolvimento. A economia mundial inicia um ciclo de crescimento com estabilidade, regido por um sistema de regulação multilateral, que acelera a redução das barreiras alfandegárias, expande o mercado de crédito de carbono, e, portanto, intensifica a demanda de alimentos, de água e de energia, acompanhada de uma ampla mudança da matriz energética, com forte aumento das fontes renováveis e alternativas, incluindo biocombustível, e forte ampliação do movimento turístico.

Enquanto isso, o Brasil volta a registrar altas taxas de crescimento econômico com estabilidade e ampla recuperação da capacidade de poupança e investimento público, ao mesmo tempo em que cria um ambiente favorável aos investimentos privados. Dessa forma, intensificam-se os investimentos na infraestrutura econômica e na logística em todo o território nacional, envolvendo também capital privado no modelo de Parcerias Público-Privadas (PPPs). O aumento da renda, combinada com políticas sociais ativas, promove uma rápida ampliação do mercado interno brasileiro, levando a uma forte expansão da demanda de alimentos, água e energia, com mudança significativa da matriz energética nacional. Além da política social, o governo brasileiro põe em prática uma política regional com medidas estruturadoras de mudança do diferencial competitivo, e gestão ambiental eficaz e proativa que orienta a uma reorganização da relação da economia com o meio ambiente. Como resultado, o Brasil apresenta melhora significativa da qualidade de vida, moderada redução das desigualdades regionais e redução relevante da degradação ambiental nos ecossistemas brasileiros.

Consistente com o quadro nacional e as políticas públicas federais, os governos dos estados do Centro-Oeste harmonizam suas políticas ambientais com postura proativa e indutora de mudança, favorecida pela intensa e ampla inovação tecnológica que aumenta a produtividade da agropecuária, mas, ao mesmo tempo, oferece processos sustentáveis para as atividades produtivas regionais. Os estados também recuperam os investimentos na infraestrutura e complementam os recursos federais na ampliação da malha integrada de transporte, que se articula em nível continental.

O resultado dessas condições exógenas e endógenas é a inauguração de uma nova fase na história do Centro-Oeste, que combina acelerado crescimento econômico com melhoria das condições de vida e redução relevante da degradação ambiental. A economia regional cresce a taxas altas, em torno de 7,7% ao ano no período, bem acima do dinamismo nacional, e aumenta rapidamente a participação do PIB regional no produto nacional; em 2020, o PIB do Centro-Oeste deve ser R\$ 417,47 bilhões, mais de três vezes superior aos atuais R\$ 136,45 bilhões, de modo que a economia regional representará, no final do período, cerca de 9,8% do PIB brasileiro. O rápido crescimento da economia é acompanhado de intensa integração continental, viabilizada pela ampliação da rede de transporte e energia, incluindo a abertura para o Pacífico, com diversificação da pauta de exportação regional. Em todo caso, como resultado de uma maior articulação com a economia nacional e dinamização do mercado interno regional, o Centro-Oeste reduz sua participação no total das exportações brasileiras, passando de 6,07%, estimado em 2005, para apenas 5,94%, em 2020.

As condições do mercado externo e os incentivos governamentais levam a uma ampla diversificação da estrutura produtiva com expansão do turismo, dos serviços e de novas atividades industriais, incluindo a emergente bioindústria. Da mesma forma, as cadeias produtivas apresentam um amplo e intenso adensamento, com beneficiamento de produtos agropecuários, agregando valor, e produção local de insumos e produtos a montante das cadeias com agregação de valor. A diversificação produtiva e adensamento das cadeias produtivas refletem-se na pauta de exportações da região, expressa no declínio relativo dos bens primários no total exportado. Com efeito, até 2020, esses produtos sem beneficiamento reduzem sua participação nas exportações dos atuais 70% para cerca de 57,8%.



As inovações tecnológicas promovem uma melhoria significativa da produtividade agropecuária, com intensa difusão de tecnologias adequadas aos ecossistemas, inclusive a biotecnologia com controle rigoroso dos transgênicos. Em 15 anos, a região registra uma ampliação significativa da pesquisa tecnológica regional, que se manifesta no crescimento dos recursos humanos ocupados nas instituições regionais. Medido pelo índice de pesquisador por milhão de habitantes, o Centro-Oeste salta dos atuais 529,30 para 953,24, quase dobrando a capacidade de pesquisa regional. Nos próximos 15 anos, o Centro-Oeste faz um amplo aproveitamento do mercado de crédito de carbono com reflorestamento em áreas degradadas e produção de biocombustível. Ao mesmo tempo, a implementação de política ambiental proativa no âmbito nacional e nos estados da região, apoiada nas inovações tecnológicas, permite uma moderada redução da degradação ambiental com recuperação de áreas degradadas, apesar do forte crescimento econômico. A gestão ambiental e as mudanças tecnológicas alteram a relação da economia com o meio ambiente, e reduz o impacto provocado pelo aumento da base produtiva brasileira<sup>6</sup>.

Dessa forma, até 2020 a cobertura florestal dos biomas do Centro-Oeste deve se recuperar moderadamente, como resultado da combinação do manejo sustentável e das tecnologias adequadas com o reflorestamento em áreas desmatadas. A cobertura do Cerrado recupera-se e passa dos 43% atuais para quase 44%, em 2020.

O aumento das oportunidades de trabalho e a recuperação da capacidade de investimento público viabilizam políticas estruturadoras de mudança, e promovem rápida e significativa melhoria das condições de vida da população, reforçada pelos gastos sociais federais na região. O PIB per capita alcança o nível de R\$ 26.519,32, mais que o dobro dos atuais R\$ 10.518,60, resultado do rápido crescimento da economia com uma redução da taxa de expansão demográfica. O desemprego reduz bastante, ao mesmo tempo em que declina bastante a concentração de renda do Centro-Oeste, atualmente expressa por um índice de Gini de 0,57, chegando a 0,51 em 2020, resultado da combinação da ampliação do emprego e da renda com as políticas sociais. A pobreza tende a uma forte redução, alcançando em 2020 nível inferior a dois dígitos (cerca de 8,54% da população), representando quase um terço dos 25,4% registrados em 2005.

Por outro lado, aumenta a oferta de serviços sociais básicos, particularmente saneamento básico, com o crescimento do percentual de domicílios com abastecimento de água e com esgotamento sanitário; até 2020, a oferta de água chega a quase 100% dos domicílios, subindo cerca de 12 pontos percentuais, enquanto o esgotamento sanitário aproxima-se de 90%, apresentando um salto mais significativo, mesmo porque é um indicador especialmente baixo na atualidade. Essa melhoria das condições sanitárias contribui para a redução da mortalidade infantil no Centro-Oeste, estimada atualmente em 20,7 óbitos em mil crianças nascidas vivas, chegando a 2020 com valores quase residuais de 5,57 óbitos. Na educação, o Centro-Oeste registra avanços relevantes como resultado dos grandes investimentos para ampliar as oportunidades e favorecer a competitividade regional. Assim, o nível de escolaridade regional cresce de 7,10 anos médios de estudo para aproximadamente 13, em 2020. Ao mesmo tempo, a taxa de analfabetismo cai de 9,2% da população de 15 anos ou mais para apenas 5,94%, enquanto o analfabetismo funcional declina de 22% para 14,2% da população de 15 anos ou mais. Finalmente, o Centro-Oeste registra aumento importante na inclusão digital, com 26,65% dos domicílios com computador e acesso à internet, quase 12 pontos percentuais acima do nível atual.

---

<sup>6</sup> O *trade-off* que existe entre o crescimento econômico e a qualidade do meio ambiente, expressão da estrutura produtiva e do padrão tecnológico, arrefece à medida que as empresas introduzem inovações que moderam as pressões sobre o ambiente natural.

## **CENÁRIO C – O Ciclo Interrompido**

### **Ideia-força**

Crescimento econômico médio, levemente superior ao brasileiro, integrado ao mercado mundial e nacional, com lenta e limitada diversificação da estrutura produtiva e adensamento restrito de algumas cadeias produtivas, convivendo com baixos indicadores sociais e com continuada degradação ambiental.

### **Descrição**

Dificuldades no contexto internacional, instabilidade econômica e limitadas políticas públicas no Brasil formam as condições externas desfavoráveis para o futuro do Centro-Oeste. O mundo apresenta crescimento econômico baixo e irregular, ao mesmo tempo em que o Brasil também cresce moderadamente com instabilidade. No mercado internacional, não avançam as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), persistindo as barreiras alfandegárias com limitada e seletiva redução de barreiras, da mesma forma que o mercado de carbono estaciona. Ao acompanhar a relativa estagnação econômica e ausência de mecanismos de regulação mundial, registra-se uma expansão tímida da demanda de alimentos, de água, e de energia, com limitada alteração da matriz energética. Enquanto isso, o Brasil continua com limitações na capacidade de poupança e investimento, e com redução dos investimentos públicos em infraestrutura econômica e nas políticas públicas federais, dominadas por uma postura reativa e compensatória. O mercado interno fica contido tanto pelo lento crescimento quanto pelas limitadas políticas sociais que moderam a demanda de alimentos e de energia e mantêm as desigualdades regionais. Frente a esse quadro externo e influenciado pelo impacto das condições mundiais e nacionais, os governos dos estados do Centro-Oeste não conseguem harmonizar suas políticas ambientais, que continuam dispersas e com baixa eficácia, ao mesmo tempo em que são limitados os investimentos estaduais em infraestrutura, ocasionando a manutenção de estrangulamentos.

Como resultado da combinação dos fatores externos e dos processos internos, a economia do Centro-Oeste apresenta baixa taxa de crescimento, ligeiramente acima da brasileira, levando a um pequeno aumento da participação do PIB regional no produto nacional. Na média do período, a região cresce cerca de 3,5% ao ano, com forte irregularidade, elevando o PIB do Centro-Oeste para R\$ 218,83 bilhões, apenas 60% superior ao atual, estimado em R\$ 136,45 bilhões. A economia do Centro-Oeste representará, em 2020, 8,66% do PIB brasileiro, à medida que, nesse cenário, a economia nacional também apresente modesta taxa de crescimento.

Com média integração à economia mundial, a região se consolida como grande exportador de produtos primários, com reduzida diversificação da pauta exportadora, concentrada na agropecuária e nas commodities. O Centro-Oeste quase conserva a sua participação de 6,7% das exportações brasileiras. A estrutura produtiva do Centro-Oeste continua dominada pela agropecuária, com limitada diversificação que decorre de pequena expansão do turismo e dos serviços, sem um processo relevante de industrialização; da mesma forma, as cadeias produtivas regionais não se adensam, com apenas algum beneficiamento localizado de soja e produtos agropecuários. Essa baixa diversificação e adensamento das cadeias produtivas regionais se manifesta também na pauta de exportação de bens primários, apenas ligeiramente abaixo dos 70% registrados atualmente.

Com o mercado de crédito de carbono estacionado e a falta de iniciativas locais, o Centro-Oeste aprova poucos projetos isolados e de pequena importância para a região. A produtividade da agropecuária registra um pequeno aumento, suficiente para acompanhar o movimento

nacional, à medida que a inovação e a difusão de tecnologias são moderadas, incluindo transgênicos, com limitado domínio nacional. O sistema de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da região avança lentamente, apenas por força da inércia, registrando pequeno aumento dos recursos humanos ocupados em pesquisas. Até 2020, o número de pesquisador por milhão de habitantes deve subir dos atuais 529,3 para 671,60 no final do período. Com limitados avanço e inovação tecnológica, e reduzida eficácia da política ambiental, fortemente reativa, devem persistir as pressões antrópicas nos biomas regionais, moderadas apenas pelo menor crescimento da economia. Além disso, o pouco aproveitamento do mercado de carbono inibe processos efetivos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas. Como consequência, nos 15 anos do período analisado, ainda diminui a cobertura florestal do maior bioma do Centro-Oeste; a cobertura florestal do Cerrado cai de 43% para cerca de 36,43%, em 2020.

O moderado crescimento da economia e as limitações de recursos públicos para gastos sociais (em políticas predominantemente compensatórias) provocam uma melhoria muito lenta das condições de vida da população, acompanhando o movimento modesto do Brasil. Desemprego elevado e lento crescimento da renda dificultam a ampliação da qualidade de vida, moderando as já limitadas políticas sociais. Os eventuais ganhos em alguns indicadores decorrem de processos inerciais de expansão a partir de uma base muito baixa e pela continuidade, mesmo limitada, irregular e ineficaz das políticas sociais. O abastecimento de água sobe de 87,3% dos domicílios para quase 90%, em 2020, e o esgotamento sanitário se eleva do atual patamar de 39,4% para apenas 45,3%, no final do período. Com a persistência de baixa oferta de saneamento, a mortalidade infantil declina, ainda que lentamente, e chega a 18,35 óbitos em mil crianças nascidas vivas, pouco abaixo dos atuais 20,7 óbitos.

A concentração de renda e a pobreza continuam altas, mantidas pelo baixo crescimento da economia e da renda e pela persistência de desemprego; o índice de Gini aumenta de 0,57 para cerca de 0,60, evidenciando pequeno aumento da concentração de renda, e a pobreza também se eleva levemente, chega a 2020 com 27,5% da população centro-oestina. No segmento educacional prossegue um ritmo muito lento de melhoria dos indicadores, levados apenas pela inércia; o nível de escolaridade sobe de 7,1 anos médios de estudo para 9 anos em 2020; a taxa de analfabetismo cai de 9,2% da população de 15 anos ou mais para 7,68%; e o analfabetismo funcional declina dos atuais 22% da população de 15 anos ou mais para cerca de 18% no final do período. Na inclusão digital, também tende a ocorrer leve aumento, passando de 14,8% dos domicílios com computador e acesso à internet para 18,78%, em 2020.

Matriz 2 - Comparação dos Cenários do Centro-Oeste

VARIÁVEIS	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
	Alto aumento da participação no BR	Acelerado com forte aumento da participação	Médio c/manutenção da participação
Crescimento econômico			
Taxa de crescimento do PIB do CO (méd. do período, em %)	5,2	7,7	3,5
Crescimento econômico acima do Brasil (em %)	1,5	1,9	0,9
PIB do CO (2020) (em bilhões de reais)	291,566	417,471	218,835
Participação do CO no PIB do Brasil (2020)	9,45%	9,80%	8,66%
PIB per capita do CO (2020) (em R\$)	18.521,38	26.519,32	13.901,24
Participação do CO no PIB per capita do Brasil (2020) (em %)	132,1	137,12	121,06
Comércio exterior	Integração moderada com leve diversificação da pauta de exportação	Forte integração com diversificação da pauta de exportação	Integração média c/pauta centrada em bens primários
Participação do CO nas exportações brasileiras (2020)	7,57%	5,94%	6,57%
Pauta de exportação (percentual de bens primários no total)	68,44	57,81	68,75
Crédito de carbono	Parcial aproveitamento do mercado	Amplio aproveitamento do mercado	Tímido aproveitamento do mercado
Inovação tecnológica	Aumento da produtividade e difusão controlada dos transgênicos com moderado domínio	Melhoria significativa e intensa difusão de tecnologias sustentáveis com domínio tecnológico	Pequeno aumento da produtividade e difusão de transgênicos c/pouco controle e domínio
Pesquisadores por milhão de habitantes	800,94	953,24	671,60
Diversificação produtiva	Moderada com turismo, serviços	Ampla com turismo, serviços e indústria, incluindo bioindústria	Limitada diversificação restrita a turismo e serviços
Adensamento das cadeias produtivas	Parcial	Amplio e intenso para frente e para trás	Restrito a pequeno beneficiamento
Qualidade de vida	Moderada melhoria	Melhoria rápida e significativa	Melhoria lenta
Abastecimento de água (% de domicílios)	94,55	99,36	89,96
Esgotamento sanitário (% de domicílios)	53,81	89,89	45,29
Mortalidade infantil (óbitos em mil)	15,06	5,57	18,35
Índice de pobreza (% da população)	20,98	8,54	27,51
Concentração de renda (Índice de Gini)	0,55	0,51	0,60
Nível de escolaridade (anos médios de estudo)	10,74	12,79	9,01
Taxa de analfabetismo (% de 15 anos ou mais)	7,01	5,94	7,68
Taxa de analfabetismo funcional (% de 15 anos ou mais)	16,75	14,20	18,36
Nível de inclusão digital (posse de computador e acesso à internet) (% de domicílios)	22,4	26,65	18,78
Degradação ambiental	Leve redução da degradação ambiental	Moderada redução com ampla recuperação de áreas degradadas	Persistência da degradação ambiental
Cobertura florestal no Cerrado (% de floresta remanescente)	34,63	43,86	36,43

## 2.2 Avaliação da realização dos cenários (2007-2016)

A partir da análise dos dados mais recentes a respeito do desempenho do Centro-Oeste, percebe-se que ele alcançou nos últimos anos um elevado nível de crescimento econômico em comparação com as outras regiões e o país. No período de 2007 a 2014, a região teve uma taxa de crescimento média de 4,7% ao ano, enquanto que o Brasil registrou um aumento médio de 3,5% e as demais regiões, taxas inferiores a 4,5% ao ano<sup>7</sup>. De 2007 a 2014, a Região Centro-Oeste foi a que apresentou o maior crescimento percentual de participação relativa no PIB do país, passando de 8,6% para 9,4%, patamar próximo ao previsto para 2020 pelo cenário A do PEDCO. O PIB alcançou, em 2014, a cifra de 542,63 bilhões de reais, valor superior à projeção mais otimista do documento.

Além disso, o PIB per capita chegou ao patamar de R\$ 35.653,48<sup>7</sup>, o que é 34,4% acima da maior estimativa do PEDCO para 2020. Esse resultado deve-se principalmente ao Distrito Federal, onde se encontra a maior parte da administração pública brasileira, cuja renda per capita de R\$ 69.216,80 é quase duas vezes e meia maior que a média brasileira (R\$ 28.500,24). O indicador regional representou 125,10% do PIB per capita nacional em 2014<sup>7</sup> e, ao permanecer o ritmo de crescimento dos últimos anos, pode aproximar-se da projeção do cenário A do PEDCO.

A região beneficiou-se do expressivo crescimento da agropecuária no período. De acordo com a CONAB, enquanto a área plantada do Centro-Oeste cresceu 55,1% na safra 2013/2014 em comparação com a safra 2006/2007, a produção teve um aumento de 87,1%. Com isso, a produtividade da região registrou um crescimento de 20,6%. Esse dinamismo do setor é reflexo, além da atitude empreendedora dos centro-oestinos, de algumas políticas e fatores conjunturais, como o aumento da demanda e dos preços internacionais de commodities, principalmente por causa da China, as linhas de crédito rural e as inovações promovidas por pesquisas da Embrapa, como o desenvolvimento de novas variedades de cultivo mais produtivas<sup>8</sup>.

Isso ocorreu num ambiente de negócios ainda com diversos problemas, como pesada estrutura tributária sobre os produtos do setor, concorrência com países que adotam medidas protecionistas e as dificuldades de infraestrutura logística, principalmente transportes e portos, que dificultam o escoamento da produção e encarecem os bens produzidos localmente<sup>8</sup>.

O Mato Grosso se destaca nessa área por ser o estado em que a agropecuária tem maior participação em sua economia. Além disso, ele foi responsável, em 2014, por 7,6% do que foi produzido por essa atividade no país, sendo a quinta maior economia agropecuária entre as unidades da federação brasileiras. Mato Grosso do Sul e Goiás também são estados com vocação agropecuária, embora a indústria goiana venha se desenvolvendo aos poucos e o estado esteja entre as dez maiores economias industriais do país<sup>7</sup>.

Apesar da importância desse setor, cabe ressaltar que os serviços possuem a maior participação no PIB da região por causa do elevado peso do Distrito Federal. Por sediar a capital do país, a administração pública, que abrange os serviços prestados pelos três poderes de governo, correspondeu a 43,1% do valor adicionado bruto da economia brasiliense em 2014<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Informações obtidas das Contas Regionais do Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>8</sup> Corazza, Eloy e Pagnussat, José Luiz. "A competitividade do agronegócio brasileiro", Revista de Conjuntura, ano XIV, nº 53, maio/agosto de 2014, Brasília: Conselho Regional de Economia – CORECON/DF, 2014.

Esse quadro de crescimento no campo fez com que as exportações do Centro-Oeste crescessem e aumentassem significativamente a sua participação em relação às vendas externas do país. Elas saltaram de 6,03% do total exportado pelo Brasil em 2007 para 12,15% em 2014. Esse percentual oscilou pouco nos últimos anos, chegando a 12,28% em 2016<sup>9</sup>. Valor sensivelmente superior a todas as previsões do PEDCO.

Isso mostra uma integração da economia regional à economia mundial, mas não ocorreu diversificação da sua pauta de exportações. Houve uma intensificação do comércio de produtos de baixo valor agregado, com destaque para as commodities agrícolas. Os bens primários representaram 82,1% do total exportado pela região em 2016<sup>9</sup>, o que demonstra uma concentração bem relevante. Além disso, a baixa participação de produtos agropecuários beneficiados e bens industrializados nas exportações locais e o fato de que boa parte dos insumos agropecuários; como fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos agrícolas; são importados demonstram que não houve intensificação do adensamento das cadeias produtivas.

A inovação tecnológica, fator importante para o aumento de produtividade e de crescimento econômico de longo prazo, tem um papel fundamental para o desenvolvimento da região. Uma parte do crescimento recente deveu-se à incorporação de novas tecnologias ao setor agropecuário que fizeram com que os bens produzidos localmente se tornassem mais competitivos no mercado mundial. Um exemplo disso é o crescimento da adoção da biotecnologia, com o aumento da produção de transgênicos<sup>10</sup>. Nessa área, o número de pesquisadores por milhão de habitantes cresceu de cerca de 528,35 para 1.209,57 entre 2006 e 2016<sup>11</sup>. Patamar acima dos 1.054,38 pesquisadores por milhão de habitantes no Brasil<sup>11</sup>. Isso mostra uma evolução. Entretanto, é necessário que os investimentos em ciência e tecnologia sejam intensificados e que haja uma aproximação entre a academia e o setor produtivo para que os ganhos provenientes das pesquisas sejam disseminados entre os diversos setores da economia.

Em relação à qualidade de vida, os indicadores, de maneira geral, melhoraram, mas não na mesma velocidade e intensidade do crescimento econômico. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, o percentual de domicílios particulares permanentes com acesso à rede geral de abastecimento de água e à rede coletora de esgoto eram, respectivamente, 80,8% e 34,8% em 2007 e passaram para 85,7% e 46,6% em 2015. Cabe ressaltar as distorções existentes dentro da própria região, já que enquanto no Distrito Federal, 94,3% dos domicílios possuíam rede geral de abastecimento de água em 2015; no Mato Grosso do Sul, esse valor era de 86,7%; em Goiás, 83,9%; e em Mato Grosso, 80,8%. Em relação ao esgotamento sanitário, 84,7% dos domicílios do Distrito federal possuíam rede coletora de esgoto; em Goiás, esse percentual era de 45,7%; e em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, respectivamente, 38,5% e 21,4% em 2015.

O enfrentamento dessas questões envolve investimentos bem elevados, cujos prazos de retorno são muito grandes, o que praticamente inviabiliza a atuação do setor privado sem nenhuma

---

<sup>9</sup> Informações obtidas a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

<sup>10</sup> Fonte: Informativo Biotecnologia. Céleres.

<sup>11</sup> De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Região Centro-Oeste possuía 7.011 pesquisadores em 2006 e 18.943 pesquisadores em 2016, enquanto o Brasil tinha por volta de 217.289 pesquisadores em 2016. Além disso, segundo as Estimativas de População do IBGE, o Centro-Oeste tinha uma população de cerca de 13.269.517 habitantes em 2006 e de 15.660.988 em 2016, já o Brasil, 206.081.432 habitantes em 2016. Levando isso em consideração, o número de pesquisadores por milhão de habitantes no Centro-Oeste passou de 528,35 para 1.209,57 entre 2006 e 2016 e esse indicador foi de cerca de 1.054,38 no Brasil em 2016.

interferência governamental. Dessa forma, o Estado é um importante agente para sanear os problemas dessa área, através da prestação de serviços de forma direta ou por meio de concessões à iniciativa privada, o que demanda uma ação regulatória do poder público.

Além disso, como a elaboração dos planos de saneamento básico é responsabilidade dos municípios<sup>12</sup> e várias prefeituras possuem dificuldades estruturais, como falta de pessoal qualificado para atender as demandas locais e problemas de caixa para realização de investimentos, é necessária uma integração entre os entes da federação, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o intuito de viabilizar projetos nesse segmento. Diante disso, é difícil que o cenário B do PEDCO se concretize.

A melhoria das condições de desenvolvimento socioeconômico, como as apontadas acima, e do acesso a serviços de saúde materna e infantil fizeram com que a mortalidade infantil, que mostra a razão entre as mortes de crianças até um ano de idade e o número de nascidos vivos em determinada localidade e ano, caísse de 18,5, em 2007, para 14,8 mortes para 1000 nascidos vivos em 2015<sup>13</sup>, uma redução de 20,0% no período. Apesar disso, se esse indicador permanecer nesse ritmo de queda, ele não atingirá o que foi prospectado para o cenário mais otimista do PEDCO. No Distrito Federal, a mortalidade infantil foi de 10,8 em 2015, a sexta menor entre todas as unidades da federação.

No que diz respeito à desigualdade, o crescimento econômico do Centro-Oeste nos últimos anos refletiu-se em uma melhora na distribuição de renda. O índice de Gini passou de 0,559, em 2007, para 0,498 em 2015<sup>14</sup>. Apesar desse avanço, a região ainda é a mais desigual do Brasil, em virtude, principalmente, do Distrito Federal que concentra uma renda per capita muito elevada em comparação ao restante do país. Além disso, a proporção de pobres na população total diminuiu de 14,89%, em 2007, para 4,74% em 2014<sup>13</sup>.

Na educação, entre 2007 e 2015, o número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade passou de 7,1 para 8,3<sup>14</sup>. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais diminuiu de 8,1% para 5,7% e a de analfabetismo funcional de 20,3% para 14,7%<sup>16</sup>. A permanência dessa trajetória de redução fará com que essas taxas atinjam as projeções mais otimistas do PEDCO antes mesmo de 2020. Já o nível de escolaridade deve se aproximar da previsão mais pessimista, o que demonstra a necessidade de um esforço maior por parte do poder público para atingir, principalmente, aqueles com menos oportunidades de estudo.

Esse tema é importante para o crescimento e desenvolvimento do Centro-Oeste. Pessoas mais escolarizadas podem ter acesso a melhores oportunidades, contribuir para aumentar a eficiência produtiva da economia, e, portanto, incrementar o crescimento econômico. Além disso, por exemplo, pode-se reduzir a incidência de futuros problemas relacionados à criminalidade e melhorar a distribuição de renda, gerando ganhos que podem ser incorporados à população da região.

---

<sup>12</sup> Fonte: Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

<sup>13</sup> Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>14</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2015 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>13</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esses dados foram calculados pelo Ipea como o percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza, baseada em necessidades calóricas, considerada pelo instituto.

<sup>14</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Síntese de Indicadores 2007 e 2015 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O processo de inclusão digital, por sua vez, a reboque do aumento da renda e do acesso ao crédito, veio se intensificando nos últimos anos. Enquanto no Brasil o percentual de domicílios com computador e acesso à internet quase dobrou no período entre 2007 e 2015, passando de 20,2% para 40,5%; no Centro-Oeste, esse indicador saltou de 18,4% para 41,8%<sup>16</sup>. Um crescimento bem expressivo para o período em questão e sensivelmente superior a todas as estimativas do PEDCO para 2020.

O intenso crescimento econômico com aumento da produção do setor agrícola veio acompanhado de algumas pressões antrópicas sobre o principal bioma da região, já que a cobertura florestal do Cerrado passou de 41,1% em 2008 para 40,7% em 2010<sup>15</sup>. A Amazônia, ocupante de cerca de pouco mais da metade do território mato-grossense<sup>16</sup>, registrou taxas de desmatamento anuais, em km<sup>2</sup>/ano, positivas entre 2007 e 2015<sup>17</sup>. Além disso, as emissões dos gases de efeito estufa metano e óxido nitroso, relacionadas à agropecuária, como, por exemplo, as emissões devido ao manejo de dejetos animais, solos e queima de resíduos agrícolas, aumentaram, respectivamente, 6,5% e 23,6% entre 2007 e 2014<sup>18</sup>. O Centro-Oeste, entre as regiões brasileiras, foi o principal responsável por essas emissões. Em 2014, cerca de 29,8% das emissões de metano e 27,7% das de óxido nitroso relacionadas ao setor agropecuário partiram da região.

No que tange às emissões de dióxido de carbono, as resultantes da aplicação de calcário em solos agrícolas para a correção de acidez, aumentaram de 3 para 5,5 milhões de toneladas entre 2007 e 2014, um crescimento de mais de 80%. Já as emissões de dióxido de carbono resultantes das variações da quantidade de carbono da biomassa vegetal ou do solo, levando-se em consideração as mudanças entre diferentes usos, sofreram uma redução nesse período, passando de 275,93 para 62,49 milhões de toneladas, uma queda superior a 75%. As emissões de gás metano e óxido nitroso resultantes da queima de biomassa nos solos também caíram no período. Essas quedas não foram pontuais e ocorreram também nas outras regiões brasileiras<sup>20</sup>.

Apesar dos avanços tecnológicos, com a utilização de máquinas e equipamentos mais eficientes, o que propiciou um elevado crescimento da produtividade no campo, a preservação ambiental continua sendo um desafio que precisa ser enfrentado pelos atores da região. A intensificação de medidas que preservem o meio ambiente, como a diminuição do desmatamento, o reflorestamento de áreas degradadas e o uso de práticas de manejo sustentável, são fundamentais para que não haja um esgotamento dos recursos naturais essenciais para o desenvolvimento da região.

Diante de tudo isso, percebe-se que a região avançou economicamente, mas o principal responsável por seu crescimento foi a produção proveniente da agropecuária e as exportações de commodities agrícolas, bens de baixo valor agregado. Não houve uma diversificação de sua

---

<sup>15</sup> Fonte: Relatório Técnico de Monitoramento do Desmatamento no Bioma Cerrado, 2002 a 2008: Dados Revisados. Acordo de Cooperação Técnica MMA/IBAMA/PNUD. Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite. Acordo de Cooperação Técnica MMA/IBAMA. Monitoramento do Bioma Cerrado 2009 – 2010. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados de 2010.

<sup>16</sup> Mapa de Biomas e de Vegetação (2004) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>17</sup> Fonte: Projeto PRODES – Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Coordenação-Geral de Observação da Terra (OBT) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Esse projeto conta com a colaboração do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e é financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

<sup>18</sup> Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. 3ª edição. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).



atividade produtiva. Esse fenômeno, a reboque do que acontece no país, deixa a região exposta aos problemas que possam ocorrer nessa área, como variações cambiais e queda dos preços e da demanda internacional por esses produtos.

Pelos resultados mais recentes da economia brasileira, verifica-se, entre outros fatores, que o país sofreu os efeitos de mudanças no comércio exterior, como a desaceleração da China e a redução no preço das commodities no mercado internacional. Isso certamente gera impactos sobre o Centro-Oeste. Dessa forma, é importante que, além de continuar a desenvolver a atividade agrícola, a região diversifique sua base produtiva, aumentando os investimentos em áreas como infraestrutura, educação e inovação com o intuito de elevar o nível de produtividade local para que haja aumento de sua capacidade produtiva e, portanto, crescimento econômico de longo prazo. É essencial também que sejam adotadas práticas que respeitem o meio ambiente e garantam um desenvolvimento regional sustentável.

Esses investimentos, um ambiente de negócios mais amigável, com menos entraves burocráticos, tributários e de infraestrutura, e políticas públicas ativas são fundamentais também para o enfrentamento de problemas relacionados a questões sociais. Um aumento do acesso a melhores serviços de saneamento básico, educação, saúde e segurança pública e a inserção de pessoas com melhor qualificação no mercado de trabalho ajudarão a diminuir as desigualdades regionais, melhorar a distribuição de renda e a qualidade de vida da população.

### **2.3 Visão de Futuro do Centro-Oeste**

A visão de futuro do Centro-Oeste exposta no PEDCO apresenta o que se espera que aconteça com a região em 2020 caso os cenários externos e internos sejam favoráveis e, com isso, as condições de vida, de maneira geral, melhorem significativamente. O atingimento da totalidade do que foi previsto é extremamente difícil em razão da dependência de fatores alheios à atuação dos agentes da região, do curto espaço de tempo e da complexidade dos desafios a serem enfrentados, que necessitam de uma coalizão entre o poder público, a iniciativa privada e a população. Mesmo diante disso tudo, decidiu-se manter a visão do PEDCO porque ela espelha o desejo da sociedade e pode ser considerada uma meta para que todos os interessados no desenvolvimento da região trabalhem no intuito de chegar ao mais próximo possível do que foi traçado. O texto abaixo resume a formulação da visão de futuro da sociedade regional<sup>19</sup>.

Em 2020, o Centro-Oeste é uma região próspera, economicamente eficiente, socialmente justa e ambientalmente correta, que evolui para o desenvolvimento sustentável. A sociedade mais igualitária e culturalmente rica e diversificada apresenta diminuição da concentração fundiária e a renda é distribuída de forma equitativa. A população desfruta de alta qualidade de vida, tem acesso a bens e serviços coletivos de qualidade (saúde, educação, cultura e lazer) e conta com mais emprego e melhores condições de trabalho, gerados pela expansão da produção regional. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região alcança a situação apresentada hoje pelos países desenvolvidos.

Após 15 anos de desenvolvimento, a população da região tem acesso universal à educação de qualidade em todos os níveis. A implantação de escolas mais adequadas para a formação de jovens para atuar na indústria, pecuária, agricultura e turismo, melhora a qualidade do emprego e disponibiliza mão de obra capacitada e especializada no mercado de trabalho. A melhoria das

---

<sup>19</sup> O texto que apresenta a visão de futuro, retirado do PEDCO, foi elaborado com base na consulta Delfos aos formadores de opinião e apresenta, de forma sintética, uma descrição da realidade do Centro-Oeste que se espera alcançar em 2020; formulada como um texto corrido, a visão de futuro foi captada nas diferentes e complementares formulações dos consultados e organizada pela Multivisão.

condições de vida e amplos investimentos em segurança pública reduzem a violência na região e garantem a tranquilidade da vida cotidiana e o exercício da cidadania.

Na Região Centro-Oeste existe respeito à cultura local, de modo que a população pobre, indígenas, quilombolas e assentados vivem em condições de dignidade, provida de políticas públicas eficientes. A cultura regional, a música e a literatura são preservadas e a população conta com ampla rede de equipamentos culturais e intenso intercâmbio social, econômico e cultural com povos de todo o mundo. A sociedade regional conta com uma intensa participação das mulheres, dos jovens e idosos na vida econômica, social e cultural. O processo de decisão política da região contempla a efetiva participação das diferentes forças sociais, que fortalece a cidadania e amplia a democracia.

A região exerce uma posição estratégica no Brasil e se destaca como uma economia competitiva e dinâmica, com ampla infraestrutura econômica e logística, tendo maior participação econômica e política na vida do país e inserida de forma efetiva nos mercados externo e interno, que se torna mais robusto, reduzindo a dependência regional em relação aos mercados internacionais. As atividades de agropecuária encontram-se fortalecidas e o desenvolvimento de um sólido complexo agroindustrial agrega valor aos produtos primários, ao mesmo tempo em que se consolida o parque industrial centro-oestino, incluindo a formação de *cluster* de utilização de matérias-primas. A estrutura produtiva se diversifica com a industrialização e o crescimento do comércio, dos serviços, do turismo e das atividades de lazer, de acordo com a vocação de cada estado da região. Embasada no planejamento estratégico de longo prazo, amplia-se a infraestrutura logística de transporte, forma-se malha rodoviária, ferroviária e hidroviária satisfatória, assegura-se a integração regional para ligar a região ao resto do país e aos oceanos Atlântico e Pacífico.

Região cosmopolita, o Centro-Oeste lidera o processo histórico da integração Centro-Sul-Americana e contribui para a ligação do Oceano Pacífico com o Oceano Atlântico. Apresenta uma economia integrada ao país e ao continente sul-americano e também adaptada às características da região.

Os estados do Centro-Oeste formam um mercado comum consolidado, que extingue as disputas fiscais e somam esforços, que amplia a competitividade do Centro-Oeste em relação às outras regiões, ao mesmo tempo em que aumenta o peso político e a influência no Pacto Federativo Nacional. A região mostra uma melhor distribuição espacial de recursos públicos e privados, o espaço regional é mais bem delineado e apresenta uma rede urbana equilibrada, com laços eficazes de complementaridade, e com cidades mais planejadas.

A região é referência tecnológica e científica, orientada para sua vocação, e dispõe de um polo em informática e comunicação, facilitada pela instalação de unidades de formação profissional e fortalecimento da educação e da pesquisa, assim como pela integração do setor primário com os Centros de Pesquisas Tecnológicas.

Mesmo com o crescimento da economia regional, o meio ambiente do Centro-Oeste é conservado, resultado do aproveitamento sustentável das riquezas naturais (tanto pela agropecuária quanto pela indústria), que utilizam processos e tecnologias compatíveis com o meio ambiente, incluindo a produção de produtos orgânicos de boa qualidade.

# 3

## POTENCIALIDADES E ESTRANGULAMENTOS / PROBLEMAS DO CENTRO-OESTE

A estratégia de desenvolvimento deve construir a visão de futuro e atuar sobre as condições internas da região que se traduzem em potencialidades e estrangulamentos ou problemas, fatores internos da região – negativos ou positivos –, perante os quais devem ser formuladas ações estratégicas.

### 3.1 Principais Potencialidades

As **potencialidades** expressam as **características internas** da região como um diferencial ou vantagem competitiva nos contextos nacional e mundial que, devidamente exploradas, constituem a base para o desenvolvimento regional. Foram identificadas oito potencialidades principais da região, apresentadas abaixo:

#### **3.1.1 Recursos naturais abundantes e grande biodiversidade**

Com três dos mais importantes biomas do Brasil – Cerrado, Floresta Tropical e Pantanal –, o Centro-Oeste tem um grande acervo de recursos naturais, com destaque para as florestas, bacias hidrográficas, áreas de solos de qualidade, a elevada diversidade biológica e as grandes belezas cênicas. Embora, atualmente, sejam aproveitados com técnicas e processos pouco sustentáveis, os recursos naturais permitem vários usos econômicos alternativos, além da agropecuária e da exploração madeireira, que dominam atualmente. Entre as atividades que podem aproveitar os recursos naturais e a biodiversidade de forma sustentável, destacam-se: o turismo, a fruticultura tropical, os diversos produtos da natureza e a indústria de fármacos, cosméticos, essências e óleos.

De acordo com o Planoeste, os solos dos Cerrados não têm grande fertilidade, mas “...são, por outro lado, profundos e bem drenados. Com relevo plano, permitem a sua exploração agrícola mecanizada, que viabiliza aumentos de produtividade, a partir de sua correção com calcário e uso de fertilizantes”<sup>20</sup>. Além disto, a evolução tecnológica ocorrida na segunda metade do século XX, graças, em boa parte, às pesquisas dirigidas pela Embrapa, permitiu elevar significativamente a fertilidade dos solos, elevando a produção e a produtividade. Seus solos possuem ainda boas reservas nutritivas, com reduzidas restrições topográficas – o que favorece a mecanização.

O Centro-Oeste apresenta rica variedade de paisagem e diversidade de habitats, principalmente no Cerrado, que representa a maior parte do território regional, com uma enorme diversidade de espécies vegetais e animais. No Cerrado, encontra-se uma parte significativa da biodiversidade brasileira, com várias espécies de plantas vasculares e de mamíferos, aves e répteis. Mesmo em condições bioclimáticas mais rigorosas que a Floresta Tropical, os Cerrados têm floras e faunas das mais ricas do mundo. É importante destacar também que ainda são

---

<sup>20</sup> SEPRE-IICA, 1999.

limitados os estudos sobre biodiversidade no Centro-Oeste, sendo o número de inventários nos biomas Pantanal e Cerrado reduzido<sup>21</sup>.

A vegetação do Cerrado conta com um sistema subterrâneo de plantas herbáceas capazes de armazenar água e nutrientes, o que facilita a sua recuperação após as frequentes queimadas. Considerada por alguns autores como uma espécie de “floresta de cabeça para baixo”, a vegetação do Cerrado tem uma capacidade especial de fixação de carbono, armazenado nas raízes e nos troncos da vegetação arbustiva; menor volume de carbono emitido nas queimadas e maior retirada de GEE – gás de efeito estufa – pela rebrota na época das chuvas. Essas características facilitam a implantação de projetos de captura de GEE para comercialização no mercado de crédito de carbono.

O Pantanal é a maior planície de inundação contínua do planeta e constitui uma grande bacia de captação e evaporação de águas, com um papel fundamental para o equilíbrio ecológico e para a sustentabilidade ambiental do planeta. Essas características tornam o bioma Pantanal um grande “produtor” de serviços ambientais<sup>22</sup> para o resto do Brasil e mesmo da América do Sul, complementado pela alta variedade biológica, com grande diversidade de fauna (peixes, aves e mamíferos, como tuiuiús, emas, capivaras, ariranhas, onças, jacarés e sucuris). O turismo é a atividade que mais cresce e com maior potencialidade de aproveitamento da biodiversidade do Pantanal, com solos pouco apropriados para a agricultura e baixa fertilidade em áreas úmidas.

### **3.1.2 Grande manancial de recursos hídricos**

O Centro-Oeste tem um grande manancial de recursos hídricos e constitui o centro do sistema hidrográfico continental, além de contar com parte significativa do aquífero Guarani. De acordo com Washington Novaes, a região constitui uma verdadeira “espinha dorsal do sistema hidrográfico do Brasil” à medida que é a base da formação “das três grandes bacias” brasileiras e contém “áreas importantes de recarga de grandes aquíferos subterrâneos”<sup>23</sup>. O IBGE também destaca essa característica do Centro-Oeste como importante dispersor da rede hidrográfica brasileira, que reúne grandes extensões das bacias Amazônica, Tocantins e Platina, e destacam-se os rios Paraguai, Paraná e Paranaíba, e as bacias do Araguaia, Tocantins e Xingu.

Mesmo sujeitos a estiagens, os rios que cortam os Cerrados, normalmente não secam e mantêm mata ciliar em seu percurso. O lençol subterrâneo na região mostra-se pouco mais profundo do que em outras áreas, passando entre 15 m e 20 m, e até mais, de profundidade. Além dos “serviços ambientais” que decorrem desse nascedouro das bacias hidrográficas do subcontinente sul-americano, o potencial de recursos hídricos do Centro-Oeste pode ter vários usos econômicos alternativos, como a agropecuária, o transporte fluvial, o turismo e a geração hidrelétrica.

### **3.1.3 Capacidade empreendedora e inovadora do empresariado regional**

O empresariado do Centro-Oeste foi formado por desbravadores, com pouco incentivo e suporte público, e com espírito empreendedor, parte dos quais constituída de imigrantes com tradição e experiência técnica na agricultura. Embora tenha havido apoio governamental, com

---

<sup>21</sup> GEO Brasil, 2002. Mais estudos sobre o Pantanal e o Cerrado foram feitos nos últimos anos. Entretanto, o número de inventários a respeito desses biomas ainda é reduzido.

<sup>22</sup> Serviços ambientais são aqueles que decorrem do funcionamento saudável dos ecossistemas, como produção de oxigênio pelas plantas, a capacidade de produção de água e equilíbrio do ciclo hidrológico, fertilidade do solo, vitalidade dos ecossistemas, a paisagem, o equilíbrio climático e o conforto térmico.

<sup>23</sup> NOVAES, 2001.

programas, incentivos e créditos subsidiados, o fator determinante da expansão agropecuária na região foi a ousadia e iniciativa dos empreendedores. Tendo que enfrentar condições muito diversificadas e, muitas vezes, adversas para a produção, o empresário regional aprendeu a importância da inovação e da busca de tecnologias para adaptar-se às características de solo, clima e relevo regional. Os desafios que tiveram que enfrentar para a implantação de atividades produtivas modernas em áreas de fronteira criaram um empresariado agrícola com disposição para o risco e abertura para inovação. Essa cultura empreendedora, numa atividade quase sempre dominada pela dependência dos governos e de subsídios, propaga-se para a formação de um novo empresariado regional com grande capacidade e postura inovadora.

#### **3.1.4 Existência de uma base produtiva agropecuária moderna e competitiva**

A atividade agropecuária do Centro-Oeste tem um elevado nível de produtividade que torna a região altamente competitiva no mercado internacional de grãos e carne; apesar da grande distância e das restrições de infraestrutura econômica e logística, a agropecuária regional é competitiva “dentro da porteira”, favorecida pelas condições favoráveis de solo, relevo e água. Além das condições naturais da região, as inovações tecnológicas permitiram equacionar algumas limitações dos solos e elevar a produtividade da agropecuária.

A participação agropecuária da região em relação ao Brasil na produção de grãos obteve grande salto nos últimos dez anos, de 33,6% na safra 2005/2006 para 40,3% na safra 2015/2016. Nesse período, a produção passou de aproximadamente 41,1 milhões de toneladas para cerca de 75,3 milhões de toneladas<sup>24</sup>.

Da mesma forma, o rebanho bovino apresentou forte crescimento. Em 1980, no Centro-Oeste, o montante era de cerca de 33,7 milhões de cabeças. Em 1990, 45,9 milhões e, no ano de 2015, 72,7 milhões de cabeças. Dessa forma, de 1980 para 2015, houve um incremento de aproximadamente 116% no rebanho bovino da região. Em relação ao rebanho nacional, a representatividade do Centro-Oeste passou de cerca de 28%, em 1980, para 34% em 2015<sup>25</sup>.

#### **3.1.5 Mercado interno em expansão**

O mercado interno do Centro-Oeste é relativamente restrito, devido ao reduzido tamanho da população e sua dispersão no amplo território regional, exceto o eixo Brasília-Goiânia-Anápolis com alta densidade de renda. A distribuição da população e da renda em grandes áreas rarefeitas diminui a escala do mercado de bens e, principalmente, serviços. Entretanto, o crescimento do PIB e, portanto, da renda regional, tende a gerar demandas de bens e serviços, especialmente nos centros urbanos regionais.

Segundo a PNAD, o valor do rendimento médio mensal real das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Centro-Oeste passou de R\$ 1.212,00 para R\$ 1.644,00 no período compreendido entre 2005 e 2015. A escala desse mercado ainda é reduzida, pelo pequeno tamanho da população, mas tende a ampliar-se com o crescimento da economia e, principalmente, se houver uma maior irradiação da agropecuária, com adensamento das cadeias produtivas regionais. A escala do mercado é que definirá a viabilidade de empreendimentos locais para atenderem à demanda interna.

#### **3.1.6 Nível de escolaridade da população**

---

<sup>24</sup> Informações obtidas a partir de dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

<sup>25</sup> Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE.

Embora não se possa comemorar o nível de escolaridade da população centro-oestina, segundo a PNAD, em 2014, a média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade na região foi de 8,0 anos. Valor superior à média nacional, auferida em 7,7 anos, e às médias de outras regiões, com exceção do Sul e Sudeste, respectivamente, 8,0 e 8,4 anos. Em 2015, essa média subiu para 8,3 anos no Centro-Oeste, ainda superior à média nacional, de 7,8 anos, e abaixo da média do Sudeste, que ficou em 8,5 anos.

### **3.1.7 Inovação tecnológica**

A agropecuária do Centro-Oeste, carro-chefe da economia regional, tem incorporado novas tecnologias, o que lhe assegura uma liderança na produtividade mundial no setor. A contribuição da Embrapa, grande empresa de pesquisa agropecuária do Brasil, tem sido fundamental para a introdução de variedades, melhorias genéticas e processos produtivos mais eficazes e com melhor manejo. A região conta com importantes centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com destaque para algumas unidades da própria Embrapa, além da Universidade de Brasília e das universidades nos estados. Em termos de capacidade científica e tecnológica, conforme foi abordado no segundo capítulo do presente documento, o Centro-Oeste possuía cerca de 18.943 pesquisadores ou 1.209,57 pesquisadores por milhão de habitantes em 2016, valor acima da média nacional estimada em 1.054,38 pesquisadores por milhão de habitantes.

A Embrapa tem na região o importante centro de pesquisas genéticas do Brasil, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, localizado no Distrito Federal, e quatro unidades de pesquisa ecorregional: Embrapa Cerrados, localizada no Distrito Federal, com 100 pesquisadores; Embrapa Agrossilvipastoril, localizada em Sinop, Mato Grosso, com 29 pesquisadores; Embrapa Agropecuária Oeste, em Dourados, no Mato Grosso do Sul, com 30 pesquisadores; e Embrapa Pantanal, em Corumbá, Mato Grosso do Sul, com 34 pesquisadores. Além dessas unidades, o Centro-Oeste é sede de três unidades de pesquisa de produtos: Embrapa Hortaliças, no Distrito Federal, com 46 pesquisadores; Embrapa Arroz e Feijão, em Santo Antônio de Goiás, Goiás, com 57 pesquisadores; e Embrapa Gado de Corte, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com 59 pesquisadores. A empresa possui também quatro unidades de serviço no Distrito Federal: Embrapa Café, Embrapa Produtos e Mercado, Embrapa Informação Tecnológica e Embrapa Quarentena Vegetal, com, respectivamente, 22, 20, 14 e 4 pesquisadores. Já a unidade de pesquisa de temas básicos Embrapa Agroenergia, com 32 pesquisadores, também fica no Distrito Federal.

### **3.1.8 Posição estratégica da região no contexto sul-americano**

Situado no ponto central do Brasil e do subcontinente americano, o Centro-Oeste articula as regiões brasileiras e o território nacional com parte da América do Sul, principalmente a Bolívia e o Paraguai. A integração físico-territorial das áreas mais industrializadas do Brasil com os países andinos, e com uma eventual saída brasileira para o Pacífico, passa necessariamente pelo Centro-Oeste. Embora a posição geográfica do Centro-Oeste leve a custos mais elevados de transporte para acesso aos grandes mercados consumidores, sua localização no centro do subcontinente confere um papel central na integração sul-americana.

## **3.2 Estrangulamentos / Problemas Centrais**

Os estrangulamentos ou problemas são **condições ou situações internas regionais** indesejadas e que atrapalham ou impedem o desenvolvimento do Centro-Oeste, se não forem,

devidamente, equacionadas e alteradas. Foram identificados dez estrangulamentos centrais da região, apresentados abaixo:

### **3.2.1 Vulnerabilidade da economia**

A economia e, especialmente, a pauta de exportações do Centro-Oeste, está concentrada em produtos básicos<sup>28</sup>, composta basicamente de commodities e produtos agropecuários, provocando uma grande dependência do mercado e dos preços internacionais de produtos primários, como os grãos e o algodão. Em termos monetários, nos anos de 2015 e 2016, mais de 80% das exportações do Centro-Oeste foram constituídas de produtos básicos e a maior parte está concentrada em produtos primários de baixo valor agregado. Do total de cerca de 22,8 bilhões de dólares das exportações da região, 35,1% eram procedentes da soja e 13,6% do milho em grão<sup>29</sup>. Assim, a presença da região no mercado internacional e a concentração de suas exportações em bens de baixo valor agregado representam um componente de vulnerabilidade e dependência externa.

### **3.2.2 Limitado resultado social do dinamismo da economia**

Apesar dos indicadores sociais, no geral, apresentarem valores acima da média brasileira, o Centro-Oeste apresenta alto nível de pobreza, grande concentração de renda e deficiência na oferta de serviços sociais. Os baixos indicadores sociais são mais inaceitáveis diante do grande dinamismo da economia regional, demonstrando deficiência do modelo de crescimento. O desempenho social compromete a qualidade de vida da população numa das regiões em rápido crescimento econômico e, ao mesmo tempo, pode constituir uma limitação competitiva, pelo menos para algumas atividades econômicas, como o turismo, que demanda um ambiente social e urbano saudável.

### **3.2.3 Deficiências na qualificação da mão de obra**

A velocidade da expansão econômica do Centro-Oeste gera uma deficiência em mão de obra qualificada, principalmente quando são introduzidas inovações tecnológicas que pedem recursos humanos com formação elevada. Essa limitação da capacidade técnica e profissional da força de trabalho aumenta quando se trata de novas atividades econômicas que permitem uma diversificação da estrutura produtiva, como o turismo, a indústria e os serviços avançados. Por outro lado, o nível de escolaridade modesto, assim como a persistência de analfabetismo constituem obstáculos a uma rápida qualificação da mão de obra regional. Esse estrangulamento pode representar um impedimento à manutenção ou aumento da competitividade do Centro-Oeste, particularmente quando se trata de diversificação da estrutura produtiva e adensamento das cadeias produtivas.

### **3.2.4 Degradação dos ecossistemas regionais**

As pressões antrópicas decorrentes do crescimento acelerado da economia regional provocam a degradação do meio ambiente do Centro-Oeste, expressa no desmatamento, na redução da cobertura vegetal, na destruição da biodiversidade, na erosão do solo, no assoreamento e na

---

<sup>28</sup> De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), os produtos básicos são aqueles que guardam suas características próximas ao estado em que são encontrados na natureza, ou seja, com um baixo grau de elaboração. São exemplos desse grupo: minérios, produtos agrícolas (café em grão, soja em grão, carne *in natura*, milho em grão, trigo em grão, etc.).

<sup>29</sup> Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

poluição dos recursos hídricos da região. O modelo de desmatamento intensivo, aliado à aração e o revolvimento da terra na entressafra, deixa o solo exposto à erosão pelas chuvas, pelos ventos e pelo sol. O solo carregado para os cursos d'água desprotegidos vai assorear os leitos e degradar os recursos hídricos, provocando também inundações dos rios; já existem sinais de mudança no regime de seca e cheia em alguns rios regionais. Além disso, a carga de agrotóxicos utilizados na agropecuária tende a deslocar-se para os mananciais de recursos hídricos, contaminando as cadeias alimentares nos rios, especialmente do Pantanal.

Segundo os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS/IBGE, dos mais de 910 mil km<sup>2</sup> de Cerrado que abrangiam as quatro Unidades Federativas do Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), mais de 59% foi desmatado. Além disso, o desmatamento atingiu mais de 86% da área original da Mata Atlântica que cobre os Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás. Já o Pantanal, terceiro bioma que cobre o Centro-Oeste, mais precisamente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, teve mais de 15% da sua área desmatada.

Os processos produtivos e as tecnologias dominantes na economia regional incorporam, portanto, um custo social alto na perda de grande parte das potencialidades do Centro-Oeste. Além disso, estão destruindo parte das vantagens competitivas da região, comprometendo o desenvolvimento futuro. Como indica Bertha Becker<sup>30</sup>, “...os ganhos econômicos da introdução da agropecuária subestimam as perdas provocadas, pois não levam em conta os benefícios resultantes da preservação da biodiversidade e dos serviços ambientais”.

### ***3.2.5 Desarticulação do sistema logístico e gargalos na infraestrutura econômica***

Com elevada produtividade agrícola e com condições favoráveis de solo e água, o Centro-Oeste é altamente competitivo “dentro da porteira”, mas padece de grandes restrições logísticas para alcançar os mercados consumidores. Como diz a Carta do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), unidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na revista *Conjuntura Econômica*, “imbatível em produtividade (...), nossa agricultura vê grande parte do seu impressionante diferencial competitivo ser literalmente jogado fora pelos gravíssimos problemas logísticos do país”<sup>31</sup>.

Segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), em 2016, dos 16.111 quilômetros de rodovias federais e estaduais pesquisadas, e que constituem a rede de maior importância para a região, cerca de 59,3% das rodovias foram classificadas como deficientes – 39,8% como regular, 15,8% como ruins e 3,7% como péssimas. Por outro lado, por volta de 40,7% foram classificadas como boas e ótimas. Cabe ressaltar que o Centro-Oeste apresentou uma das menores malhas rodoviárias pavimentadas em comparação com as outras regiões do país, à frente apenas da Região Norte.

Além da carência e deterioração do sistema de transporte rodoviário, a região não conta com uma rede estruturada e eficiente de transporte hidroviário de carga da produção agropecuária regional; as hidrovias são ainda incipientes e os terminais portuários de baixa expressão, operando abaixo da capacidade e com custos operacionais elevados. Da mesma forma, o sistema ferroviário, que pode ter papel importante no movimento de carga regional, ainda é deficiente e incompleto.

Na energia elétrica a região é autossuficiente, mas registra problemas de distribuição em diversos pontos do território, principalmente em áreas de expansão da fronteira agrícola (particularmente no Mato Grosso).

---

<sup>30</sup> BECKER, 2005.

<sup>31</sup> FGV, 2005.



### **3.2.6 Limitado sentimento de identidade regional**

O Centro-Oeste é uma região formada pelos três biomas e fortemente articulada pelo Cerrado e pelo Pantanal, com características socioculturais diferenciadas, mas que conferem unidade ao amplo território regional. Esse ambiente e a história de formação econômica e social da região formaram um mosaico de rica e diversificada manifestação cultural centro-oestina, expressão das relações econômicas e sociais com os ecossistemas e da interação com os povos vizinhos a oeste. No entanto, o acelerado processo migratório e de implantação de uma moderna agropecuária provocam mudanças socioculturais na região que devem levar a uma nova identidade sociopolítica regional e, em certa medida, geram algumas desigualdades socioeconômicas no território. Do ponto de vista político, o Centro-Oeste não se expressa como uma unidade, atuando de forma articulada em negociações e defesa de interesses comuns com outras instâncias políticas. Apesar de ser reconhecido, em termos analíticos, como uma macrorregião brasileira, o Centro-Oeste não se manifesta ainda como um “território organizado”, segundo o conceito de Sérgio Boisier, que assume uma identidade e se posiciona como uma região, articulando os fatores de unidade e convergência.

### **3.2.7 Baixa diversificação produtiva e adensamento das cadeias produtivas**

Apesar de sinais incipientes de diversificação da estrutura produtiva, acompanhado de beneficiamento de produtos agropecuários, o dinamismo da economia do Centro-Oeste ainda decorre fundamentalmente do setor primário, principalmente a moderna agricultura de grãos e a pecuária de corte. Ainda é bastante limitada a diversificação produtiva e o adensamento das cadeias produtivas, com baixa agregação de valor dos produtos. Além do crescimento da participação da agropecuária no PIB regional, registrado nos últimos anos, a estrutura do setor industrial também evidencia uma grande concentração em poucos gêneros.

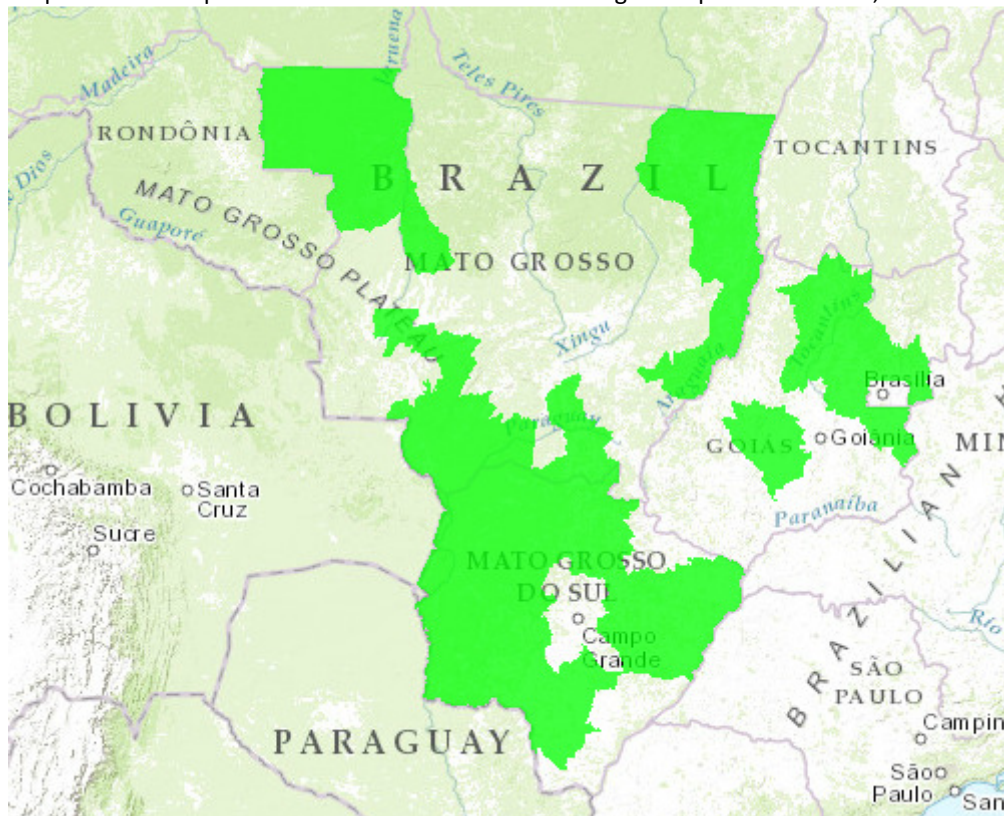
### **3.2.8 Crescimento da economia informal e da “economia da contravenção”**

Embora os dados disponíveis sejam imprecisos, acompanhado do desempenho da economia nacional, o Centro-Oeste apresenta um percentual significativo de atividades informais que reflete relações de trabalho precárias. O percentual de pessoas classificadas como integrantes de atividades informais na região é elevado, embora haja um movimento de formalização das relações de trabalho nas atividades urbanas. Além disso, a posição geográfica do Centro-Oeste, com grande faixa de fronteira com os países andinos, parece ter levado a um crescimento das atividades ilegais na região, constituindo uma espécie de “economia da contravenção”.

### **3.2.9 Desigualdade socioeconômica intrarregional**

O crescimento e a modernização da economia regional, assim como a melhoria dos indicadores sociais do Centro-Oeste convive (em alguns aspectos, agrava) com desigualdades intrarregionais, resultado do dinamismo diferenciado no território regional. Além da diferença no ritmo de crescimento dos estados, o dinamismo da economia regional é muito desigual no interior das unidades da Federação, refletindo nos indicadores sociais. Estudo do Ministério da Integração Nacional que fundamentou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional mostra as manchas de nível de renda e dinamismo diferenciado no território regional. Assim, os municípios de economia considerada estagnada encontram-se concentrados principalmente no Mato Grosso do Sul (em sua quase totalidade, à exceção da região mais próxima de Campo Grande), noroeste e nordeste de Mato Grosso e região central e parte do norte de Goiás (além do Entorno do Distrito Federal, espaço considerado prioritário).

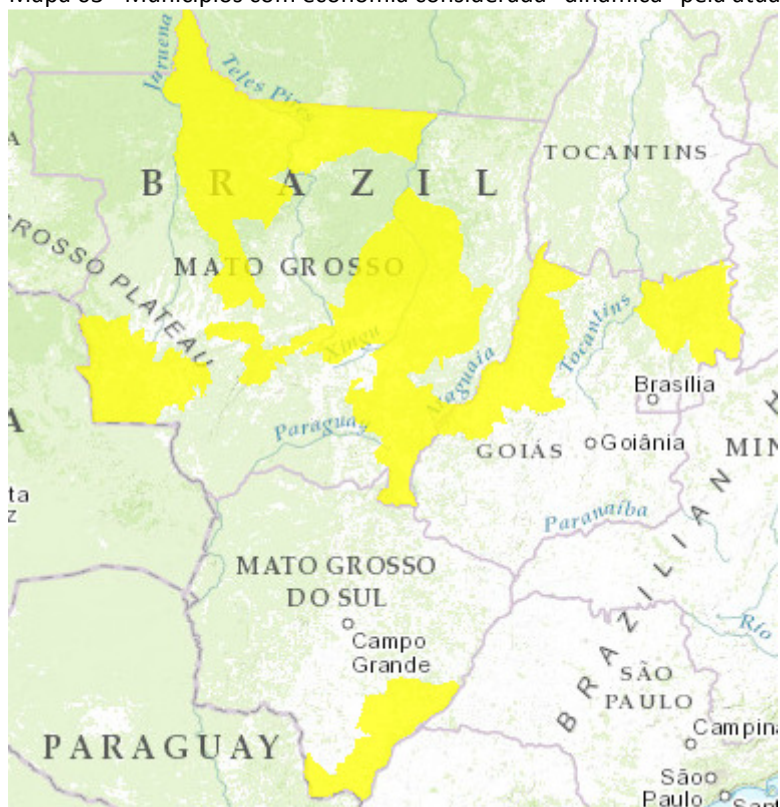
Mapa 02 – Municípios com economia considerada “estagnada” pela atual PNDR, no Centro-Oeste



Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional – ODR.

Já os municípios de economia considerada dinâmica concentram-se, em sua maior parte, no Mato Grosso (norte, parte da Faixa de Fronteira e leste), em Mato Grosso do Sul (mais ao sul, próximo das fronteiras com São Paulo e Paraná e com o Paraguai) e no nordeste e parte do noroeste goianos.

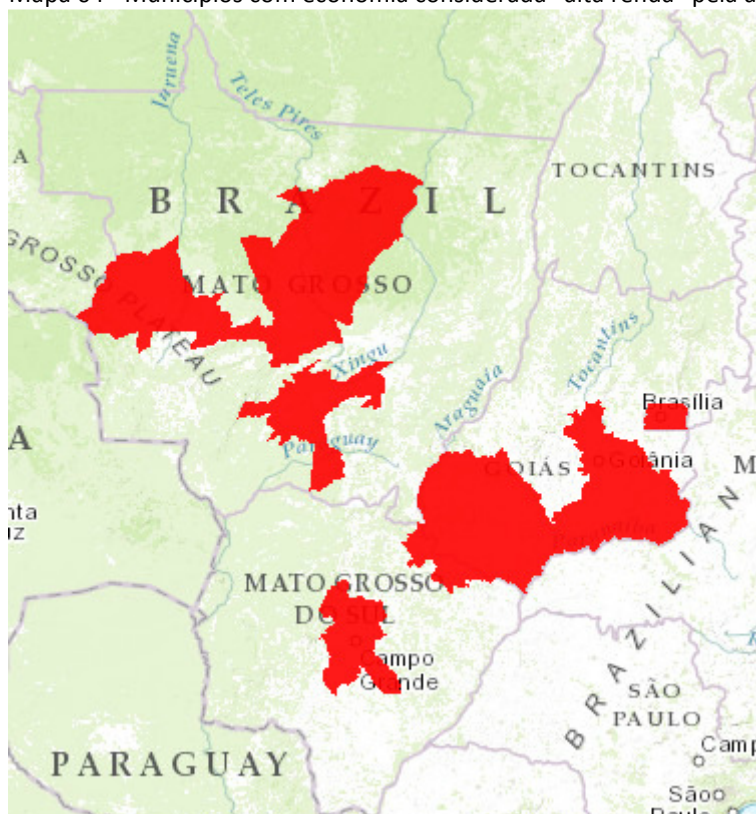
Mapa 03 - Municípios com economia considerada “dinâmica” pela atual PNDR, no Centro-Oeste



Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional – ODR.

Finalmente, os municípios com economia de alta renda encontram-se bastante concentrados na porção mais ao centro do Mato Grosso, ao redor de Campo Grande (em Mato Grosso do Sul), no centro e sul/sudoeste goiano e no Distrito Federal.

Mapa 04 - Municípios com economia considerada “alta renda” pela atual PNDR, no Centro-Oeste



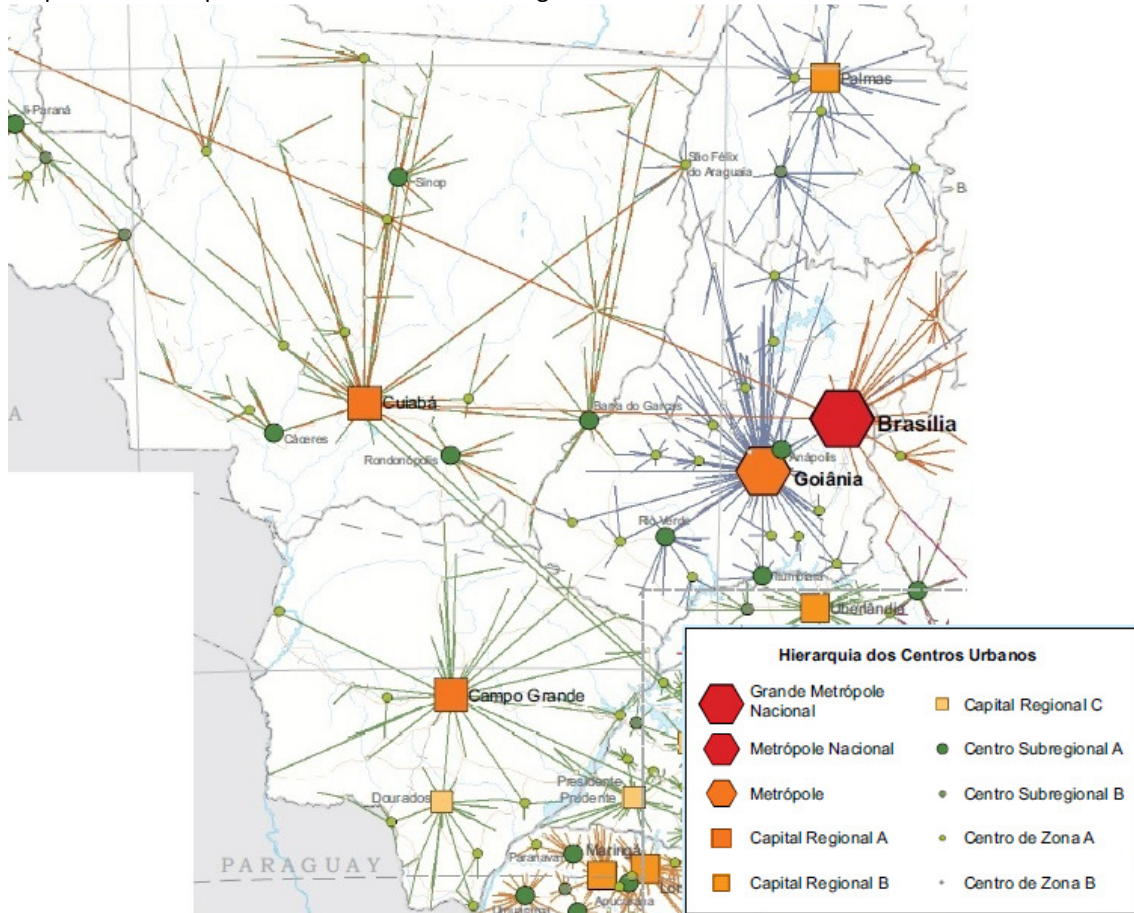
Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional – ODR.

### **3.2.10 Desarticulação da rede de cidades**

A rede urbana do Centro-Oeste é extremamente frágil e segmentada com hierarquia de cidades pouco estruturadas que apresentam forte polarização em Brasília e Goiânia. As cidades se expandem com muita velocidade e não criam laços fortes de articulação e complementaridade que formem uma rede hierarquizada de alta eficiência. Como mostra o Mapa 05, poucas cidades da região têm inserção relevante no sistema brasileiro de cidades, com destaque para dois aglomerados metropolitanos, Brasília e Goiânia. Cuiabá e Campo Grande são consideradas capitais regionais A, possuindo importante papel regional, mas relativo protagonismo nacional. Dourados é considerada capital regional de menor porte e existem ainda outros centros regionais de relevância, como Anápolis (GO), Rio Verde (GO) e Rondonópolis (MT).



Mapa 05 – Hierarquia dos centros urbanos na Região Centro-Oeste



Fonte: Regiões de Influência das Cidades 2007 – IBGE.

Apesar da relativa desarticulação da rede urbana, podem-se perceber alguns adensamentos de cidades, com destaque para o eixo Brasília-Goiânia-Anápolis, entre suas metrópoles, sendo uma de alcance nacional.

A fragmentação da rede urbana regional decorre, em grande parte, das deficiências da infraestrutura econômica que dificultam a integração e comunicação e, portanto, as trocas e a complementaridade dos serviços.

# 4

## OPORTUNIDADES E AMEAÇAS NO CONTEXTO EXTERNO

Este capítulo apresenta os fatores externos – favoráveis ou desfavoráveis – que servem de base para a formulação da estratégia, identificam o que pode ser aproveitado e de que fatores externos a região deve se defender para situar-se positivamente no contexto mundial e nacional futuro.

### 4.1 Oportunidades

Oportunidades são condições futuras externas favoráveis à região que abrem espaços e perspectivas de desenvolvimento regional, desde que, efetivamente, aproveitadas. Foram identificados nos cenários do contexto mundial e nacional, principalmente no Cenário B (da leitura realizada pelo PEDCO 2007-2020, com algumas alterações), dez fatores que constituem oportunidades para o Centro-Oeste, à medida que a realidade de fato se aproxima do futuro mais favorável.

#### **4.1.1. Redução de barreiras alfandegárias**

O sucesso das negociações da OMC levaria a uma redução significativa das barreiras alfandegárias, principalmente dos produtos agropecuários, ampliando significativamente o mercado mundial para a economia regional. O Centro-Oeste, com alta produtividade na atividade agropecuária teria amplas condições de aproveitamento deste mercado em expansão. Entretanto, a redução das barreiras alfandegárias deve ser acompanhada de uma ampliação das barreiras não tarifárias, especialmente as regras fitossanitárias de manejo sustentável, exigindo do Centro-Oeste uma melhoria dos processos produtivos e da qualidade dos produtos, com introdução de selos de procedência e qualidade.

#### **4.1.2. Formação e ampliação de mercado de crédito de carbono**

O mercado de crédito de carbono ainda incipiente pode se ampliar bastante nas próximas décadas. É bom lembrar que mesmo sem a adesão formal dos Estados Unidos ao Protocolo de Kyoto, alguns dos seus Estados e várias empresas norte-americanas atuam como grandes compradores no mercado. A ampliação deste mercado abre uma grande oportunidade para o Centro-Oeste, especialmente com projetos de reflorestamento de áreas degradadas que, além de representar um retorno financeiro, contribuem para a recuperação do meio ambiente regional. Entretanto, existem espaços para projetos de energia alternativa de biomassa, nos quais a região pode ocupar um espaço importante.

#### **4.1.3. Expansão da demanda mundial de alimentos**

A demanda mundial de alimentos, tanto de produtos naturais quanto da indústria de alimentos, deve expandir-se no futuro em qualquer cenário, embora deva acelerar-se no cenário B. Com uma população mundial de mais de 8 bilhões em 2024 e um processo continuado de aumento do consumo de alimentos, as estimativas apontam um consumo de cereais de cerca de 2,497 bilhões de toneladas, em 2015, saltando para cerca de 2,786 bilhões de toneladas, em 2024; da mesma forma, o consumo de carne pode alcançar cerca de 284 milhões de toneladas, em 2024<sup>32</sup>.

Essa expansão acelerada da demanda de alimentos abre grandes oportunidades para o Centro-Oeste, produtor destacado de grãos e carnes, com alta produtividade e com possibilidades efetivas de ampliação da área cultivada e da capacidade produtiva, principalmente com a tendência mundial de esgotamento de terras agricultáveis e de água para irrigação. Além disso, o beneficiamento dos produtos primários na região permite ocupar espaço como exportador de produtos alimentícios industrializados, com maior valor agregado.

#### **4.1.4. Crescimento da demanda de água**

O consumo mundial de água, para diferentes usos, está próximo de 4.000 quilômetros cúbicos por ano, incluindo o consumo humano e as atividades econômicas, sendo 70% concentrado em atividades agrícolas<sup>33</sup>. Para atender a essa demanda, utiliza-se mais da metade da água potável acessível do planeta, que está distribuída mundialmente de forma muito desigual, já convivendo com problemas graves de escassez em várias partes do mundo (inclusive China e Índia). O consumo de água deve continuar a crescer, principalmente se a renda mundial melhorar e, particularmente, a dos países emergentes e pobres, ao mesmo tempo em que a população também cresce e deve atingir aproximadamente os 8,6 bilhões de habitantes em 2030<sup>34</sup>. A expansão da demanda pode ser moderada pela melhoria da tecnologia – maior eficiência na utilização da água, incluindo agricultura – e a disponibilidade dos recursos hídricos pode ser ampliada, através do tratamento de resíduos e dessalinização de água, assim como o aprimoramento dos mecanismos de controle e gestão de recursos hídricos, evitando a deterioração dos recursos e da água.

O peso da irrigação no consumo de água e a desigual distribuição dos recursos hídricos entre regiões e países tornam a água um recurso extremamente importante diante da provável expansão futura da demanda de alimentos, conferindo uma grande vantagem competitiva ao Centro-Oeste. Como diz Lester Brown, cada vez mais, os exportadores de grãos são, de fato, exportadores de água, já que 70% da água consumida no mundo é utilizada na agricultura<sup>33</sup>.

A escassez localizada dos recursos hídricos leva à formação de um mercado mundial de água. Para se ter uma ideia do mercado, o Canadá, com grande reserva de recursos hídricos, assinou contrato com a China para fornecimento de água por 25 anos e a Turquia construiu plataforma semelhante às de petróleo para abastecimento de navios-tanque com água<sup>35</sup>.

#### **4.1.5. Aumento da demanda de energia renovável**

A demanda mundial de energia pode crescer 30%, até 2040, com o consumo de petróleo atingindo a marca de 103 milhões de barris por dia<sup>36</sup>, liderada pelos países emergentes de porte (especialmente China e Índia). Esta ampliação da demanda requer a entrada de mais supridores. O crescimento da demanda de energia deve ser acompanhado por um processo de mudança da matriz energética com aumento da participação do gás natural, mas também de fontes alternativas e renováveis, que será mais intenso no Cenário B (mundial e nacional) do PEDCO 2007-2020.

---

<sup>32</sup> Fonte: OECD-FAO Agricultural Outlook 2015-2024. Food and Agriculture Organization of the United Nations.

<sup>33</sup> Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2017. Fatos e números. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

<sup>34</sup> World Population Prospects: The 2017 Revision. United Nations.

<sup>35</sup> Bertha Becker, 2005.

<sup>36</sup> World Energy Outlook 2016: Executive Summary. International Energy Agency.

A energia de biomassa deve ocupar um papel crescente nesta matriz, particularmente como combustível, e o álcool na substituição das fontes fósseis que movem as frotas mundiais de automóveis. Com o programa mais bem-sucedido de produção de energia via biomassa (Proálcool), o Brasil tende a ser beneficiado com o aumento das exportações para países como Estados Unidos e Japão. O Centro-Oeste pode, portanto, contar com um amplo mercado de biocombustível, principalmente à medida que se amplie a demanda de álcool dos Estados Unidos e diminuam os seus subsídios aos produtores internos. O Brasil foi o segundo maior produtor mundial de etanol em 2016<sup>37</sup> e responsável pela exportação de mais de 896 milhões de dólares do produto<sup>38</sup>.

Os EUA devem expandir bastante o consumo de álcool na frota de automóveis com a entrada dos veículos *flex-fuel* (veículo de combustível duplo – álcool e gasolina). O álcool brasileiro de cana-de-açúcar custa em média menos que o produzido nos Estados Unidos com base no milho<sup>39</sup>, mas existem fortes subsídios aos produtores internos e tarifas elevadas de importação que neutralizam a vantagem de custos do produto brasileiro. À medida que sejam reduzidas as barreiras, como destacado no cenário B (do PEDCO 2007-2020), o mercado mundial e norte-americano de álcool combustível abrem grande oportunidade para o Centro-Oeste.

O Brasil e o Centro-Oeste podem assumir uma liderança no mercado da agricultura de energia, carboidratos ou amiláceos, como etanol, derivados de lipídios, biodiesel, derivados de madeira e outras formas de biomassa, como briquetes ou carvão vegetal. Provavelmente o Brasil será um importante *player* e a região destaca-se com as possibilidades de expansão da bioenergia, incluindo a expansão de áreas cultivadas nos cerrados (recuperação de pastagens, ocupação de áreas de pastagens degradadas e outras áreas antropizadas, áreas de reflorestamento e incorporação de áreas atualmente marginais, por melhoria do quantum tecnológico).

#### **4.1.6. Expansão do movimento turístico mundial**

O turismo é uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo, combinando elevação da renda, ampliação de tempo livre, decorrentes do envelhecimento da população, e formação de uma cultura de entretenimento. Em sessenta e cinco anos, o movimento turístico mundial cresceu cerca de 47 vezes, passando de 25 milhões de chegadas, em 1950, para cerca de 1,186 bilhão de chegadas, em 2015<sup>40</sup> (o que representa uma taxa média anual de expansão de cerca de 6,1%). De acordo com as previsões a longo prazo da Organização Mundial do Turismo – OMT, presentes no *Tourism Towards 2030*, a chegada de turistas internacionais no mundo crescerá anualmente 3,3% entre 2010 e 2030, atingindo 1,4 bilhão em 2020 e 1,8 bilhão em 2030.

---

<sup>37</sup> Fonte: Industry Statistics: World Fuel Ethanol Production 2016. Renewable Fuels Association – RFA.

<sup>38</sup> Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

<sup>39</sup> Fonte: Valor Econômico, Universidade Federal de Goiás – UFG e Canal – Jornal da Bioenergia.

<sup>40</sup> UNWTO Tourism Highlights: 2016 Edition. World Tourism Organization.



Quadro 01

Chegadas de turistas internacionais

Local \ Ano	1990	1995	2000	2005	2010	2014	2015*
Mundo	435	527	674	809	950	1,134	1,186
Europa	261,5	304,5	386,6	453,2	489,4	580,2	607,7
Ásia e Pacífico	55,9	82,1	110,4	154	205,5	264,3	279,2
Américas	92,8	108,9	128,2	133,3	150,2	181,9	192,6
África	14,8	18,7	26,2	34,8	50,4	55,3	53,5
Oriente Médio	9,6	12,7	22,4	33,7	54,7	52,4	53,3

\*Dados provisórios.

Valores em milhões de unidades.

Fonte: UNWTO Tourism Highlights - 2016 Edition. World Tourism Organization.

O fluxo turístico é muito desigual e o Brasil tem uma participação muito pequena no total dos destinos do turismo mundial, também com grande concentração regional. A Europa é o maior receptor de turistas do mundo, com 607,7 milhões de visitantes, em 2015; com destaque para a França, que sozinha recebeu mais de 84 milhões de turistas. Entre os demais países, vem em seguida os Estados Unidos, com 77,5 milhões de visitantes e a Espanha, com 68,2 milhões. O Brasil recebeu 6,306 milhões de visitantes em 2015, bem abaixo do México, único país da América latina situado entre os dez maiores receptores de turistas do mundo, com 32,1 milhões de visitas (mais de 5 vezes acima do Brasil)<sup>40</sup>.

Apesar de uma participação muito pequena no mercado mundial de turismo, o Brasil tem grande potencial de expansão por suas potencialidades culturais e naturais, parte das quais no Centro-Oeste. Principalmente quando se considera que, dentro do turismo, existe uma tendência de expansão diferenciada do ecoturismo e das diversas formas de turismo ligado à natureza. Embora não existam dados estatísticos seguros, o turismo ecológico e suas variedades parecem ser o segmento que mais tem crescido no mundo, nestas últimas décadas, refletindo uma preocupação crescente com a conservação ambiental e o interesse dos turistas em conhecer e experimentar realidades diferentes, tanto ecológicas quanto culturais.

#### 4.1.7. Avanço da biotecnologia e busca da informação genética da biodiversidade

A biotecnologia é a área de conhecimento que mais deve crescer nas próximas décadas pela amplitude dos seus impactos tecnológicos em quase todas as atividades humanas. Destaque-se a saúde, com a decodificação do genoma humano e as pesquisas com células tronco que tendem a provocar uma revolução no tratamento médico; a agropecuária, com os Organismos Geneticamente Modificados; e a energia, com o biocombustível. Os avanços da biotecnologia devem ter impacto na mudança dos mercados mundiais de alimentos e energéticos, o que repercute no Centro-Oeste e obriga a região a buscar acesso às inovações. Por outro lado, o desenvolvimento da biotecnologia recorre a pesquisas sobre a informação genética das espécies existentes, procura descobrir novas estruturas e suas características, e desenvolver processos de manipulação. Desta forma, os países e regiões, como o Centro-Oeste brasileiro, que contam com uma grande diversidade biológica em plantas e animais, constituem amplos e ricos laboratórios para pesquisa *in situ* da informação genética.

Os genes de plantas e animais e a informação genética dos mesmos são elementos centrais do desenvolvimento tecnológico na farmacologia e agropecuária, passando a ter valor no mercado. Diante desse cenário, os países desenvolvem técnicas de exploração dos recursos biológicos, na forma de bioprospecção, entendida como a exploração da diversidade biológica para descoberta de recursos genéticos e bioquímicos com valor comercial. Ao mesmo tempo em que se forma a

nova atividade (bioprospecção), abre-se um grande debate mundial em torno de regras para regulação do comércio da informação genética e de valoração da biodiversidade. Entre outras coisas, a Convenção sobre Diversidade Biológica reconhece a dependência das comunidades locais e indígenas em relação aos recursos biológicos, definindo que se deve repartir com as mesmas, de forma equitativa, os benefícios e resultados comerciais que decorrem da utilização dos conhecimentos tradicionais.

#### **4.1.8. Crescimento da demanda mundial e nacional da bioindústria**

Os avanços da biotecnologia devem favorecer a ampliação de novos produtos que utilizam recursos naturais, com diferentes níveis de beneficiamento e sofisticação tecnológica, constituindo o que se poderia chamar de bioindústria que contempla fármacos, cosméticos, perfumes, essências, óleos. Este movimento coincide com a expansão da demanda mundial e nacional por produtos naturais e da bioindústria que atendem à crescente expectativa por qualidade de vida. As regiões com elevada biodiversidade, como o Centro-Oeste, têm grande potencial de crescimento da bioindústria para atender a esta demanda.

#### **4.1.9. Integração físico-territorial e logística na América do Sul**

Se for implantada a maioria dos projetos previstos pela IIRSA<sup>41</sup> (hipótese assumida no Cenário B), o subcontinente sul-americano terá uma forte integração físico-territorial e logística, que ampliará o comércio regional, além de possibilitar uma saída dos produtos brasileiros para o Pacífico, facilitando o acesso aos mercados asiáticos. Considerando as ações de integração continental delineadas pela IIRSA, o Eixo Interoceânico tem um grande impacto no Centro-Oeste, integrando a Região com os países andinos e funcionando como passagem para os produtos das regiões mais industrializadas do Brasil.

#### **4.1.10. Política regional brasileira**

Atualmente, encontra-se em processo de revisão a primeira versão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Caso se confirmem alguns cenários em relação a esta temática, principalmente a sua elevação à categoria de Lei (a atual PNDR consta do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007) e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), virão em complemento a alguns importantes resultados da primeira versão deste documento, que incluem a recriação da Sudeco (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009), a criação, a implementação e o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Ainda por meio desta nova política, será possível dar continuidade ao processo de redução das desigualdades regionais, em nível macro e microrregional, bem como reestruturar a governança dos órgãos e instituições voltados ao Desenvolvimento Regional. Além disto, a efetivação desta nova política permitirá resolver a questão do estímulo às novas centralidades, adensando e melhor articulando a rede urbana centro-oestina.

## **4.2 Ameaças**

Ameaças são fatores e processos desfavoráveis externos futuros à região que podem comprometer, dificultar ou restringir as perspectivas de desenvolvimento regional, se não forem, devidamente, enfrentadas ou contornadas. Ao analisar os cenários do contexto mundial

---

<sup>41</sup> Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é o fórum técnico, integrado pelos doze países independentes da América do Sul, que trata de questões relacionadas ao continente e busca a realização de ações que visem à integração da infraestrutura sul-americana.

e nacional, principalmente nos Cenários A e C do PEDCO 2007-2020, podem ser identificadas dez ameaças (caso se confirmem os cenários menos favoráveis), descritas a seguir:

#### ***4.2.1. Oscilações e declínio dos preços das commodities***

As commodities, principalmente agropecuárias, tendem a ter grande volatilidade de preços que decorrem da combinação de vários fatores: variação das safras dos grandes produtores, que flutuam também com condições climáticas, alteração dos estoques dos principais países consumidores, especialmente Estados Unidos, e movimentos especulativos. Para uma região com forte integração comercial mundial centrada em algumas poucas commodities, como o Centro-Oeste, esta volatilidade dos preços gera instabilidade na economia regional.

#### ***4.2.2. Restrições de financiamento e capitalização do agronegócio brasileiro***

Como parcela importante do agronegócio brasileiro está ligada à exportação, a sua capitalização depende da política cambial e da taxa de câmbio. Desta forma, dependendo da política de valorização ou desvalorização futura do real, o agronegócio terá dificuldades de capitalização, que podem comprometer os investimentos e, como consequência, a inovação e ampliação da produção. Por outro lado, as características da agropecuária requerem um sistema de crédito diferenciado e com cronograma ajustado ao ciclo da atividade, definido por condições naturais. A política macroeconômica que predominar no futuro, com implicações na taxa de juros, aliada a fatores de política agrícola, pode criar restrições ao financiamento em volume, condições de crédito e cronograma.

#### ***4.2.3. Aumento das barreiras técnicas e não tarifárias no comércio internacional***

O aumento das barreiras técnicas e não tarifárias é uma tendência geral no mercado internacional, combina certificação de qualidade, regras e padrões fitossanitários, exigências de controle ambiental, entre outros procedimentos de regulação. Esta tendência pode se acentuar à medida que as negociações em torno das barreiras tarifárias levem, efetivamente, a uma redução significativa dos protecionismos no mercado internacional, que funcione como mecanismo parcial de contenção de importações, principalmente de produtos naturais. Embora contenham elementos muito positivos de controle de qualidade dos produtos e da sustentabilidade dos processos produtivos, as barreiras técnicas e não tarifárias podem constituir uma ameaça para os países e regiões com limitados sistemas de controle e capacidade tecnológica para enquadrar a produção aos padrões e exigências internacionais e de grandes países importadores.

#### ***4.2.4. Concorrência de países do MERCOSUL no agronegócio***

O MERCOSUL reúne países com grande diferença de porte, capacidade produtiva e concorrência potencial em alguns segmentos, principalmente o agronegócio, à medida que Argentina e Uruguai são grandes produtores de grãos e de carne. Embora o Brasil e o Centro-Oeste tenham um nível de produtividade agropecuária alto, que garante competitividade frente aos outros membros do MERCOSUL, o aprofundamento da integração comercial pode gerar, no futuro, uma forte concorrência dos parceiros comerciais em diferentes elos das cadeias produtivas, dificultando o adensamento das cadeias na região.

#### ***4.2.5. Biopirataria***

A crescente importância da biodiversidade para o desenvolvimento tecnológico na saúde, na agropecuária e na energia, estimula a busca de espécies e amostras de animais, plantas, fungos e insetos das regiões ricas em recursos biológicos, parte delas ilegais e fora de controle. Mesmo com os avanços da Convenção da Biodiversidade, ainda são muito frágeis os mecanismos de regulação e, principalmente, a capacidade de controle e fiscalização dos países, entre eles o Brasil, para deter a retirada ilegal de material e informação genética. O país e as comunidades tradicionais das áreas de Florestas Tropicais e Cerrados perdem com a expropriação ilegal e descontrolada da informação genética. A insuficiente capacidade de pesquisa da biodiversidade brasileira, incluindo o Centro-Oeste, reduz a bioprospecção brasileira e a apropriação dos benefícios econômicos e sociais da grande diversidade biológica regional.

#### ***4.2.6. Controle monopolístico das tecnologias***

Os grandes centros de pesquisa e as empresas multinacionais são os maiores detentores de patentes, e por meio delas asseguram ampla remuneração para suas pesquisas, e podem, portanto, exercer controle monopolístico da utilização e/ou cessão das tecnologias. O acesso a novos conhecimentos e processos técnicos por países e regiões com baixa capacidade científica e tecnológica enfrenta o obstáculo da propriedade intelectual sobre as tecnologias. Na tecnologia da agropecuária, o Centro-Oeste é beneficiado pelas atividades de pesquisa avançada da Embrapa com avanços importantes nos processos que estimulam e viabilizam a inovação tecnológica. Entretanto, a biotecnologia permite que as empresas com pesquisas de organismos geneticamente modificados (transgênicos) controlem as sementes e produtos gerados ou que sejam compatíveis apenas com implementos, adubos e defensivos de sua propriedade.

#### ***4.2.7. Redução dos espaços de atuação fiscal dos Estados***

As negociações em torno de uma reforma tributária expressam interesses diferenciados e contraditórios das instâncias governamentais que demandam um novo pacto federativo. No que depender da natureza e abrangência da reforma tributária, pode haver uma redução dos espaços de atuação dos governos estaduais, como as restrições aos incentivos fiscais com o ICMS e redefinição das regras de distribuição das receitas públicas para os Estados.

#### ***4.2.8. Mudanças climáticas globais***

De acordo com pesquisas reconhecidas internacionalmente, existem sinais de mudanças climáticas globais, particularmente o aquecimento geral do planeta com implicações gerais, mas imprevisíveis sobre o clima. A depender da intensidade e da velocidade destas mudanças climáticas, podem ocorrer alterações significativas na temperatura média e no regime de chuvas, comprometendo as condições da agropecuária em diferentes áreas do planeta, especialmente nas regiões tropicais e subtropicais. O Centro-Oeste, um dos maiores celeiros de produção de grãos e carne do mundo, pode perder parte das suas vantagens em clima, solo e recursos hídricos, comprometendo sua produção e produtividade agrícola. Consideradas por vários cientistas como um processo normal e cíclico da natureza, as alterações no clima têm sido induzidas e acentuadas por pressões antrópicas, entre as quais se destaca o chamado “efeito estufa” que decorre principalmente da emissão de gases pelas atividades industriais e de transportes.

#### ***4.2.9. Ineficácia da gestão ambiental***

A depender do cenário nacional que venha predominar nos próximos vinte anos, o Brasil poderá conviver ainda com uma gestão ambiental reativa e de baixa eficácia, que não promoveria uma

reorientação dos sistemas produtivos e das tecnologias agropecuárias no Centro-Oeste. Desta forma, mesmo que eventualmente os Estados da região definam políticas ambientais proativas e eficazes, pouco consistentes com as condições políticas nacionais, devem persistir as pressões antrópicas sobre os ecossistemas regionais, dependendo da intensidade da expansão econômica.

#### ***4.2.10. Riscos de pragas e epidemias na agropecuária***

A globalização, que intensifica o comércio mundial e os contatos rápidos de difícil controle entre os países, aumenta os riscos de propagação de pragas e epidemias na agropecuária, como a doença da vaca louca, a febre aftosa e, mais recentemente, a gripe aviária, para falar apenas da pecuária. Embora tenham melhorado bastante, em todo mundo, os sistemas de monitoramento e controle de pragas, cresce também a velocidade de contaminação das atividades agropecuárias, ameaçando a produção mundial de importantes produtos alimentícios. A eventual desorganização da produção agropecuária mundial em algumas destas áreas pode ter impactos diferenciados nos centros produtores, que dependem da intensidade, do ritmo de propagação e das características próprias de cada território. A pecuária do Centro-Oeste, classificada por alguns como “boi verde”, beneficiou-se da doença da vaca louca, à medida que substituiu países produtores afetados que tiveram seus rebanhos destruídos e que perderam credibilidade nos mercados. No entanto, a descoberta de focos de febre aftosa no Centro-Oeste teve o efeito contrário de corte de importação de alguns países compradores da carne brasileira.

# 5

## ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Diante das oportunidades e das ameaças que devem amadurecer no contexto externo, mundial e nacional, nas próximas décadas, o Centro-Oeste deve definir prioridades estratégicas, concentrando suas ações no equacionamento dos seus estrangulamentos e no aproveitamento adequado das suas potencialidades. Dessa forma, a região melhora sua posição no ambiente externo de grandes mudanças e incertezas e prepara o caminho para a construção da visão de futuro (cenário desejado). A estratégia de desenvolvimento do Centro-Oeste representa, portanto, um conjunto consistente e articulado de ações estratégicas de alta prioridade capaz de alcançar o futuro desejado pela sociedade nas condições que deve enfrentar no ambiente mundial e nacional.

A estratégia mantém elementos do PEDCO 2007-2020, incorporando, por outro lado, dois marcos fundamentais ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste (aprovados ou em vias de aprovação): a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2015) e a Lei Complementar (LC) nº 129, de 8 de janeiro de 2009. Esses dois marcos impõem a necessidade de considerar os quatro objetivos da nova PNDR e os objetivos prioritários definidos para o PRDCO pela LC nº 129/2009. A partir dessas incorporações, foram feitas alterações e adaptações dos objetivos do PEDCO 2007-2020, resultando em modificações, supressões e acréscimos à sua carteira de projetos originária. Como manutenção do preconizado por aquele Plano, a estratégia continua sendo organizada em torno de **vetores estratégicos de desenvolvimento** que explicitam as grandes escolhas e pilares básicos ao estruturar as iniciativas e ações que promovem as mudanças necessárias no Centro-Oeste. Os vetores devem ser desagregados em programas e projetos, por meio dos quais se operacionalizam as ações para o desenvolvimento regional e convergem para a definição de uma carteira de projetos prioritários. Toda a estratégia orienta-se para alcançar, inicialmente, os objetivos preconizados e pactuados pela nova PNDR e, em seguida, os objetivos prioritários do PRDCO segundo a LC nº 129/2009. A esses, foram ainda incorporados outros objetivos que constavam no PEDCO 2007-2020.

### 5.1 Objetivos da Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional

**Considerando o processo atual de discussão de uma Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (em formato de projeto de lei no Congresso Nacional), balizam este Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste os seguintes objetivos, que podem ser considerados os mais elementares:**

1. promover a convergência do nível de desenvolvimento e da qualidade de vida entre e intra as regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentam baixos indicadores socioeconômicos;
2. garantir a competitividade regional e a geração de emprego e renda em regiões que apresentam declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
3. promover agregação de valor e diversificação econômica em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais;
4. consolidar uma rede de cidades policêntricas, que contribua para a desconcentração e interiorização do desenvolvimento das regiões e do País, fortalecendo centralidades em diferentes escalas geográficas.

## 5.2 Objetivos Prioritários do PRDCO

De acordo com o §1º do art. 14 da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, são os seguintes os objetivos prioritários do PRDCO:

1. diminuição das desigualdades espaciais e interpessoais de renda;
2. geração de emprego e renda;
3. redução da taxa de analfabetismo;
4. melhoria das condições de habitação;
5. universalização do saneamento básico;
6. universalização dos níveis de educação infantil e dos ensinos fundamental e médio;
7. fortalecimento do processo de interiorização da educação superior;
8. garantia de implantação de projetos para o desenvolvimento tecnológico;
9. garantia da sustentabilidade ambiental;
10. atenção ao zoneamento ecológico-econômico e social;
11. redução do custo de transporte dos produtos regionais até os principais mercados domésticos e internacionais.

## 5.3 Macro-objetivos do PEDCO 2007-2020

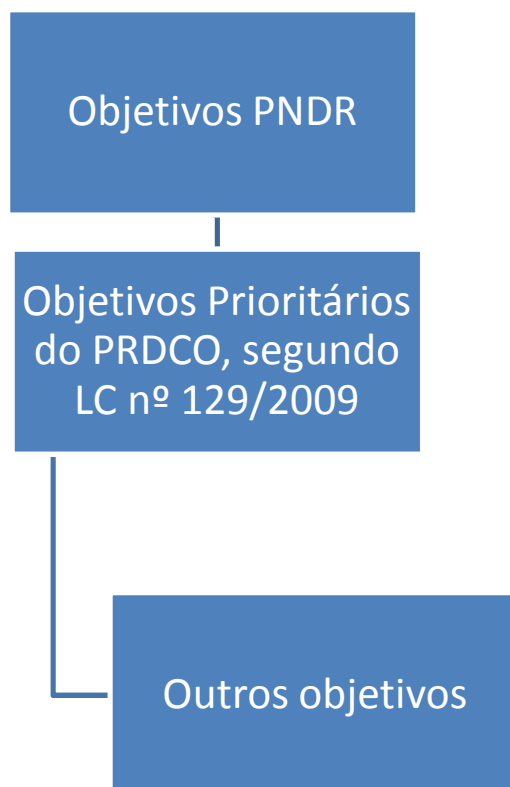
O PEDCO 2007-2020 preconizava como estratégia de desenvolvimento do Centro-Oeste o objetivo geral de **promover uma reorientação do estilo de desenvolvimento** da região, que leve ao **desenvolvimento sustentável**, expressando a visão de futuro da sociedade. Esse objetivo geral se desdobrava nos seguintes macro-objetivos específicos:

1. **Conservação dos ecossistemas** do Centro-Oeste, com redução das pressões antrópicas e **recuperação de áreas degradadas**.
2. **Melhoria da qualidade de vida** da população e **redução das desigualdades sociais**, garantindo que o dinamismo da economia se traduza em efetivo benefício dos centro-oestinos.
3. **Aumento das oportunidades sociais** pela universalização do acesso ao ensino de qualidade.
4. **Elevação do nível de escolaridade e redução drástica da taxa de analfabetismo do Centro-Oeste**.
5. **Aumento da competitividade econômica** regional, de modo a consolidar sua posição como grande centro de exportação do Brasil, com diversificação da pauta de produtos voltados para o mercado nacional e o mercado externo.
6. **Formação de um ambiente de inovação na economia regional** com a ampliação das pesquisas, desenvolvimento de tecnologias e aumento do nível de qualificação dos trabalhadores e empresários centro-oestinos.
7. **Desenvolvimento de tecnologias limpas** e compatíveis com o meio ambiente do Centro-Oeste, favorecendo a difusão de processos sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais.
8. **Integração dos territórios** e estados do Centro-Oeste com **redução das desigualdades** intrarregionais de dinamismo e de nível de renda, e formação de uma rede de cidades integradas e hierarquizadas.
9. **Integração físico-territorial do Centro-Oeste** com o resto do Brasil e com a América do Sul, contribuindo para a intensificação do comércio regional.
10. **Redução da vulnerabilidade da economia regional** que decorre da excessiva concentração da estrutura produtiva e da pauta de exportações no agronegócio.
11. **Ampliação da agregação de valor da produção primária regional** com adensamento das cadeias produtivas e beneficiamento dos produtos agropecuários, vegetais e minerais.

**12. Aumento da capacidade de gestão do setor público regional**, estados e municípios, para melhorar a eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos, e garantir os resultados no desenvolvimento regional.

#### **5.4 Os objetivos do PRDCO 2017-2020**

Os objetivos do PRDCO 2017-2020 seguem uma perspectiva de hierarquização e de conjugação dos objetivos acima traçados, na medida em que se compreende que eles não são excludentes entre si. Na realidade, a leitura acurada desses demonstra diversas convergências que demandavam um esforço de arranjo, a fim de possibilitar e melhor organizar a estratégia de intervenção do Plano. Nesse sentido, como objetivos de nível mais elevado situam-se os da Nova PNDR, dado o caráter orgânico que o Plano busca estabelecer com todo o sistema de planejamento regional. Em seguida, surgem a esses articulados os objetivos prioritários do PRDCO de acordo com a LC nº 129/2009. Finalmente, surgem, com algumas modificações, os macro-objetivos do PEDCO 2007-2020, aqui descritos como “outros objetivos”. Isso porque a referência principal está ligada aos quatro objetivos da PNDR, que são desdobrados a partir dos objetivos prioritários e destes outros objetivos. Dessa forma, pode-se assim entender tal estrutura:



Assim, os objetivos acima postos aparecem mais bem encadeados a partir do quadro abaixo:



Quadro 02 – Encadeamento dos objetos do PRDCO

Objetivos PNDR	Objetivos Prioritários	Outros Objetivos
<p><b>Promover a convergência do nível de desenvolvimento e da qualidade de vida entre e intra as regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentam baixos indicadores socioeconômicos.</b></p>	<p><b>Diminuição das desigualdades espaciais e interpessoais de renda.</b></p>	<p>Melhoria da qualidade de vida da população e redução das desigualdades sociais, garantindo que o dinamismo da economia se traduza em efetivo benefício dos centro-oestinos.</p>
	<p><b>Geração de emprego e renda.</b></p>	
	<p><b>Redução da taxa de analfabetismo.</b></p>	<p>Aumento das oportunidades sociais pela universalização do acesso ao ensino de qualidade.</p>
		<p>Elevação do nível de escolaridade.</p>
	<p><b>Melhoria das condições de habitação.</b></p>	<p><b>Universalização do saneamento básico.</b></p>
<p><b>Garantir a competitividade regional e a geração de emprego e renda em regiões que apresentam declínio populacional e elevadas taxas de emigração.</b></p>	<p><b>Universalização dos níveis de educação infantil e dos ensinos fundamental e médio.</b></p>	<p><b>Fortalecimento do processo de interiorização da educação superior.</b></p>
	<p><b>Garantia de implantação de projetos para o desenvolvimento tecnológico.</b></p>	<p>Formação de um ambiente de inovação na economia regional com a ampliação das pesquisas, desenvolvimento de tecnologias e aumento do nível de qualificação dos trabalhadores e empresários centro-oestinos.</p>

		Ampliação da agregação de valor da produção primária regional com adensamento das cadeias produtivas e beneficiamento dos produtos agropecuários, vegetais e minerais.
	<b>Redução do custo de transporte dos produtos regionais até os principais mercados domésticos e internacionais.</b>	Aumento da competitividade econômica regional, com ênfase nos pequenos negócios, de modo a consolidar sua posição como grande centro de exportação do Brasil, com diversificação da pauta de produtos voltados para o mercado nacional e o mercado externo.
		Melhoria da qualidade de vida da população e redução das desigualdades sociais, garantindo que o dinamismo da economia se traduza em efetivo benefício dos centro-oestinos.
		Integração físico-territorial do Centro-Oeste com o resto do Brasil e com a América do Sul, contribuindo para a intensificação do comércio regional.
		Redução da vulnerabilidade da economia regional que decorre da excessiva concentração da estrutura produtiva e da pauta de exportações no agronegócio.
	<b>Garantia da sustentabilidade ambiental.</b>	Conservação dos ecossistemas do Centro-Oeste, com redução das pressões antrópicas e recuperação de áreas degradadas.
	<b>Atenção ao zoneamento ecológico-econômico e social.</b>	Desenvolvimento de tecnologias limpas e compatíveis com o meio ambiente do Centro-Oeste, favorecendo a difusão de processos sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais.
<b>Consolidar uma rede de cidades policêntricas, que contribua para a desconcentração e</b>	<b>Universalização dos níveis de educação infantil e dos ensinos fundamental e médio.</b>	Aumento das oportunidades sociais pela universalização do acesso ao ensino de qualidade.

<b>interiorização do desenvolvimento das regiões e do País, fortalecendo centralidades em diferentes escalas geográficas.</b>	<b>Fortalecimento do processo de interiorização da educação superior.</b>	Fomento à formação de uma rede de cidades integradas e hierarquizadas.
		Aumento da capacidade de gestão do setor público regional, estados e municípios, para melhorar a eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos, e garantir os resultados no desenvolvimento regional.

## 5.5 Vetores Estratégicos de Desenvolvimento

A estratégia de desenvolvimento do Centro-Oeste estrutura-se em sete eixos estratégicos de desenvolvimento que, conduzidos de forma articulada e convergente promovem o desenvolvimento sustentável da região no médio e longo prazo. Os vetores estratégicos indicam a resposta do Centro-Oeste aos estrangulamentos e problemas internos e para o aproveitamento das suas potencialidades, de modo a situar-se positivamente no contexto nacional e mundial, vale dizer, preparar-se para aproveitar as oportunidades exógenas e se defender das ameaças exógenas. Em outras palavras, destacam onde devem ser concentradas as ações para promover o desenvolvimento, aproximar-se da visão de futuro, e alcançar os objetivos do PRDCO. As potencialidades indicam segmentos que podem constituir oportunidade de investimento para os empresários; os estrangulamentos mostram as demandas e necessidades de investimento na região para equacionar os fatores que emperram o desenvolvimento, impedem o melhor aproveitamento das oportunidades e deixam a região vulnerável diante das ameaças externas (os estrangulamentos, especialmente nas cadeias produtivas, podem constituir também oportunidades de negócios lucrativos para os empresários).

Os sete vetores estratégicos de desenvolvimento são (não significa hierarquização):

- 1. Democratização e Melhoria da Gestão Pública**, para aumentar a eficácia dos programas e projetos de desenvolvimento regionais e assegurar os seus resultados efetivos na mudança da realidade regional, favorecendo o desempenho dos outros vetores.
- 2. Gestão Ambiental e Recuperação do Meio Ambiente**, para assegurar a conservação dos ecossistemas mesmo com crescimento da economia e estabelecer, portanto, uma mediação das atividades econômicas com o meio ambiente regional.
- 3. Melhoria da Educação e Fortalecimento do sistema de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**, para aumentar as oportunidades sociais pela universalização do acesso ao ensino de qualidade, e contribuição para a competitividade regional, por meio do aumento do nível de escolaridade e da criação de um ambiente de inovação tecnológica. Além do favorecimento à introdução de tecnologias ambientalmente compatíveis que reorientem as relações da atividade produtiva com o meio ambiente.
- 4. Ampliação da Infraestrutura Social e Urbana**, para garantir que o dinamismo econômico se traduza, efetivamente, na melhoria da qualidade de vida da população do Centro-Oeste.
- 5. Ampliação da Infraestrutura Econômica e Logística**, para aumentar a competitividade econômica regional, sua integração territorial interna e aos mercados consumidores, no Brasil e no exterior.
- 6. Diversificação e Adensamento das Cadeias Produtivas**, para reduzir a vulnerabilidade econômica e ampliar a agregação de valor à produção agropecuária regional.

**7. Promoção e estruturação de uma rede policêntrica de cidades no Centro-Oeste**, com vistas a reduzir a dependência do desenvolvimento e dos serviços públicos dos grandes centros da região.

Esses vetores integrados, operacionalizados por meio dos programas e projetos, desencadeiam um processo de mudança que combina **aumento da competitividade** regional, **conservação dos seus ecossistemas** e **melhoria da qualidade de vida** da população, levando ao desenvolvimento sustentável.

A estratégia, seus programas e projetos devem ser distribuídos no território de acordo com as características diferenciadas das microrregiões, seus estrangulamentos e suas principais potencialidades.

## **5.6 Programas**

Os vetores estratégicos de desenvolvimento desagregam-se e são operacionalizados por meio de um conjunto de programas e projetos. Estes estão apresentados a seguir, agrupados nos vetores que articulam e integram suas ações.

### **VETOR 1 – Democratização e Melhoria da Gestão Pública**

O eixo estratégico de desenvolvimento de Democratização e Melhoria da Gestão Pública se operacionaliza por meio de dois programas, como apresentados a seguir:

#### ***Programa 1 - Melhoria da gestão pública***

De um modo geral, os governos brasileiros (nas diversas esferas) demonstram uma baixa eficácia e limitada eficiência na gestão dos projetos e execução do orçamento, que gera grande desperdício de recursos e limita o impacto das ações governamentais. Para o desenvolvimento regional, é fundamental que melhore a gestão pública na implementação dos programas e projetos, o que demanda uma modernização e reestruturação da máquina pública e capacitação dos servidores públicos. O programa se volta para a melhoria da eficiência, da eficácia e da efetividade da gestão.

#### ***Programa 2 - Fortalecimento da organização da sociedade e da participação social***

Apesar de avanços importantes, registrados nas últimas décadas, a gestão pública brasileira ainda é pouco transparente e democrática nos processos decisórios. Embora tenha se ampliado bastante a participação da sociedade na discussão das prioridades de desenvolvimento e de projetos, as decisões ainda são controladas por grupos dirigentes e técnicos dentro do aparelho do Estado. Para ampliar a participação e a democratização das instituições públicas, é necessário aumentar a organização da sociedade e ampliar os canais de representação e participação.

### **VETOR 2 - Gestão Ambiental e Recuperação do Meio Ambiente**

O eixo estratégico de desenvolvimento Gestão Ambiental e Recuperação do Meio Ambiente operacionaliza-se por meio de três programas.

#### ***Programa 1 - Gestão integrada de recursos hídricos***

A Região Centro-Oeste tem um dos maiores mananciais de recursos hídricos do Brasil, constituindo centro importante do sistema hidrográfico da América do Sul. Entretanto, as pressões antrópicas que decorrem da expansão da fronteira agrícola e da exploração hidrelétrica provocam degradação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas e ameaçam uma das principais riquezas da região. Em resposta a essa situação, será implantado o programa de gestão integrada de recursos hídricos, utilizando as bacias hidrográficas como base do planejamento.

#### ***Programa 2 - Reestruturação e fortalecimento da gestão ambiental***

A gestão ambiental do Centro-Oeste, tanto do governo federal quanto dos órgãos estaduais, apresenta grandes lacunas institucionais e de instrumentos técnicos e operacionais a fim de exercer o efetivo controle das atividades econômicas sobre o meio ambiente, apesar dos elementos normativos gerais. Para contornar essas limitações e, portanto, promover uma reorientação do modelo de desenvolvimento e das relações da economia e sociedade com a natureza, será implementado o programa de reestruturação e fortalecimento da gestão ambiental.

#### ***Programa 3 - Valorização e conservação do meio ambiente***

A forma mais eficaz de conservação do meio ambiente reside na sua valorização e utilização econômica de forma racional, com base em tecnologias adequadas desenvolvidas diretamente para os ecossistemas regionais.

### **VETOR 3 - Melhoria da Educação e Fortalecimento do Sistema de P&D**

O eixo estratégico de desenvolvimento Melhoria da Educação e Fortalecimento do Sistema de P&D do Centro-Oeste operacionaliza-se por meio de três programas, como apresentados a seguir:

#### ***Programa 1 - Desenvolvimento e melhoria da educação***

A educação da população centro-oestina é fator fundamental para a melhoria da qualidade de vida e aumento das oportunidades sociais, ao mesmo tempo em que representa uma contribuição decisiva para a competitividade regional, facilitando a preparação da mão de obra e os avanços tecnológicos.

#### ***Programa 2 - Inovação, desenvolvimento e difusão de tecnologia***

O desenvolvimento tecnológico é uma necessidade básica para que a região consolide e amplie sua competitividade e, ao mesmo tempo, altere os processos de aproveitamento dos recursos naturais, contribuindo para a sustentabilidade ambiental da região, além de desenvolver novos produtos e formas de utilização ambiental sustentáveis.

#### ***Programa 3 – Produção de conhecimento sobre o Centro-Oeste***

Há uma grande lacuna e uma importante necessidade de maior debate em torno das questões específicas da produção do espaço e do desenvolvimento do Centro-Oeste, sendo ainda limitadas as ações de compreensão desta região como um todo. O programa visa fomentar e aumentar a produção de tais conhecimentos, bem como produzir estudos e projetos de intervenção na região.

### **VETOR 4 - Ampliação da Infraestrutura Social e Urbana**

O eixo estratégico Ampliação da Infraestrutura social e urbana se implementa mediante três programas, descritos a seguir:

***Programa 1 - Ampliação e melhoria da infraestrutura social***

O Centro-Oeste tem deficiência no abastecimento de água e, principalmente, esgoto sanitário, influenciando negativamente na qualidade de vida e na saúde pública da população.

***Programa 2 - Valorização da diversidade cultural e construção da identidade cultural***

A Região Centro-Oeste tem uma grande diversidade cultural, que constitui uma importante potencialidade e riqueza, mas não valoriza esse patrimônio e tem manifestado desrespeito pelas culturas e grupos étnicos tradicionais. Para o desenvolvimento sustentável, o Centro-Oeste tem que ter respeito e apreço pelas diversas representações culturais e construir sua identidade sobre a diversidade.

***Programa 3 - Cidadania e segurança pública***

A qualidade de vida da população passa necessariamente pela redução da violência, desigualdades sociais e discriminação, que demanda, portanto, um programa voltado para esses problemas. Por outro lado, a persistência de altos índices de criminalidade na região pode inibir os investimentos e a competitividade do Centro-Oeste.

**VETOR 5 – Ampliação da Infraestrutura Econômica e Logística**

O eixo estratégico de desenvolvimento Ampliação da Infraestrutura Econômica e Logística conta com um grande programa, como apresentado a seguir:

***Programa 1 - Ampliação e recuperação do sistema de transporte***

O programa de ampliação e recuperação do sistema de transporte tem o objetivo de aumentar a competitividade da economia, ao enfrentar os estrangulamentos de transporte e integrar fisicamente o Centro-Oeste com o resto do Brasil e do mundo, particularmente com os países andinos. A integração multimodal de transporte deve abrir duas alternativas de escoamento da produção do Centro-Oeste: saída pelo Porto de Santarém, enfrentando os desafios logísticos da BR-163 e da capacidade de escoamento do porto; ou saída pelo Porto de Itaquí (Maranhão) integrada a uma hidrovia (até Couto Magalhães às margens do Araguaia com a ferrovia Norte-Sul e Carajás).

**VETOR 6 - Diversificação e Adensamento das Cadeias Produtivas**

O eixo estratégico Diversificação e Adensamento das Cadeias Produtivas implementa-se por meio de cinco programas, como apresentados a seguir:

***Programa 1 - Fortalecimento da agropecuária***

A agropecuária é o segmento mais dinâmico da economia centro-oestina e, embora com baixo valor agregado, representa base importante para o desenvolvimento da economia e mesmo para a agregação de valor no beneficiamento dos seus produtos.

### ***Programa 2 - Regularização fundiária e fortalecimento da agricultura familiar***

O Centro-Oeste ainda não tem uma ampla e completa regularização fundiária e titulação de terras, representando um grande potencial de conflitos fundiários; por outro lado, a região apresenta uma alta concentração fundiária com limitado espaço para a pequena produção e a agricultura familiar.

### ***Programa 3 - Desenvolvimento do turismo e do ecoturismo***

O programa orienta-se para o aproveitamento racional e sustentável dos atrativos naturais e das belezas cênicas da região para atração de turistas nacionais e internacionais, gerando renda e oportunidades de trabalho.

### ***Programa 4 - Formação de parque industrial e de serviços avançados***

O mercado interno e as potencialidades regionais podem viabilizar a formação de um parque industrial no Centro-Oeste, por meio da diversificação da estrutura produtiva, a fim de ampliar as oportunidades de renda e emprego da população.

### ***Programa 5 - Adensamento das cadeias produtivas***

Como forma de agregar valor à produção regional e diversificar a base produtiva do Centro-Oeste, de forma a reduzir sua vulnerabilidade e dependência da agropecuária, deve promover o adensamento das cadeias produtivas, e contribuir para diversificar a pauta de exportação com inclusão de bens industrializados.

## **Vetor 7 - Promoção e estruturação de uma rede policêntrica de cidades no Centro-Oeste**

O eixo estratégico Promoção e estruturação de uma rede policêntrica de cidades no Centro-Oeste implementa-se por meio de dois programas, apresentados a seguir:

### ***Programa 1 – Aviação regional no Centro-Oeste***

O Centro-Oeste apresenta, assim como outras regiões brasileiras, uma alta concentração de aeroportos e linhas comerciais concentradas nos principais centros, restando amplos espaços desta macrorregião sem integração com a malha aeroviária nacional. Deve-se, assim, buscar promover a ampliação da malha aérea regional, estimulando a construção/ ampliação de aeroportos existentes e a atuação de companhias aéreas na região.

### ***Programa 2 – Fortalecimento da rede urbana do Centro-Oeste***

Por meio da melhoria da prestação de serviços por parte dos centros de porte médio do Centro-Oeste, espera-se uma melhora do acesso a serviços públicos fundamentais ao desenvolvimento econômico e social dos municípios do Centro-Oeste.

A partir dos vetores acima postos, é necessário realizar uma associação desses com os objetivos da PNDR. Nota-se que as ações e os projetos de alguns dos vetores encontram efeitos no cumprimento de mais de um dos objetivos, dado o caráter transversal de suas ações:

Quadro 03 – Associação dos Objetivos da PNDR com os vetores estratégicos de desenvolvimento

<b>Objetivos PNDR</b>	<b>Vetores</b>
<b>Promover a convergência do nível de desenvolvimento e da qualidade de vida entre e intra as regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentam baixos indicadores socioeconômicos.</b>	2, 3, 4, 5 e 6
<b>Garantir a competitividade regional e a geração de emprego e renda em regiões que apresentam declínio populacional e elevadas taxas de emigração.</b>	3, 4, 5 e 6
<b>Promover a agregação de valor e diversificação econômica em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.</b>	3, 4, 5 e 6
<b>Consolidar uma rede de cidades policêntricas, que contribua para a desconcentração e interiorização do desenvolvimento das regiões e do País, fortalecendo centralidades em diferentes escalas geográficas.</b>	1 e 7

## 5.7 Carteira de Projetos Prioritários

O conjunto de projetos que formam a estratégia de desenvolvimento regional foi priorizado para definição de uma Carteira de Projetos Prioritários. Destacam-se aqueles de maior relevância para o desenvolvimento regional e nos quais devem ser concentrados todos os esforços das instituições comprometidas com o futuro do Centro-Oeste. Os 22 projetos destacados na carteira representam aqueles considerados de altíssima prioridade e procuram contemplar todos os vetores estratégicos de desenvolvimento, de modo a assegurar a sinergia e complementaridade. Os projetos da carteira estão apresentados a seguir, explicitando subprojetos, objetivos e resultados esperados. Para implementação da estratégia, será necessário melhorar e refinar a informação e, principalmente, complementar os dados dos projetos com a definição de metas, custos, fontes dos recursos, e indicadores de resultados para o acompanhamento.



Quadro 04 – Carteira de Projetos do PRDCO

PROJETO	SUBPROJETOS	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	
1	<p><b>Criação de infraestrutura de turismo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recuperação e ampliação de vias de transporte e acesso aos pontos turísticos da região.</li> <li>• Recuperação de atrativos turísticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento das atividades turísticas no Centro-Oeste, contribuindo para a diversificação da estrutura produtiva.</li> <li>• Elevação da renda e das oportunidades de emprego da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fluxo turístico para a região ampliado.</li> <li>• Participação do turismo na economia regional elevada.</li> </ul>
2	<p><b>Fortalecimento da cultura regional</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revitalização do patrimônio histórico, cultural e artístico.</li> <li>• Fomento às manifestações culturais populares da região.</li> <li>• Criação de centro de tradição regional.</li> <li>• Fomento à criação de elementos simbólicos centro-oestinos, com base na sociobiodiversidade.</li> <li>• Preservação do patrimônio cultural da região.</li> <li>• Intercâmbio entre universidades sul-americanas, valorizando diferentes manifestações culturais históricas e artísticas que formam uma identidade da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação de uma identidade cultural centro-oestina.</li> <li>• Revitalização do patrimônio histórico, cultural e artístico da região.</li> <li>• Fortalecimento do imaginário social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Patrimônio histórico, cultural e artístico do Centro-Oeste revitalizado.</li> </ul>
3	<p><b>Aperfeiçoamento da malha rodoviária</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pavimentação, asfaltamento e melhoria das rodovias da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria do sistema de transporte rodoviário da região.</li> <li>• Aumento da competitividade da economia regional.</li> <li>• Melhoria da mobilidade e acessibilidade da população.</li> <li>• Integração físico-territorial do Centro-Oeste com o resto do país e com os grandes mercados consumidores, incluindo a América do Sul.</li> <li>• Projeção de uma matriz com eixos de integração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo de transporte dos produtos regionais reduzido.</li> <li>• Rede de transporte rodoviária recuperada e ampliada.</li> </ul>

PROJETO	SUBPROJETOS	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	
4	<b>Ampliação e operacionalização da rede ferroviária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção do ramal ferroviário de Cuiabá e Porto Velho.</li> <li>• Implementação dos trens Brasília-Luziânia e Brasília-Goiânia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da rede de transporte ferroviário da região.</li> <li>• Aumento da competitividade da economia regional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo de transporte reduzido.</li> <li>• Sistema de transporte complementado e possibilidades de multimodalidade ampliadas.</li> </ul>
5	<b>Ampliação do saneamento básico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incremento e melhoria dos serviços de saneamento básico e ambiental, eliminando o escoamento dos resíduos líquidos e sólidos nos rios.</li> <li>• Implantação de sistemas de instalações sanitárias mínimas (kit banheiro, tanque, fossa séptica, etc.).</li> <li>• Gerenciamento de resíduos sólidos, contemplando o processamento e destinação nos municípios, e apoio aos municípios com estruturas de coleta e transporte;</li> <li>• Implantação de sistemas de coleta seletiva de lixo urbano.</li> <li>• Incentivo à reciclagem de resíduos sólidos com criação de centros de reciclagem regional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da qualidade de vida e das condições sanitárias da população.</li> <li>• Ampliação das condições de habitabilidade urbana da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abastecimento de água dos domicílios regionais ampliado.</li> <li>• Rede de esgotamento sanitário da região aumentada.</li> <li>• Coleta e tratamento de resíduos sólidos ampliada.</li> </ul>
6	<b>Melhoria da gestão urbana e municipal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação técnica e gerencial dos municípios.</li> <li>• Elaboração de Planos Diretores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da eficiência da gestão dos municípios.</li> <li>• Ampliação dos instrumentos de gestão urbana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas de gestão urbana qualificados e capacitados.</li> </ul>
7	<b>Beneficiamento e industrialização das cadeias produtivas dos grãos e do setor sucroalcooleiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento à implantação de unidades de processamento dos grãos na produção de óleos, pastas e derivados.</li> <li>• Promoção da implantação de unidades de produção de biocombustível à base de grãos.</li> <li>• Assistência técnica e difusão de tecnologias para novos elos da cadeia.</li> <li>• Apoio na montagem do sistema de comercialização das novas atividades produtivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adensamento da cadeia produtiva de grãos.</li> <li>• Agregação de valor aos produtos da agricultura moderna regional.</li> <li>• Aumento da renda e das oportunidades de emprego.</li> <li>• Adensamento da cadeia sucroalcooleira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadeia produtiva integrada e complementada nos seus principais elos.</li> </ul>

PROJETO	SUBPROJETOS	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	
8	<b>Beneficiamento e industrialização da cadeia produtiva da pecuária de corte e leite</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento à implantação de unidades de beneficiamento da pecuária de corte na produção de carnes especiais e embutidas (bovina, suína e avícola, além de jacaré, peixe, ovinos e outros).</li> <li>• Fomento a curtumes para beneficiamento do couro da pecuária.</li> <li>• Incentivo à implantação de indústria de calçados que aproveite do couro produzido na região.</li> <li>• Assistência técnica e difusão de tecnologias para novos elos da cadeia produtiva.</li> <li>• Apoio na montagem do sistema de comercialização das novas atividades produtivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adensamento da cadeia produtiva da pecuária de corte.</li> <li>• Agregação de valor aos produtos da pecuária.</li> <li>• Aumento da renda e das oportunidades de emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadeia produtiva integrada e complementada nos seus principais elos.</li> </ul>
9	<b>Promoção da agricultura familiar e da pequena agroindústria familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo às associações e ao cooperativismo.</li> <li>• Criação de centros de comercialização e rede de abastecimento dos produtos da agricultura familiar.</li> <li>• Assistência técnica e difusão de tecnologias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da renda do pequeno agricultor familiar.</li> <li>• Agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura familiar consolidada e fortalecida.</li> </ul>
10	<b>Estímulo à produção orgânica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo aos pequenos produtores para produção orgânica.</li> <li>• Assistência técnica e difusão de tecnologias de produção orgânica.</li> <li>• Implantação de mecanismos de comercialização para produtos orgânicos.</li> <li>• Criação de selo de procedência e qualidade ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da atividade agropecuária orgânica.</li> <li>• Aproveitamento do mercado nacional e internacional de produtos orgânicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de produtos orgânicos aumentada.</li> <li>• Renda dos pequenos produtores rurais elevada.</li> </ul>
11	<b>Fortalecimento dos sistemas de defesas sanitárias animal e vegetal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Montagem de sistema integrado de monitoramento de pragas e doenças na agropecuária.</li> <li>• Ampliação dos centros de produção de vacinas e controle orgânico de doenças e pragas.</li> <li>• Implementação de vacinação continuada e sistemática.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento das condições sanitárias da agropecuária regional.</li> <li>• Ampliação da credibilidade nos mercados mundiais dos produtos da agropecuária regional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aftosa erradicada do gado centro-oestino.</li> <li>• Propagação de pragas reduzida.</li> </ul>

PROJETO	SUBPROJETOS	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	
12	<b>Criação e qualificação de centros de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação da infraestrutura de P&amp;D nos centros regionais.</li> <li>• Formação de quadros e recursos humanos para pesquisa e funcionamento dos centros de pesquisa.</li> <li>• Intercâmbio dos centros de P&amp;D com as universidades regionais, brasileiras e estrangeiras, com destaque para os países da América do Sul.</li> <li>• Implementação do Parque Tecnológico de Ponta Porã (PTIn).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento científico e tecnológico da região.</li> <li>• Criação de ambiente de inovação na região.</li> <li>• Introdução de novas tecnologias para elevação da produtividade e para a sustentabilidade ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da região ampliada.</li> <li>• Recursos humanos para P&amp;D ampliados.</li> </ul>
13	<b>Formação e qualificação profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção da educação profissional (básico, técnico e tecnológico).</li> <li>• Capacitação e qualificação profissional e técnica.</li> <li>• Capacitação dos agentes econômicos, incluindo gestão empresarial e gestão de projetos.</li> <li>• Realização de inventário das reais necessidades de formação profissional.</li> <li>• Criação de centros de excelência para a formação e aperfeiçoamento da mão de obra.</li> <li>• Fortalecimento e ampliação das escolas agro técnicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhora da qualificação técnica e profissional da mão de obra regional.</li> <li>• Aumento da oferta de mão de obra qualificada para as necessidades da economia regional.</li> <li>• Aumento da renda e das oportunidades de trabalho dos trabalhadores do Centro-Oeste.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituições de formação profissional e tecnológica fortalecidas e qualificadas.</li> <li>• Capacitação profissional e técnica ampliada.</li> <li>• Demanda de mão de obra qualificada regional atendida.</li> </ul>

PROJETO	SUBPROJETOS	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	
14	<b>Melhoria da educação básica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de infraestrutura adequada.</li> <li>• Formação de quadros docentes, com valorização do professor (inclusive remuneração digna, concurso público e apoio tecnológico).</li> <li>• Qualificação continuada de profissionais de educação básica.</li> <li>• Estudo e pesquisas sobre educação (inclui correção do fluxo escolar).</li> <li>• Implantação de sistema de gestão única da educação.</li> <li>• Introdução da educação ambiental dentro do projeto pedagógico das escolas formais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevação do nível de escolaridade da população regional.</li> <li>• Elevação da formação intelectual e técnica das crianças e jovens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade de ensino nas escolas de educação básica melhorada.</li> <li>• Sistema de ensino em tempo integral implantado e ampliado.</li> <li>• Eficiência e eficácia da gestão do sistema educacional aumentada.</li> </ul>
15	<b>Estímulo e orientação para uso econômico sustentável da biodiversidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intensificação e ampliação de pesquisas da biodiversidade (<i>in situ</i> e <i>in vitro</i>) para classificação e patenteamento de espécies naturais.</li> <li>• Realização de ações para preservação e conservação ambiental da biodiversidade.</li> <li>• Combate a todas as formas de biopirataria com criação de mecanismos mais eficientes de controle e punição.</li> <li>• Regulamentação de legislação sobre as patentes de espécies naturais da biodiversidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução do processo de destruição da biodiversidade regional.</li> <li>• Domínio da informação genética da biodiversidade pela região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de patentes de espécies naturais pelas instituições regionais aumentada.</li> <li>• Pirataria da biodiversidade e da informação genética contida.</li> </ul>
16	<b>Formação de uma capacidade produtiva da indústria com base na biodiversidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Difusão de tecnologias de aproveitamento da biodiversidade e da informação genética.</li> <li>• Incentivo às empresas para investimento na bioindústria.</li> <li>• Promoção de sistemas de comercialização dos produtos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reorientação da produção para aproveitamento sustentável dos recursos naturais.</li> <li>• Aumento da renda e do emprego de qualidade na região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas de produção de essências, cosméticos, e espécies medicinais implantadas.</li> </ul>

PROJETO	SUBPROJETOS	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS
17	<b>Processamento e tratamento dos efluentes da suinocultura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução da degradação ambiental causada pela suinocultura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efluentes da suinocultura processados e tratados.</li> <li>• Participação do Centro- Oeste na venda de crédito de carbono ampliada.</li> </ul>
18	<b>Dinamização dos arranjos produtivos locais e dos Pequenos Negócios</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio tecnológico para melhoria da qualidade e aumento da produtividade.</li> <li>• Capacitação dos produtores e da mão de obra qualificada (empreendedorismo e gestão de negócios).</li> <li>• Formação de cooperativas e de associações de produtores.</li> <li>• Montagem de rede e sistema de comercialização.</li> <li>• Criação de selo de procedência e de autenticidade de produtos com a identidade centro-oestina.</li> <li>• Facilitação na obtenção de crédito, com a criação de linhas próprias;</li> <li>• Cooperação para a redução das burocracias pelos municípios;</li> <li>• Apoio às cooperativas financeiras atuantes neste mercado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da competitividade da economia de base local e da pequena produção.</li> <li>• Desenvolvimento local com base nas vocações e capacidade empreendedora.</li> <li>• Geração de renda e emprego.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Arranjos produtivos locais consolidados e competitivos.</li> </ul>

PROJETO	SUBPROJETOS	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	
19	<b>Encadeamento da produção florestal-madeireira para usos múltiplos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento à implantação de unidades de beneficiamento da madeira na produção de prensados e compensados.</li> <li>• Fomento à instalação de indústria moveleira regional.</li> <li>• Incentivo à produção de energia de biomassa e aproveitamento dos resíduos de madeira.</li> <li>• Assistência técnica e difusão de tecnologias para novos elos da cadeia produtiva.</li> <li>• Apoio na montagem do sistema de comercialização das novas atividades produtivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adensamento da cadeia produtiva florestal-madeireira.</li> <li>• Agregação de valor aos produtos da atividade florestal-madeireira.</li> <li>• Aumento da renda e das oportunidades de emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadeia produtiva integrada e complementada nos seus principais elos.</li> </ul>
20	<b>Aviação regional do Centro-Oeste</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo à ampliação e implementação de aeroportos regionais em cidades médias.</li> <li>• Incentivo ao aumento da malha aeroviária na região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização da economia da região e geração de empregos no setor de aviação civil.</li> <li>• Redução da dependência dos aeroportos dos grandes centros.</li> <li>• Ampliação da malha aeroviária e inclusão de novos municípios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do número de passageiros e integração de novos municípios na malha aeroviária nacional.</li> <li>• Impulsão das atividades turísticas da região.</li> <li>• Integração de espaços à dinâmica do desenvolvimento da região.</li> </ul>
21	<b>Apoio à ampliação de serviços em cidades médias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à expansão de Universidades Federais e Institutos Federais (IFs) na região.</li> <li>• Apoio à melhoria no atendimento médico-hospitalar na região, por meio de hospitais-polo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento da rede urbana regional.</li> <li>• Disseminação de serviços públicos e apoio ao desenvolvimento regional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede urbana policêntrica estabelecida e consolidada.</li> <li>• Elevação de índices de escolaridade e de profissionalização.</li> <li>• Elevação da expectativa de vida e do número de médicos por habitante.</li> </ul>

PROJETO	SUBPROJETOS	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS
<b>22 Rede de Inovação do Centro-Oeste</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégia comum de atuação dos IFs centro-oestinos.</li> <li>• Rede de pesquisa do desenvolvimento do Centro-oeste.</li> <li>• Produção de estudos e planos: Plano de Desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE; Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Arco Central; Plano de Logística do Centro-Oeste; Plano de Desenvolvimento do Norte e Nordeste Goiano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir melhor a linha de atuação das instituições de nível superior no Centro-Oeste.</li> <li>• Aumentar a densidade de pesquisa produzida acerca do Centro-Oeste.</li> <li>• Elaborar planos e estudos sobre espaços e temas específicos de interesse da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuação mais eficiente das instituições de ensino superior e profissionalizantes do Centro-Oeste, voltadas às demandas de desenvolvimento da região.</li> <li>• Centro-Oeste melhor conhecido e com centros de pesquisa mais destacados em âmbito nacional.</li> <li>• Proposição de ações específicas e mais bem definidas em relação aos espaços prioritários e temas de interesse da região.</li> </ul>



## 5.8 Diretrizes para Regionalização

A estratégia, seus programas e projetos não podem nem devem ser implantados em todo o espaço regional, à medida que o Centro-Oeste congrega diversos territórios e subespaços com potencialidades diversas e problemas diferenciados. Dessa forma, a distribuição dos projetos no Centro-Oeste deve ser orientada pelas diferenças de características socioeconômicas e ambientais do território, de modo a otimizar seus resultados e promover a integração intrarregional.

Por outro lado, a alocação no espaço das ações prioritárias deve ser orientada pelo propósito de redução das disparidades internas de dinamismo econômico e de qualidade de vida, promovendo a convergência e o equilíbrio regional. Os projetos se articulam no território, ao responder as suas características diferenciadas, explorar as potencialidades econômicas, enfrentar os estrangulamentos econômicos e os problemas sociais, conter as pressões antrópicas e recuperar áreas degradadas.

As diretrizes para regionalização da estratégia de desenvolvimento do Centro-Oeste partem das orientações da atual proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II), que define espaços elegíveis de atuação a partir de seus quatro objetivos, incorporados neste PRDCO.

### 5.8.1 Microrregiões com RDPC médio abaixo do RDPC médio do País

De acordo com a atual proposta de PNDR, estes espaços contemplam as áreas com maior demanda de elevação do nível de desenvolvimento e de qualidade de vida, utilizando, como indicador para isto, o Rendimento Domiciliar *per Capita* (RDPC) médio. A priorização das ações dá-se a partir da confrontação deste indicador com o de dinamismo econômico, a variação do PIB das microrregiões (a partir da mediana da variação nacional), criando, assim, duas prioridades:

*Prioridade I* – Espaços com RDPC abaixo de 50% da média nacional e entre 50% e 75% da média nacional e de baixo dinamismo (variação do PIB menor que a mediana da variação do PIB nacional).

*Prioridade II* – Espaços com RDPC entre 50% e 75% da média nacional e alto dinamismo (variação do PIB maior que a mediana da variação do PIB nacional).

Dessa forma, os projetos dispensados aos espaços com prioridade I devem dedicar-se à melhoria da distribuição de serviços, elevação da renda e de melhoria da infraestrutura urbana. Considerando que possuem, por outro lado, economia de baixo dinamismo, devem ser implementados os projetos dedicados à dinamização das cadeias produtivas e de qualificação da mão de obra, visando modificar a integração destes espaços no processo produtivo regional. Naquelas em que ocorram problemas referentes às áreas degradadas, deve-se implementar os projetos de recuperação destas áreas.

Já nas áreas de prioridade II, que apresentam melhor situação quanto ao RDPC e alto dinamismo econômico, devem ser priorizados os projetos referentes à melhora da logística produtiva. Por outro lado, por conta da dependência da região em relação à produção de commodities, devem ser priorizados projetos que levem à diversificação da produção regional. Podem também ser inclusos projetos de adensamento das cadeias produtivas.

### **5.8.2 Áreas com declínio populacional**

A proposta atual da PNDR elege como espaço as microrregiões que apresentem crescimento demográfico negativo e aquelas que cresceram a taxas 50% inferiores da nacional. Tal preocupação deve-se ao movimento migratório existente nestas regiões, com tendência a deslocamento de contingentes populacionais para os centros urbanos de maior tamanho, em geral dentro da própria região. A análise em outras escalas por vezes esconde esta tendência de esvaziamento, que ocorre por baixo dinamismo econômico.

Os projetos em atuação nestas microrregiões devem ser justamente aqueles responsáveis por dinamizar suas economias, tal como o adensamento das cadeias produtivas e sua diversificação, bem como o aumento da qualificação profissional. Este último, por meio da oferta de ensino técnico e superior, pode funcionar como um importante redutor das migrações, já que a população mais jovem é a que representa a maior parte dos migrantes.

### **5.8.3 Microrregiões com elevado percentual de participação de commodities agrícolas e minerais**

Ainda como regiões elegíveis para a PNDR II, situam-se os espaços cuja economia revela dependência de commodities agrícolas e minerais, algo bastante comum no Centro-Oeste, espaço de expansão de cultivos de grãos com uso de alta tecnologia.

Nestas microrregiões, os projetos a serem priorizados são especialmente os destinados à diversificação da produção, com apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e incentivos ao desenvolvimento da infraestrutura produtiva necessária à diversificação nestes espaços. É fundamental ainda o papel dos projetos ligados à qualificação da mão de obra. Considerando o recorte microrregional proposto, o ideal é que os projetos sejam instalados em municípios vizinhos das áreas de maior concentração destas commodities, com vistas a promover o desenvolvimento mais equânime de toda a microrregião.

### **5.8.4 Rede policêntrica de cidades**

A partir do quarto objetivo da PNDR II, tem-se a necessidade de estruturação de uma rede policêntrica de cidades. Para tanto, serão eleitas ainda cidades-polo, em portaria interministerial com o Ministério das Cidades. Isto visa reduzir a dependência dos grandes centros e possibilitar que centros de porte médio favoreçam a irradiação do desenvolvimento pelas microrregiões.

Dessa forma, devem-se priorizar as atividades relacionadas ao reforço do papel de centralidade destes centros, notadamente aqueles ligados à aviação civil regional, de implantação de infraestruturas de serviços de escala regional, especialmente os médico-hospitalares e o de educação de nível técnico e superior.

### **5.8.5 Espaços prioritários**

Pela nova proposta da PNDR, restam como espaços considerados prioritários de atuação do Ministério da Integração Nacional e suas entidades vinculadas a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e a Faixa de Fronteira.

Sobre a RIDE, as ações fundamentais devem se situar no campo da alavancagem da economia dos municípios goianos e mineiros deste espaço, com vistas a reduzir sua dependência do Distrito Federal. Dessa forma, deve-se privilegiar uma diversificação das cadeias produtivas e o

reforço da produção agropecuária na região. Por outro lado, devem ser implementados projetos dedicados à melhora e disseminação da oferta de serviços nestes municípios e a melhoria da mobilidade urbana e semiurbana.

Quanto à Faixa de Fronteira, são fundamentais o estímulo produtivo e o adensamento das cadeias produtivas, especialmente nos municípios desta Faixa localizados no Mato Grosso. Existe ainda, um contexto de certo esvaziamento demográfico, algo já contemplado na estratégia. Para a Faixa nos dois Estados (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), é fundamental a promoção da diversificação produtiva e o avanço em uma perspectiva de desenvolvimento transfronteiriço, com ações mais articuladas aos Poderes Públicos vizinhos e a outros órgãos do Governo Federal em atuação na região.

# 6

## INSTRUMENTOS

Os instrumentos explicitam os meios adequados e necessários para a implementação dos projetos de desenvolvimento do Centro-Oeste, destacando os recursos financeiros, principalmente públicos, que permitem viabilizar a estratégia de desenvolvimento regional. É importante considerar que o desenvolvimento regional depende das decisões e iniciativas dos atores sociais e não apenas dos governos, particularmente dos investimentos privados do empresariado. Em todo caso, esses serão mobilizados sempre que os investimentos públicos contribuírem para criar o ambiente que estimule a decisão empresarial em termos de infraestrutura, capacidade tecnológica, qualificação da mão de obra, habitabilidade urbana, etc. A formação do ambiente de inovações na região deve ser parcial e transitoriamente complementada por incentivos fiscais que estimulem as decisões de investimento do setor privado e compensem eventuais desvantagens competitivas regionais. Os instrumentos do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) estão organizados em três blocos, diferenciados segundo suas características, descritos a seguir.

### **6.1 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros destinam-se a diferentes programas e projetos, inclusive os incentivos financeiros e creditícios para fomento aos investimentos e à produção privada. Em todo caso, mesmo os incentivos financeiros privados devem contar com determinadas modalidades de funcionamento e adotar critérios consistentes com as prioridades dos projetos de desenvolvimento regional.

#### ***6.1.1 Fomento às atividades produtivas***

Os principais instrumentos de financiamento dos investimentos e da produção empresarial são o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). O FCO conta com recursos assegurados como percentual da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR) pela União. Estes recursos destinam-se aos produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção, que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços da região.

Já o FDCO tem seus recursos constituídos por aqueles do Tesouro Nacional, pelos resultados de aplicações financeiras à sua conta, pelo produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados, pela reversão dos saldos anuais não aplicados e pelo produto do retorno das operações de financiamentos concedidos. É destinado a empreendimentos de interesse de pessoas jurídicas que venham a ser implantados, ampliados, modernizados ou diversificados na área de atuação da Sudeco.

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável e das prioridades e necessidades de financiamento do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), o FCO e o FDCO devem ampliar suas áreas de fomento e introduzir mecanismos de indução de técnicas e procedimentos sustentáveis, discriminado abaixo:

1. Introduzir ou ampliar critério ambiental na análise dos projetos de financiamento e na concessão do empréstimo com vantagens diferenciadas para os que demonstrem processos e técnicas sustentáveis (práticas “limpas”), premiando com volume de recursos, carência, taxa de juros e prazo.
2. Definir modalidades especiais de financiamento para empreendimentos que contemplem benefícios sociais comprovados para as comunidades.
3. Contemplar o financiamento de projetos de infraestrutura econômica, logística, transporte de passageiros e construção civil.
4. Promover o fomento às pequenas e microempresas nos diversos setores.
5. Promover a desburocratização dos financiamentos, principalmente aos pequenos produtores dos setores rural e empresarial, e compartilhar a gestão do FCO com outras entidades de crédito, além do Banco do Brasil, como cooperativas de créditos e bancos oficiais, para facilitar e democratizar o acesso ao fundo.

Além dessas adaptações no FCO e no FDCO, o PRDCO deve contar com os seguintes instrumentos de fomento à atividade privada, com introdução de adaptações e ajustes às diretrizes estratégicas:

1. Introduzir no Plano Safra (Plano de políticas públicas do setor agropecuário) vantagens para os projetos e empreendimentos que ocupem áreas degradadas, produzam ou utilizem madeira registrada com manejo sustentável, aproveitem efluentes de outras etapas das cadeias produtivas, operem com sistema de produção integrada, etc.
2. Aumentar os operadores financeiros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), como cooperativas de crédito.
3. Constituir fundo de investimentos Públicos e Privados para investimentos nas potencialidades regionais.
4. Renegociar dívidas vencidas de indústria, comércio, serviços e agricultura.
5. Criar linhas de créditos com baixas taxas de juros para que o homem do campo possa quitar suas dívidas.

### **6.1.2 Fundos setoriais**

Para viabilizar os investimentos em alguns programas e projetos, devem ser criados ou reforçados fundos e fontes específicas de recursos, entre os quais se destacam:

1. Aumentar a transferência e repasse dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para os estados e municípios para ampliação e consolidação da malha viária.
2. Criar sistema de financiamento do ensino superior público, contemplando bolsa de estudo com estágio para projetos de desenvolvimento socioeconômico.
3. Estimular a captação de recursos privados e públicos para investimentos em pesquisas aplicadas.

### **6.2 Instrumentos Fiscais**

O principal instrumento fiscal para promoção e atração dos investimentos para o Centro-Oeste será o incentivo na forma de isenção do Imposto de Renda para novos empreendimentos propostos para a região. Os critérios e as prioridades de concessão desses incentivos devem incorporar as diretrizes estratégicas do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), contemplando os seguintes mecanismos:

1. Conceder isenção plena apenas para investimentos (implantação ou ampliação) que demonstrem utilização de processos e técnicas sustentáveis (práticas “limpas”).
2. Utilizar o incentivo fiscal para projetos que complementem os elos mais frágeis e relevantes das cadeias produtivas, com agroindústrias, indústrias e segmentos industriais que aproveitem e preservem a biodiversidade dos ecossistemas regionais.
3. Fomentar com incentivos fiscais a conservação e a recuperação do meio ambiente (áreas degradadas), e a preservação da biodiversidade.
4. Conceder incentivos fiscais para a produção integrada de produtos agroindustriais e a sistemas de cooperativas e associações que preservem o meio ambiente.

Além dos incentivos fiscais para orientar as atividades produtivas na região, deve ser criado um outro mecanismo fiscal:

5. Definir uma sobretaxa para as atividades poluidoras na região, como agrotóxico, queimada, etc.

Por outro lado, os gestores do PRDCO devem negociar medidas de responsabilidade federal que podem constituir incentivos fiscais diferenciados para a região, entre os quais se destacam:

1. Desonerar a produção primária.
2. Diminuir a carga tributária de empresas que paguem melhor aos seus funcionários ou que possuam políticas de benefícios aos funcionários ou ações sociais.
3. Definir incentivo para importação de bens de capital sem similar no mercado nacional para a região.
4. Aumentar o percentual de participação dos municípios no bolo tributário e ampliar o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dos municípios turísticos.
5. Incentivar a comunicação por meio de tarifa local entre as cidades do Centro-Oeste.
6. Subsidiar o transporte aeroviário regional, de modo a viabilizar o adensamento do transporte de longa distância no Centro-Oeste.

### **6.3 Instrumentos Organizacionais**

O principal instrumento organizacional do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste é a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Além desta, devem ser utilizados os seguintes meios organizacionais ou institucionais para execução eficaz, eficiente e efetiva do referido plano:

1. Fortalecer as parcerias entre entidades públicas e privadas (Terceiro Setor), com destaque para as Parcerias Público-Privadas (PPPs) entre o governo, a sociedade e as entidades dos produtores.
2. Articular e integrar as instituições públicas e privadas atuantes na capacitação de recursos humanos, principalmente do Sistema “S” na região (destaque para o Sebrae), e o setor produtivo.
3. Assegurar a participação da sociedade em diferentes fundos de desenvolvimento e investimento, destacando o Fundo Estadual de Floresta.
4. Criar um sistema integrado entre os estados que compõem a Região Centro-Oeste para unificação e equalização da política tributária e dos incentivos estaduais, incluindo a unificação da legislação do ICMS ecológico.
5. Estimular criação de fórum para disseminação de tecnologias, buscando a integração institucional da região.

**6.** Intensificar parcerias comerciais e de cooperação governamental entre os estados da região e outros países.

**7** - Institucionalizar um espaço permanente de constituição de políticas, programas e projetos de integração do Centro Sul-Americano, assim como a estruturação de parceria com países fronteiriços.

# 7

## MODELO DE GESTÃO

O modelo de gestão apresenta a forma em que o Estado e a sociedade organizam-se para a implementação do PRDCO, ao criar um sistema de planejamento na região com diferentes instituições articuladas em papéis complementares, que destaca a função da Sudeco como âncora da rede institucional regional. O modelo de gestão deve definir a arquitetura institucional, o processo e os fluxos de decisão na rede institucional para a execução do PRDCO, distribuindo os papéis e as responsabilidades dos parceiros. Consistente com o processo participativo de elaboração, o sistema de gestão deve dispor de estrutura organizacional e funcional que envolva o setor público e os atores sociais do Centro-Oeste.

O modelo de gestão deve contemplar, além da forma de execução do PRDCO, os mecanismos de permanente e continuado monitoramento para eventual ajuste e reformulação das decisões diante das incertezas e mudanças das condições e resultados das ações. O sistema de monitoramento do PRDCO deve ser estruturado em três níveis complementares, incorporando o processo participativo:

**a) Monitoramento das mudanças do ambiente externo** de modo a identificar movimentos no contexto mundial e nacional que alteram o cenário de referência do PRDCO e que, eventualmente, podem demandar reformulação na estratégia e nas prioridades.

**b) Avaliação dos resultados** da implementação do PRDCO, seus programas e projetos para verificar a sua efetividade diante dos objetivos e resultados do desenvolvimento sustentável, materializados em metas de desempenho. Para tanto, deve comparar os resultados alcançados com a implementação dos projetos prioritários com as metas de transformações previstas, de modo a considerar os eventuais ajustes necessários para melhorar o desempenho geral do PRDCO.

**c) Avaliação da eficácia** do PRDCO, com o objetivo de acompanhar o ritmo e nível de efetiva implementação dos projetos, de modo a verificar a necessidade de reformulações e aprimoramentos no sistema gerencial, bem como na estrutura de implementação da estratégia e seus projetos.

### 7.1 Diretrizes Gerais

A formatação do modelo de gestão do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste orienta-se por um conjunto de diretrizes e pressupostos consistentes com a concepção de desenvolvimento e planejamento e com as formas gerenciais contemporâneas:

1. O Plano é **referencial estratégico da sociedade regional** e não apenas um plano de governo, devido à limitação e transitoriedade deste, embora a presença do Estado seja fundamental para a sua implementação.
2. O Centro-Oeste e os programas e projetos devem ser desagregados em **diferentes cortes territoriais**, que demandam desagregação do mesmo em escalas territoriais menores para operacionalização das ações e projetos.
3. O modelo de gestão deve articular **múltiplas dimensões** – econômica, sociocultural, ambiental, tecnológica e institucional – de modo a conciliar seus resultados, que demandam capacidade de gestão de sistemas complexos do desenvolvimento sustentável.
4. A **participação da sociedade** deve ser articulada em todos os níveis e nos diversos momentos da elaboração, execução e monitoramento do PRDCO, para assegurar a sua efetividade, numa



gestão **compartilhada** e participativa das ações e medidas de regulação e controle, que envolve os diferentes atores sociais e os múltiplos agentes públicos interessados e responsáveis pelo funcionamento do desenvolvimento regional.

5. O sistema deve organizar **rede de instituições e organizações** articuladas e que compartilhem a negociação, a decisão e a execução, para dar conta da complexidade, da diversidade de interesses e dos grandes desafios regionais, com diferentes responsabilidades. As instituições representam nós de um sistema gerencial liderado e articulado por instituição líder do processo de gestão.

6. A rede deve estruturar **instâncias colegiadas** de acompanhamento e deliberação, com a participação das diferentes instituições parceiras e de segmentos da sociedade, com níveis hierárquicos diferenciados de representação (de acordo com a escala e o nível de agregação das deliberações).

7. O processo gerencial deve ter **flexibilidade e agilidade** para permitir adaptações e respostas rápidas às mudanças e às necessidades de investimento e desenvolvimento regional. Flexibilidade de organização e de formas institucionais para responder, rapidamente, aos desafios e dar conta da complexidade dos problemas e das potencialidades, articular e conviver com **múltiplos arranjos e formatos organizacionais**.

8. A rede deve promover a **convergência e a complementaridade das funções** das instituições atuantes na região e suas múltiplas e diversificadas iniciativas. O sistema de gestão deve ser capaz de promover a articulação de múltiplos parceiros com diferentes áreas de atuação e papéis diferenciados, de modo a assegurar a convergência e complementaridade das ações e instituições em torno das prioridades regionais, seus programas e projetos.

9. O sistema deve apresentar capacidade de **gestão eficaz e eficiente** para implementação dos projetos de acordo com as metas de execução e com racionalização dos custos, contemplando alta capacidade técnica e gerencial dos recursos humanos.

10. Os projetos devem introduzir a abordagem de **gestão por resultado**, que reduz a sobrevalorização dos processos e cria uma cultura gerencial de focalização nos resultados finais das ações no desenvolvimento regional.

11. O modelo deve estruturar ampla **capilaridade** no território regional, que contemple a descentralização das instituições e a articulação das instâncias públicas e privadas no Centro-Oeste, de modo a assegurar a presença e ampla distribuição das ações e seus resultados no conjunto do espaço regional.

## 7.2 Estrutura do Modelo de Gestão

Com base nas diretrizes apresentadas anteriormente, o modelo de gestão deve organizar e estruturar a **rede de instituições** comprometidas com a implementação do PRDCO, definindo os papéis, a liderança institucional, e os **colegiados de participação** da sociedade, em dois níveis diferenciados de agregação dos temas e abordagens.

### 7.2.1. Rede de instituições

As instituições públicas e privadas com atuação no Centro-Oeste ou nas áreas de prioridade do PRDCO devem compor uma rede institucional, liderada pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), autarquia federal com recursos financeiros e capacidade administrativa para articular e promover o desenvolvimento regional. A Sudeco foi criada com a missão de **articular diferentes instituições e agentes para implementação das prioridades que promovam o desenvolvimento sustentável** da Região Centro-Oeste, e assumir o papel de agente articulador e coordenador de atores públicos e privados.

Para fortalecimento da atividade de planejamento e garantia da implementação do PRDCO, a Sudeco terá como unidade central de monitoramento e avaliação a sua Diretoria de Avaliação e Planejamento, que coordenará a **Sala de Gestão do Plano**. Esta atuará, como núcleo central de coordenação do PRDCO. Por outro lado, como forma de incorporação de uma gestão eficaz e orientada para resultados, a Diretoria de Planejamento e Avaliação deve coordenar a execução do plano com as outras diretorias da Sudeco e com os outros agentes externos, que possuem responsabilidade de condução dos diferentes programas e projetos prioritários do PRDCO.

### **7.2.2. Colegiados de participação**

A Sudeco, instituição líder do sistema de gestão do PRDCO, deverá funcionar com o apoio e a negociação participativa de dois colegiados com características e responsabilidades complementares: Conselho de Gestão do PRDCO e Câmaras Temáticas.

#### **a) Conselho de Gestão do PRDCO**

O Conselho de Gestão do PRDCO é uma instância colegiada, ligada à estrutura do CONDEL (será um de seus comitês temáticos) formada pelo Superintendente da Sudeco (que o presidirá); pelos Secretários de Planejamento dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal; por três representantes dos municípios de sua área de atuação, um de cada Estado; por dois representantes das classes empresariais; dois representantes das classes trabalhadoras e um representante da sociedade civil organizada.

O Conselho de Gestão do PRDCO tem como responsabilidades:

- Apoiar a Sudeco, por meio de deliberação e decisões políticas compartilhadas;
- Definir, no começo do ano e apresentar ao CONDEL, a lista de projetos prioritários a serem executados naquele ano;
- Negociar interesses e projetos regionais, acompanhar e monitorar a execução dos projetos selecionados;
- Aprovar relatório da Sudeco sobre a execução do PRDCO ao fim de cada ano.

#### **b) Câmaras Temáticas**

A Sudeco contará com instâncias colegiadas voltadas para temas e dimensões específicas da realidade regional, para reforçar a participação da sociedade e, ao mesmo tempo, **apoiar a instituição nas decisões e no acompanhamento das ações e projetos específicos** de desenvolvimento regional. As Câmaras Temáticas devem ser formadas por representantes do governo federal e dos governos estaduais, e por representações qualificadas da sociedade civil organizada com competência e responsabilidade nos temas específicos. A criação destas Câmaras Temáticas deverá ser aprovada pelo Conselho de Gestão do PRDCO, sendo incorporadas à sua estrutura.

A Sudeco deve criar câmaras para os temas de maior prioridade regional, de modo a aprofundar a análise e as negociações nos aspectos relevantes para o desenvolvimento regional, segundo as prioridades do PRDCO. Podem ser criadas câmaras para os vetores estratégicos, que podem ser desagregadas para focalização em aspectos específicos dos mesmos. Ao longo do detalhamento e implementação do PRDCO, a Sudeco pode criar novas câmaras, permanentes ou ad hoc, de acordo com a necessidade.

### **7.3 Planos de Desenvolvimento Estaduais e de outras escalas**

O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste deve ser desagregado em **planos de desenvolvimento estaduais**, de caráter operacional. Pode, ainda, haver a elaboração de planos de desenvolvimento regionais em outras escalas (meso e microrregiões, entorno de grandes obras). A Sudeco e seus parceiros na rede devem estimular a elaboração participativa dos referidos planos e, ao mesmo tempo, a configuração de instâncias locais de gestão participativa.

## Referências Bibliográficas

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA / INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA / PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório Técnico de Monitoramento do Desmatamento no Bioma Cerrado, 2002 a 2008: Dados Revisados.**

Brasília: MMA/IBAMA/PNUD, 2009.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA / INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA.

**Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite. Monitoramento do Bioma Cerrado 2009-2010.** Brasília: MMA/IBAMA, 2011.

BECKER, Bertha. Amazônia: desenvolvimento e soberania. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Brasil – o estado de uma nação.** Rio de Janeiro: Ipea, 2005. Cap. VI, p. 199-250.

BRASIL. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6047.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6047.htm)>. Acesso em: 20 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp129.htm)>. Acesso em: 20 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)>. Acesso: em 08 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. **Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil.** 3ª edição – 2016. Brasília: MCTIC, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC. Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. **Estatísticas de Comércio Exterior.** Brasília: MDIC, 2017. Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em: 21 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional – MI. Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020).** Documento-Síntese. Brasília: MI, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional – MI. **Observatório do Desenvolvimento Regional – ODR.** Disponível em: <<http://odr.mi.gov.br/>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 375/ 2015.** Disponível em:

<<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121877>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

CÉLERES. **Informativo Biotecnologia.** Uberlândia – MG: Céleres, 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Séries Históricas de Área Plantada, Produtividade e Produção Relativas às Safras 1976/77 a 2015/16 de Grãos**. Brasília: CONAB, 2017. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252>>. Acesso em: 23 de junho de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. **Distribuição dos pesquisadores e pesquisadores doutores segundo a região geográfica**. Brasília: CNPq, 2017. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-regiao1>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT. **Pesquisa CNT de Rodovias 2016**. Relatório Gerencial. Brasília: CNT, 2016.

CORAZZA, Eloy; PAGNUSSAT, José Luiz. A competitividade do agronegócio brasileiro. **Revista de Conjuntura**. Publicação do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal – CORECON/DF, Brasília, ano XIV, nº 53, maio/agosto de 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Equipe. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/equipe>>. Acesso em: 30 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. Unidades – Embrapa no Brasil. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/embrapa-no-brasil>>. Acesso em: 30 de junho de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **GEO BRASIL 2002**: Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil. Brasília: IBAMA, 2002.

GODET, Michel. **Manuel de prospective stratégique**: une indiscipline intellectuelle. Paris: Editorial Dunod, 1997, vol. I.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 07 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Contas Regionais do Brasil**: Série 2002-2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2014/default\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2014/default_xls.shtm)>. Acesso em: 13 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>>. Acesso em: 19 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3914>>. Acesso em: 16 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Mapa de Biomassas e de Vegetação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomass.html.shtm>>. Acesso em: 27 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso em: 27 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD):** Síntese de Indicadores 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>>. Acesso em: 29 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD):** Síntese de Indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default\\_sintese.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_sintese.shtm)>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD):** Volume Brasil 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default\\_brasil.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_brasil.shtm)>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Regiões de Influência das Cidades 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais:** Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2016/default.shtm>>. Acesso em: 08 de maio de 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Ipeadata. **Dados sociais.** Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 29 de junho de 2017.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. Secretaria Especial de Políticas Regionais – SEPRE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Centro-Oeste (Planoeste).** Brasília, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. Coordenação-Geral de Observação da Terra – OBT. **Projeto PRODES – Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite.** São José dos Campos – SP: OBT/INPE, 2016. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>>. Acesso em: 28 de junho de 2017.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA. **World Energy Outlook 2016:** Executive Summary. Paris: IEA, 2016.

MOREIRA, Assis. Etanol brasileiro ainda é o que tem custo menor. **Valor Econômico.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3764626/etanol-brasileiro-ainda-e-o-que-tem-custo-menor>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

NOVAES, Washington; RIBAS, Otto. **Visões do Centro-Oeste sobre a Agenda 21 Brasileira.** Ministério do Meio Ambiente (MMA). Encontro Regional do Centro-Oeste – Brasília, novembro de 2001.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD / FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **OECD-FAO Agricultural Outlook 2015-2024.** Paris: OECD/FAO, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2017.** Fatos e números. Águas residuais: O recurso inexplorado. Itália: UNESCO, 2017.  
PORTER, Michael. **Vantagem competitiva:** criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PUPULIN, Cejane. Retrospectiva Canal: Cenários da Produção de Etanol de Milho no Brasil. **Canal – Jornal da Bioenergia.** Disponível em: <<http://www.canalbioenergia.com.br/etanol-de-cana-e-de-milho-diferencas-importantes-mas-convergencia-parece-ser-uma-tendencia/>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

RENEWABLE FUELS ASSOCIATION – RFA. **Industry Statistics:** World Fuel Ethanol Production 2016. Washington: RFA, 2017. Disponível em: <<http://www.ethanolrfa.org/resources/industry/statistics/#1454099103927-61e598f7-7643>>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

SILVA, R. B. da. Os caminhos da soja. **Conjuntura Econômica.** Fundação Getúlio Vargas – FGV, vol. 59, nº 05, maio de 2005.

UNITED NATIONS – UN. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Population Prospects:** The 2017 Revision. Key Findings and Advance Tables. New York: UN, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG. Etanol brasileiro ainda é o que tem custo menor. Disponível em: <<https://ridesa.agro.ufg.br/n/77294-etanol-brasileiro-ainda-e-o-que-tem-custo-menor>>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO. **UNWTO Tourism Highlights:** 2016 Edition. Madrid: UNWTO, 2016.